

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Abril de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1219 • Director: Carlos Brito

## Tudo avalizado tudo em família



Decididamente, o Ministério das Finanças está malzinho. Direi mesmo mais: entrou em derrapagem, desatinou, é uma desgraça. Pág. 18

■ José Casanova

## Bandeiras

Impõe-se cada vez mais, como acção política próxima, a capacidade de renovar e reinventar diálogos com o País, abertos e transparentes.

■ João Amaral Pág. 19

## A droga é uma epidemia

A droga é uma epidemia e o Estado tem que intervir - afirmou o debate promovido pelo PCP sobre toxic dependência e o Casal Ventoso. Pág. 21

## Sem Terra no Brasil Caminho pela reforma agrária

■ Isabel Araújo Branco Págs. 22/23

## Irlanda Última colónia com dias contados

■ Manoel de Lencastre Págs. 24/25

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Pensões da função pública

PCP propõe aumentos e princípio de indexação. Pág. 6



## Conferência Nacional do PCP O Poder Local e as Eleições Autárquicas

■ 12 de Abril 1997  
■ Cine-Teatro S. João - Palmela

## Acordo PS/PSD lembrado no 21º Aniversário da Constituição

Págs. 5 e 6

# Vergonhoso negócio

O aniversário da Constituição foi marcado pela severa crítica do PCP à «vergonhosa operação negocial» entre o PS e o PSD

## Carlos Carvalhas na IV Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco

Pág. 11

# LUCROS EM ALTA EMPREGO EM BAIXA



## Plenário Nacional de Sindicatos Dispostos para a luta

Centrais



# A grande prova

**D**esta vez o Governo de Guterres é a UGT foram apanhados com a boca na botija. Há muito que se suspeitava que a UGT vendia a sua assinatura nos chamados acordos de concertação social a troco de importantes benesses que os sucessivos governos lhes concediam dias depois.

**A revelação do aval para um empréstimo de 600 mil contos, que o Ministério das Finanças concedeu, sem quaisquer garantias, à UGT após assinatura do chamado acordo de concertação estratégica, configura um indisfarçável favor e constitui a grande prova de todas as suspeitas.**

A recusa do Ministro da Finanças de apresentar explicações à Assembleia da República, como exigiu o PCP, com o argumento de que «não é uma questão de Estado relevante», testemunha o enorme embaraço em que caíram os meios governamentais.

Esta atitude de Sousa Franco é ainda mais indefensável por corresponder à concessão de um aval de tão considerável montante e em condições tão excepcionais a uma organização contra a qual o Estado moveu um processo-crime por irregularidades na área da formação profissional que o empréstimo visa cobrir.

**O que está em causa não é só o descrédito do pouco crédito da UGT, é o descrédito da alegada «consciência social» do Governo e o descrédito da própria concertação, que agora se percebe por que tem sido sempre tão favorável ao grande patronato.**

**P**ara muitos que não perceberam na altura, tornaram-se agora mais claras as razões que levaram a CGTP a não subscrever os chamados acordos de concertação social, completamente viciados pela venalidade da UGT.

A posição da CGTP resulta ainda mais prestigiada pela forma firme e clara como tem respondido às tentativas muito feias do ministro das Finanças, e de alguma imprensa que o acompanhou, para procurar envolvê-la em situações de favor ou de irregularidades financeiras.

**O pedido de desculpa que o ministro teve que apresentar à central sindical ficou aquém da gravidade das acusações que proferiu, não o desculpa da forma pouco ética como se tem comportado nesta questão, mas é mais um indício do grave comprometimento governamental.**

Deve salientar-se ainda como muito positiva a exigência que CGTP fez do completo esclarecimento, por parte do Governo, sobre as suas relações com os sindicatos em matéria financeira. Manuel Carvalho da Silva esclareceu no que toca à central que «é mais o dinheiro que o Estado deve à CGTP do que o da CGTP ao Estado».

Este esclarecimento é fundamental, também, porque as forças da direita apressaram-se a explorar o escandaloso aval do Ministério da Finanças à UGT, para denegrir todos os sindicatos, tentando meter tudo no mesmo saco e pondo em causa a sua autonomia e representatividade.

**No entanto, no debate público muito vivo que tem travado à volta desta questão, o essencial é que o**

**Governo de Guterres e a UGT foram, apesar de todos os protestos, colocados primeiro no banco dos réus e depois inevitavelmente condenados.**

Entre as peças da acusação referia-se de um artigo de Manuel Vilaverde Cabral, no D.N. a passagem seguinte: «sem a UGT não havia «concertação social» e daí a necessidade de a alimentar a biberon».

Das peças da defesa saliente-se a posição de Freitas do Amaral, numa entrevista à Antena 1 ao manifestar o seu apoio à concessão do aval porque «a UGT tem tido uma acção muito meritória na moderação das exigências reivindicativas».

Ora aqui está uma defesa que diz toda a verdade.

**A** clarificação que este escândalo produz sobre o que tem sido a chamada «concertação social» entre nós, conduzida quer pelos governos do PSD quer pelo actual Governo do PS, permite também uma nova visão dos resultados dessa concertação, entre outros, a vigarice das 40 horas e a famosa «comissão de acompanhamento» constituída por representantes do Governo, das confederações patronais e da UGT - isto é, tudo em família.

A vigorosa luta dos trabalhadores contra a burla das 40 horas e pela efectiva redução do horário de trabalho recebe um novo encorajamento e a posição governamental fica mais fragilizada.

Isto mesmo também se aplica, com tanta ou mais força, ao chamado acordo estratégico de concertação social, o tal que deu directamente origem ao prémio que o Governo concedeu à UGT.

Este acordo esteve debaixo do fogo do recente plenário de sindicatos realizado no Pavilhão Carlos Lopes. «Chamam-no de estratégico, mas não será estável, nem duradouro - vai chocar-se com a realidade», salientou o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva.

Foi também posto em evidência que o acordo ilude a situação do país real, não responde às necessidades do desenvolvimento, faz de conta que não é preciso responder ao desemprego, às falências, aos salários em atraso, à precariedade e é usado pelo patronato como uma arma de pressão e da chantagem contra os trabalhadores.

**A luta contra o chamado acordo estratégico, só possível pela comprovada venalidade da UGT, adquire assim uma especial importância e pode ser travada daqui em diante em melhores condições. Terá sem dúvida nenhuma um lugar importante no conjunto das acções com que se começa a preparar o próximo 1º de Maio.**

Há que esperar, no entanto, que o Governo PS recorra a carradas de propaganda em defesa do acordo, como tem estado a fazer com a semana de 40 horas e as privatizações. O primeiro-ministro parece ter sido convencido pelo seu director de imagem, o brasileiro Edson Athaide, que tudo se pode resolver a golpes de publicidade. Os dissabores que tem sofrido desde final do ano passado já o deviam ter levado a pensar que não é assim.

Para o País, isso começa a ficar cada vez mais claro, como crescentemente está a demonstrar.



A toxicoddependência foi debatida em Lisboa por iniciativa do PCP

## RESUMO

### 2 Quarta-feira

As associações académicas aprovam uma «mão-cheia de razões» para não pagar propinas ■ No 21º aniversário da Constituição portuguesa, Almeida Santos critica o acordo de revisão constitucional... ■ ... no mesmo dia em que dois mil sindicalistas da CGTP desfilam até à AR, onde entregam uma moção contra o processo de revisão da Constituição ■ Jorge Sampaio dá posse a Vieira Matias no lugar de chefe do Estado-Maior da Armada ■ Um jovem palestino é morto em Belém por soldados israelitas, enquanto o governo de Netanyahu envia tanques para os arredores da cidade de Nablus ■ Étienne Tshisekedi é nomeado primeiro-ministro do Zaire.

### 3 Quinta-feira

O PCP apresenta um projecto de lei na AR para a actualização das pensões da função pública... ■ ... e entrega um requerimento ao Governo para a abolição de vistos para a entrada de portugueses em território norte-americano ■ Em visita aos EUA, António Guterres recebe a promessa dos americanos de pressionarem a Indonésia na questão de Timor e de apoiarem Portugal quanto às suas pretensões no seio da NATO ■ Helmut Kohl anuncia a sua recandidatura à frente do destino da Alemanha ■ Washington pressiona Israel no sentido de fazer concessões aos palestinianos ■ Os rebeldes zairenses recusam as pastas ministeriais que lhes são oferecidas, dizendo que não estão interessados em participar em qualquer «Governo de Mobutu».

### 4 Sexta-feira

O líder da comunidade cigana de Oleiros, João Garcia, é detido em Guimarães acusado de tráfico de drogas ■ Os hospitais da Universidade de Coimbra garantem que uma intervenção cirúrgica pode curar a epilepsia ■ O primeiro-ministro israelita propõe «intensificar as negociações com os palestinianos» ■ No Zaire, a cidade de Mbuji Mayi cai nas mãos dos rebeldes ■ Grupos de presumíveis islamitas argelinos massacram 84 civis ■ A imprensa francesa revela que François Mitterrand ordenou escutas telefónicas ilegais a partir do Eliseu.

### 5 Sábado

Carlos Carvalhas participa na IV Assembleia da Organização

Regional de Castelo Branco do PCP, no Fundão ■ Realiza-se um debate sobre a toxicoddependência, em Lisboa, organizado pelo PCP ■ Em Pretória, iniciam-se as negociações de paz entre o governo zairens e os rebeldes ■ 60 mil espectadores são evacuados de um autódromo perto de Liverpool, na Inglaterra, depois de uma ameaça de bomba ■ O primeiro-ministro albanês é impedido por um grupo de aldeões armados de entrar em Shkoda ■ O presidente da Câmara de Haia decreta o estado de emergência na cidade devido ao aumento da tensão entre a comunidade turca.

### 6 Domingo

A população de Cabanelas invade o acampamento cigano da freguesia, protestando contra a presença daquela comunidade ■ Os rebeldes zairenses tomam a cidade de Kipushi, enquanto uma parte da oposição retira a confiança ao novo primeiro-ministro indigitado por Mobutu ■ O presidente italiano Romano Prodi adia a sua visita à Albânia.

### 7 Segunda-feira

O ministro da Cultura, Manuel Carrilho, confirma que a cidade do Porto é candidata a Capital Europeia da Cultura de 2001 ■ Yasser Arafat pede o apoio dos Não Alinhados no processo de paz do Médio Oriente, enquanto Benjamin Netanyahu reafirma nos EUA a sua intenção de prosseguir com a colonização ■ A Unita exige a aprovação do estatuto de Savimbi como condição para integrar o novo governo angolano ■ No Zaire, as forças da aliança rebelde conquistam Lubumbashi.

### 8 Terça-feira

O Presidente da República promulga diploma de reestruturação da CP ■ Versão portuguesa do 1º relatório anual do Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência é apresentada na AR ■ O Parlamento Europeu vota moção para a suspensão da comercialização do milho transgénico importado dos EUA ■ Em Genebra, Ramos Horta apresenta, a um relator da ONU, fotografias e vídeos de sessões de tortura de civis timorenses por militares indonésios ■ Em Hebron, confrontos provocados por um colono israelita levam à morte de quatro palestinianos e fazem cerca de cem feridos ■ África do Sul segue-se à Colômbia na presidência dos Não-Alinhados.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!» - SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapala Nova  
Capa Rota — Linhd — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Código Postal _____	
Telef. _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	



## ACTUAL

## Pela mão de Carlucci

Sinal mais do que evidente de uma doença, de uma deriva, de uma perda de valores éticos e de uma crise de verticalidade que parecem alastrar na sociedade portuguesa é o conjunto de factos e acontecimentos que, com frequência cada vez maior, faz com que muitos cidadãos, com ou sem responsabilidades públicas, sintam a necessidade de soltar um grito de alma, de lavar um indignado protesto e de destoar do coro de temores reverenciais e de bajulações serventuárias que por aí vai.

É exactamente isso que aqui vimos fazer a propósito do degradante momento, fornecido pela SIC a milhões de portugueses, de Frank Carlucci a entregar a Mário Soares um «Globo de Ouro» como prémio de «carreira política».

Não sendo o ponto mais importante, não é entretanto possível deixar de assinalar que tudo começa mal quando amizades ou cumplicidades antigas conseguem levar uma personalidade com o currículo político e institucional do dr. Mário Soares a aceitar receber da SIC um prémio de «car-

reira política» integrado no evento dos «Oscars de Carnaxide» dedicados ao espectáculo e à comunicação.

É que esta aceitação significa, por um lado, colaborar em mais um perverso esbatimento das fronteiras entre política e espectáculo e significa ainda, por outro lado, colaborar na consagração da SIC como uma espécie de primeiro poder ou de superinstituição que, até já julgando carreiras políticas, tenderá a querer influenciar e decidir sempre mais naquilo que lhe não compete nem lhe devia ser admitido.

Mas, como se calculará, o pior e o mais indigno de tudo esteve mesmo no facto de ser o ex-embaixador dos EUA em Portugal e ex-Director da CIA a entregar o prémio a Mário Soares e a discursata atrevida, insolente e de clara ingerência que aproveitou para profetizar, mais uma vez se arvorando com intolerável arrogância no papel de juiz e tutor de uma democracia portuguesa ou de um processo de democratização

da vida nacional que, recapitulemos, em boa verdade histórica não só não lhe devem nenhuma gratidão como lhe podem exibir uma razoável lista de queixas e agravos.

É claro que podia apetecer dizer outras coisas sobre como foi possível acontecer esta cena final dos «Globos de Ouro» da SIC.

Mas sendo bom que fique claro que, por um lado, não nos move qualquer intuito de ajuste de contas antigas e, por outro, mais do que desculpar o próprio nos importa defender a dignidade da República de que foi Presidente durante dez anos, diga-se então que certamente que o premiado não se terá dado conta, atempadamente, do terrível presente envenenado que lhe foi oferecido por Balsemão e pela sua SIC.

É que se, por absurdo, não fosse esta a verdadeira explicação, então seria caso para concluir tristemente que há quem nem as aparências já queira salvar.

■ Vítor Dias

## Era uma vez...

Era uma vez um partido que estava na oposição e que era muito crítico em relação à política do governo para o ensino superior. Por isso esse partido apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução, a nº 28/VI, onde requeria com urgência «a apresentação de um programa para o desenvolvimento do ensino superior». Onde defendia que o «debate parlamentar sobre a revisão das propinas nunca deveria ter lugar sem que previamente fossem apresentados projectos» que permitissem, nomeadamente, «a eliminação a prazo do *numerus clausus*», «a criação de um efectivo sistema de acção social escolar» e a «aplicação de um conjunto de medidas de reforma fiscal para dar igual tratamento a todos os rendimentos, não penalizando apenas os rendimentos do trabalho, uma vez que não (existia) uma base equitativa de avaliação do rendimento das famílias». E onde sustentava que «uma revisão de sistema de propinas implicaria sempre o acatamento dos seguintes princípios»: «um carácter gradual e faseado no tempo», «um âmbito muito generalizado das condições de isenção» e «uma relação de correspondência entre o valor das propinas a pagar, o rendimento familiar e o número de filhos»...

Era uma vez um partido que, ansiando por deixar de estar na oposição, decidiu apresentar ao eleitorado, com pompa e circunstância, um «contrato de legislatura». Onde esse partido afirmava, nomeadamente, que «obter o melhor Ensino Superior para o maior número» constituía «o principal objectivo» para «combater o atraso português relativamente ao resto da Europa» e para «responder de forma positiva e exigente à crescente procura de Ensino Superior pelos jovens». E onde sublinhava o propósito de «revisão do

sistema de propinas no ensino superior público (que havia sido estabelecido pelo governo do PSD), e o reforço do apoio social a todos os estudantes, do público e do privado, de forma a aproximar o esforço financeiro das famílias com filhos a estudar, hoje altíssimo em Portugal, do que é usual nos outros países europeus»...

Era uma vez um partido que, tendo estado na oposição e sendo governo há um ano e meio sem nada fazer em relação aos problemas do ensino superior, como sua primeira iniciativa decidiu enviar para a Assembleia da República uma proposta de lei para proceder a um primeiro e significativo aumento das propinas. Proposta que prossegue a política de desresponsabilização do Estado em relação ao ensino superior público, já observável na diminuição das despesas por aluno nos últimos anos e na manutenção do injusto sistema de *numerus clausus*. Que desrespeita o princípio constitucional da progressiva gratuidade do ensino superior público. Que viola a lei da autonomia universitária que determina a exclusiva competência dos senados para fixarem o montante das propinas. E que, a ser concretizada, irá agravar ainda mais os encargos já suportados pelos estudantes e famílias em alojamento, livros e outro material escolar, com um autêntico imposto suplementar de doze milhões de contos.

A história, mais uma vez, de uma terna avozinha que afinal escondia o lobo mau...

■ Edgar Correia

## EUA

## A visita de Guterres

A segunda visita de A.G. aos EUA como Primeiro-Ministro, e a primeira a título oficial, é sem dúvida um acontecimento relevante. As relações com os EUA, a grande superpotência mundial, estão na primeira linha das preocupações da diplomacia portuguesa, seja qual for o governo de Portugal. Trata-se de um dado de carácter objectivo incontornável. Nunca o PCP questionou a importância dessas relações. Mas com uma ressalva fundamental: elas devem necessariamente pautar-se pelos princípios da independência, da reciprocidade de vantagens, da não ingerência nos assuntos internos. E devem estar orientadas para a causa da paz, da cooperação, do desenvolvimento, da construção de um sistema de relações internacionais livre de tutelas e hegemonias imperialistas.

Infelizmente, tudo indica que não foi isto que aconteceu com esta visita. Tal como tinha já sucedido em Setembro do ano passado, a primeira grande preocupação do Primeiro-Ministro foi a de dar garantias ao grande capital financeiro norte-americano, convencer de que a política económica e social do governo português (incluindo a política de baixos salários, de desregulamentação das relações laborais, de privatizações) apresenta grandes vantagens para as praças financeiras, mostrar (como se isso não fosse aliás sobejamente conhecido) que a marcha forçada para a moeda única e o empenhamento na construção europeia de Maastricht é compatível com os interesses estratégicos dos EUA. Para além dos já famosos repastos e encontros com os mais altos dignitários da finança norte-americana, a visita de A.G. à Bolsa de Chicago está carregada de simbolismo. Não admira que não poucos comentadores tenham afirmado que o próprio A.G. se comportou com a lógica de um verdadeiro empresário.

Há, porém, um outro aspecto desta visita que não pode também deixar de causar grande inquietação: a ampla coincidência de pontos de vista que teria sido manifestada em relação às grandes questões da vida internacional, o que é particularmente de destacar em relação ao processo de reforço e alargamento da NATO na Europa no qual os EUA estão profundamente empenhados. Nesta matéria, A.G. terá mesmo dado uma preciosa mãozinha a Clinton nas suas tentativas para contornar a séria oposição suscitada pelo alargamento junto da opinião pública da Rússia e também da Ucrânia, avançando estranhas propostas de aliança da NATO com os governos daqueles países, aliança baseada nos «valores do iluminismo» contra «as forças da irracionalidade», que, segundo o *Expresso*, «faria face a ameaças comuns como o expansionismo da China ou o fundamentalismo árabe».

Esta questão, como outras aliás suscitadas pela visita, é demasiado séria para que fique sem o adequado esclarecimento do Primeiro-Ministro, sobretudo num contexto em que o militarismo e o intervencionismo agressivo ameaça com novos desenvolvimentos. A militarização da União Europeia está em marcha e preparam-se importantes decisões para a Cimeira de Amsterdão em 16/17 de Junho. Para a Cimeira da NATO de Julho (precedida de uma reunião ministerial em Portugal, em 29/30 de Maio) estão previstas graves decisões de reforço e alargamento da NATO. Simultaneamente, em relação à Albânia (com a criação de uma «Força Internacional de Protecção» de 6.000 homens), ao Zaire (com a deslocação de tropas dos EUA, da França e de outros países para Brazaville e a chegada à foz do Zaire do porta-helicópteros norte-americano «Nassan»), à Palestina (onde os EUA são cúmplices da política de terrorismo de Estado praticada por Israel contra o povo palestino), é manifesta a intensão do imperialismo de recorrer à intervenção militar para sufocar lutas populares e impedir desenvolvimentos que escapem ao seu controlo e ponham em causa os seus interesses.

Portugal não só não deve acompanhar, como tem de demarcar-se e opor-se a tais políticas. A anunciada «coincidência de posições» e os rasgados elogios do «amigo americano» nem prestigiam o país na cena internacional nem anunciam nada de bom para os portugueses.

■ Albano Nunes



Foto: Arquivo «Avante!»

## Memória

Carlucci e Gonelha na estratégia de «partir espinhas» sindicais

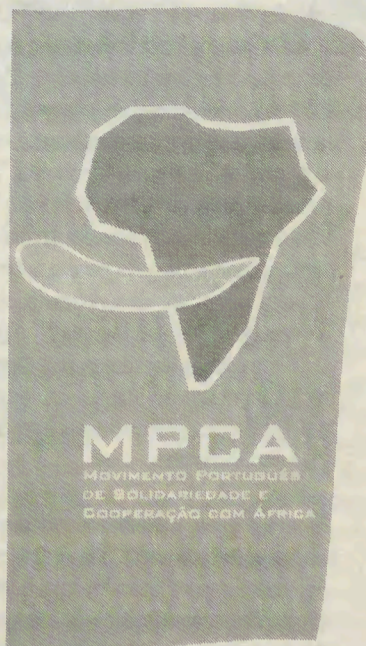


## SEMANA

## Solidariedade com África

O Movimento Português de Solidariedade e Cooperação com África (MPCA) apresenta hoje, em encontro com a imprensa, os seus princípios, objectivos e alguns dos projectos que se propõe implementar, nomeadamente na África Subsahariana.

O MPCA é uma ONG, com sede em Lisboa, que irá prosseguir a actividade do Movimento Português contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral, fundado no princípio da década de 80, com o objectivo de sensibilizar e mobilizar a opinião pública portuguesa contra o regime de apartheid e



para a solidariedade com os povos da região, nomeadamente de Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia.

O MPCA integra, no plano internacional, o Grupo de Trabalho Europeu de Informação e Acção para a África Austral, com sede em Bruxelas. Participou, recentemente, nas Campanhas de Solidariedade com as Crianças Angolanas. Foi responsável pela realização, no nosso país, de algumas importantes iniciativas internacionais, contra o regime de Apartheid na África do Sul e de solidariedade com os Estados da Linha da Frente.



## Testemunhos de tortura em Timor

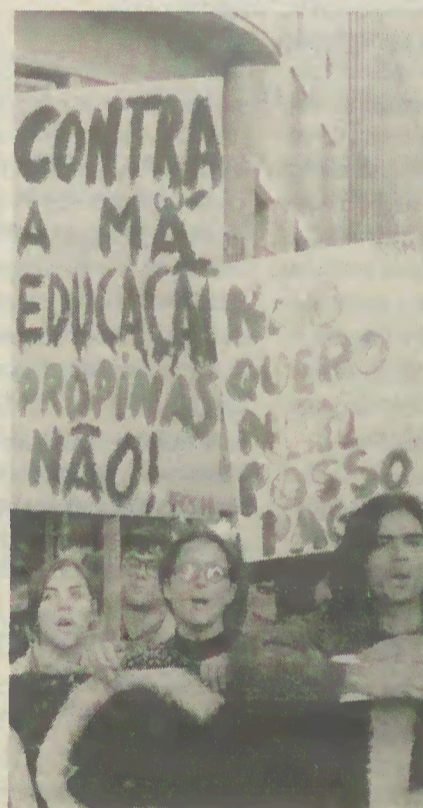
Timor-Leste é um dos territórios contemplados nas propostas de resolução a apresentar pela UE na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, em Genebra. Uma decisão polémica, tomada no passado fim-de-semana, numa reunião informal que reuniu, em Noordwijk, Holanda, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze países da UE.

A proposta de resolução, que denuncia as violações dos Direitos Humanos dos timorenses, contém três exigências básicas - exigências que já foram objecto de outras resoluções das Nações Unidas e que a Indonésia sempre se recusou satisfazer - a libertação de presos políticos, "luz verde" de Jacarta a uma visita do Relator sobre Tortura da ONU a Timor-Leste e a instalação, na capital indonésia, de uma representação da Comissão de Direitos do Homem da ONU, cujos membros tenham acesso garantido ao território timorense.

Terça-feira, o dirigente da resistência de Timor-

-Leste e Nobel da Paz, José Ramos-Horta, apresentou, em Genebra, fotografias e gravações em vídeo de sessões de tortura de civis timorenses realizadas por militares indonésios. Os vídeos mostram homens fardados a torturar jovens com paus, correntes e choques eléctricos.

O Nobel da Paz encontrava-se em Genebra, para discursar perante a 57ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, e voltou a pedir um embargo de armas à Indonésia.



## Campanha em Portugal pelos Sem-Terra

Cento e quarenta mil famílias de camponeses sem-terra conquistaram já 4,8 milhões de hectares de terra por todo o Brasil - são os "assentados", que entretanto, continuam, muitas vezes, a ser vítimas das perseguições dos latifundiários. Esta uma informação divulgada pela comissão promotora nacional, de solidariedade com os sem-terra, e que divulgou a semana passada o programa a ser implementado em Portugal, entre 10 e 20 deste mês.

Um ano após o massacre de Eldorado e Carajas, decorre, em vários países euro-

peus, uma campanha de solidariedade com os camponeses sem-terra, do Brasil.

Em Portugal, a campanha inclui - de par de debates e abaixo-assinados a favor do Movimento dos Sem-Terra (MST) - o lançamento do livro *Terra*, com fotos de Sebastião Salgado, três poemas de Chico Buarque e um prefácio de José Saramago, e cujo objectivo é também a recolha de fundos para o movimento. Algumas das fotografias de Sebastião Salgado, sob a forma de posters, serão vendidas em diversas localidades.

## Crianças em risco

Três mil novos processos envolvendo 3.500 crianças em situação de risco foram enviados no ano passado ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ), por 72 das 118 Comissões de Protecção de Menores de Portugal.

Negligência ou abandono, maus tratos, condutas desviantes, abuso ou tentativa de abuso sexual, gravidez precoce, mendicância e trabalho infantil são, segundo o relatório do CEJ, os principais casos de violência sobre as crianças.

Violência a que haverá que somar a exploração do trabalho, como é denunciado pela Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil (CNAsti) que sublinha que as novas formas de trabalho infantil são hoje uma realidade.

A CNAsti exige ao governo a ratificação urgente da *convenção internacional sobre o trabalho doméstico*,

persistindo, simultaneamente, na reivindicação do estatuto de parceiro social.

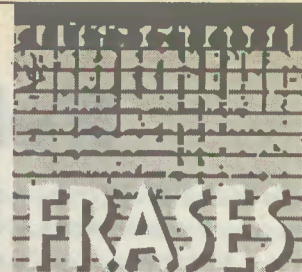


## Contra as propinas

As associações académicas de todo o país, reunidas em Évora, decidiram avançar com uma campanha antipropinas, com a distribuição de documentos invocando cinco razões: os altos custos de frequência do ensino superior que as famílias já suportam actualmente; a dupla tributação de dinheiros para a educação, através da propina e dos im-

postos; as carências a nível da Acção Social Escolar e bolsas de estudo; a necessidade de o Estado investir em si próprio e a baixa taxa de licenciados que existe em Portugal, comparativamente a outros países da União Europeia.

Nas universidades a campanha será complementada, para já, com reuniões gerais de alunos e referendos.



“E você, sabe mandar um e-mail? (inquérito do DN) Não sei tanto como desejava. Reconhecê-lo já é importante. (resposta de Narciso Miranda)”

(Narciso Miranda, «Diário de Notícias», 6.4.97)

“A expressão PIMBA que, segundo Anabela Quental, directora da nova revista com a mesma designação, significa acertar, e refere-se a todos aqueles que acertam na vida e conseguem triunfar.”

(«O Diabo», 8.4.97)

“Só quem virava os olhos à realidade é que não sabia (...) como era baixa a representatividade da maior parte dessas entidades (confederações patronais e sindicatos), mantidas a “balões de oxigénio” pelos sucessivos Governos e, indirectamente, pelos comissários de Bruxelas.”

(Manuel Villaverde Cabral, «Diário de Notícias», 7.4.97)

“Daqui decorria, inevitavelmente, que a badalada “concertação social”, de que já o anterior Governo se gabava tanto, servisse sobretudo para efeitos de propaganda e de congratulação mútuas. Com poucos ou nenhuns efeitos nos mercados, completamente condicionados pelos critérios de Maastricht. Daqui, também, que a CGTP-IN só tivesse a ganhar em ficar de fora desses rituais propagandísticos. Inversamente, sem a UGT não havia “concertação social” e, daí, a necessidade de a alimentar a biberon.”

(idem ibidem)

“Nada disto constituía novidade. Só que veio bruscamente ao de cima com o inopinado aval do Governo ao empréstimo pedido pela UGT, a fim de pagar as dívidas das suas extravagâncias, para não dizer outra coisa.”

(idem ibidem)

“Para quem sempre achou, como eu, que a UGT é uma “central de aviário”, criada unicamente pela necessidade política de contrariar a “unicidade sindical”, este aval do Governo só vem confirmar a inaniidade dos esforços feitos, nos últimos 20 anos, para criar uma alternativa credível à CGTP.”

(idem ibidem)

“O presidente da Caixa Geral de Depósitos não queria emprestar dinheiro à UGT por desconfiar da sua utilização. Só o fez depois do aval do Estado que obriga a central sindical a usar os 600 mil contos para pagar dívidas.”

(headline do «Semanário», 5.4.97)

“Quem diria que (Sá Pinto) o jogador com fama de «rufia» que agrediu Artur Jorge, adora crianças, pintura e música clássica?”

(headline na revista «Visão», 3-9.4.97)



## Acordo PS/PSD lembrado no 21º aniversário da Constituição



O Parlamento, em cerimónia presidida por Jorge Sampaio, assinalou na passada semana o 21º aniversário da Constituição de Abril. Nos discursos evocativos, em tons diferentes, várias foram as leituras para o caminho percorrido. Mas foram sobretudo as questões de actualidade política que prenderam a atenção dos intervenientes. E o tema forte, como não podia deixar de ser, acabou por ser o acordo celebrado entre o PS e o PSD sobre a revisão constitucional.

Todas as intervenções a ele se referiram, com as opiniões a dividirem-se entre as expressões de regozijo e aplauso e a crítica dura e acutilante. Nem mesmo Almeida Santos se coíbiu de tomar posição sobre o assunto, acabando por criticar o "palco" da negociação das alterações à Lei Fundamental. O Presidente do Parlamento admitiu que preferia que o acordo tivesse sido alcançado "a cinco" e na Comissão Eventual de Revisão Constitucional, considerando que "isso teria sido possível, ainda que por apelo a suplementos de flexibilidade e paciência".

Apenas o Presidente da República entendeu não se pronunciar sobre esta controversa questão, em nome do respeito pela "separação de poderes" e "pelos

que foram mandatados pelo voto para prosseguir essa revisão".

Em defesa acérrima do acordo evidenciou-se Barbosa de Melo (PSD), pondo o acento tónico no que considerou a vitória alcançada com o voto dos emigrantes para as presidenciais.

Em sentido idêntico, embora com referências dúbias que parecem revelar não terem sido ultrapassadas as tensões internas e o mal-estar na sua bancada, esteve António Reis (PS), com uma intervenção repartida por críticas ao PSD por querer "retirar dividendos partidários do acordo" e desafios ao PCP e PP para se juntarem ao processo.

O deputado do PP, Luís Queiró, criticou a alteração ao sistema eleitoral, tal como está prevista no acordo, considerando

ainda "absolutamente incompreensível" a solução acordada pelo PS/PSD para fixar o número de deputados que irão ter assento no Parlamento.

### Ferida a dignidade

Foram no entanto da bancada comunista que partiram, pela voz de Luís Sá, as críticas mais severas a um acordo que não hesitou em apelidar de "vergonhosa operação negociada", da qual, sublinhou, não saíram favorecidos "nem a dignidade da Assembleia da República, nem dos deputados, nem da vida política".

As acusações de que a Lei Fundamental tem «marcas semânticas» do 25 de Abril, res-

# "Uma vergonhosa operação negociada"

pondeu Luís Sá afirmando que "ainda bem que as tem", porquanto, sublinhou, "não há muitas maneiras de dizer sonho e liberdade, participação e igualdade, democracia no País e no quotidiano, direito à educação, à saúde, a reformas dignas, ao ambiente, à habitação, numa palavra, direito à dignidade de cada um e de todo um País".

Sem resposta não ficaram igualmente todos aqueles que a pretexto do consenso e da modernidade invocam a necessidade de "uma Constituição mínima, da família das Constituições liberais do século XIX". "A modernidade - esclareceu o deputado comunista - consiste em garantir os direitos e as conquistas obtidas no penoso caminho das lutas dos povos, um

caminho que permitiu incorporar mais e mais direitos fundamentais e somar aos direitos, liberdades e garantias clássicas os direitos dos trabalhadores e os direitos sociais, os direitos de participação, os chamados «novos direitos», como o ambiente".

### Acordos secretos

Mas foi quando se deteve a analisar o acordo PS/PSD nos seus aspectos formais e de conteúdo que as críticas de Luís Sá subiram de tom. Acusou aqueles dois partidos de "negarem" o espírito da Constituição quando esta aponta para uma "democracia aberta, real e plural" e de terem substituído o "debate público e aberto, o confronto de ideias e o pluralismo" por "acordos secretos de restritos directórios partidários".

Não escondendo a sua indignação, Luís Sá elencou de seguida alguns exemplos que do seu ponto de vista testemunham com clareza até que ponto muitas das alterações acordadas ofendem e mutilam o texto constitucional. "É desvirtuar a ideia de Constituição remeter para leis ordinárias aspectos centrais do sistema político, como o sistema eleitoral da Assembleia da República e das Câmaras Municipais", argumen-

tuou, antes de se referir a outro caso, "igualmente inadmissível", em sua opinião, como é a pretensão de "atentar contra a proporcionalidade da conversão de votos em mandatos prejudicando a representação de partidos, regiões, sectores e camadas sociais".

Citados pelo parlamentar comunista como exemplos de alterações totalmente inaceitáveis foram também a tentativa de "liquidar o pluralismo das câmaras", bem como a de "limitar direitos dos trabalhadores", sem esquecer a proposta de "adulterar o actual modelo de Estado unitário com regiões autónomas, afectando também o estatuto do Presidente da República".

Contestado por Luís Sá, noutro plano, foi ainda o acordo estabelecido entre o PS, PSD e PP para criar dificuldades ou mesmo impossibilitar a regionalização, tendo a este respeito denunciado - numa alusão a declarações de dirigentes socialistas - o "manobristo da proclamação de datas para instituir as regiões por quem faz acordos para adiar, dificultar ou mesmo impossibilitar esse objectivo".

Isabel de Castro, do PEV, elogiou também a Lei Fundamental, chegando a classificá-la de "bem comum que urge preservar".



O debate foi marcado pelas críticas ao acordo PS/PSD

## Carlos Carvalho no Forum Picoas A luta prosseguirá nas instituições e fora delas

Os comunistas prosseguirão a luta na comissão parlamentar, no plenário e na rua contra o acordo de revisão constitucional. Esta a vontade reiterada pelos intervenientes no debate promovido pelo PCP em Lisboa. "A luta nas instituições e fora delas contra este acordo deve-nos mobilizar a todos e deve mobilizar todos os democratas", sublinhou a propósito o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, perante a numerosa assistência que encheu por completo um dos auditórios do Forum Picoas.

Considerando-o um "acordo vergonhoso" que representa "uma vitória das velhas e retrógradas reivindicações da direita", Carlos Carvalho alertou para o facto de abranger "aspectos essenciais da definição do regime".

Ao admitir pela lei ordinária a redução do número de deputados com a criação de círculos uninominais, o acordo celebrado entre o PS e o PSD, no entender do dirigente comunista, "pretende caminhar para uma bipolarização forçada e administrativa", simultaneamente "empobrecedora da vida democrática".

"É um acordo que inclusive deixa o ritmo da regionalização nas mãos do PSD", advertiu Carvalho.

O deputado João Amaral, por sua vez, acusou o PS de ter cedido ao "caderno reivindicativo do PSD", salientando a este respeito que nem durante os dez anos de maioria absoluta do cavaquismo foi possível aos sociais-democratas conseguirem fazer passar as suas velhas pretensões.

Apontadas como vitórias do PSD foram, designadamente, o voto dos emigrantes nas presidenciais, a diminuição do número de deputados e os círculos uninominais.

Longe de ser aperfeiçoada, com este acordo, para o deputado Luís Sá, a Constituição sai "empobrecida e degradada", pelo que, sublinhou, importa continuar a lutar, "fazendo uso de todos e cada um dos direitos que a Constituição consagra", pela "liberdade e os direitos fundamentais, por uma democracia genuína, de conjugação da representação política justa e proporcional com a participação e a democracia directa, de concretização da democracia económica, social e cultural".

### CERC retoma trabalhos

## Actas são referência fundamental

Em declaração produzida na primeira reunião da CERC após a celebração do acordo, no final da passada semana, o deputado Luís Sá voltou a expressar a necessidade de rapidamente serem disponibilizadas as actas da primeira leitura, porquanto, sublinhou, elas constituem um "instrumento fundamental" e uma "referência importante para a segunda leitura".

No decorrer da reunião, destinada apenas a formalizar a indignação de Jorge Lação como presidente da Comissão de Revisão, Luís Sá chamou ainda a atenção para o papel de "moderação" e espírito de independência que deve ter qualquer presidente de uma comissão parlamentar. No caso do ex-

-presidente da bancada socialista, lembrou a sua especial responsabilidade política na celebração do acordo, bem como em todo o desenvolvimento do processo que lhe esteve associado, nomeadamente, na paralisação dos trabalhos da Comissão durante 100 dias e na marginalização dos partidos e dos deputados, o que, do seu ponto de vista, "atentou contra a dignidade e prestígio da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional".

Sem reparo não passou igualmente o que Luís Sá considerou ter sido um "processo negociado que se caracterizou por tudo menos pela abertura" e que em sua opinião constituiu uma "violação do princípio da democracia participativa".



## Pensões dos funcionários públicos PCP propõe aumentos e princípio da indexação

Pôr fim às disparidades existentes e à progressiva degradação das pensões de aposentação, garantindo simultaneamente a sua actualização extraordinária, tal é, em síntese, um dos grandes objectivos de um projecto de lei do PCP entregue na passada semana na Mesa do Parlamento.

A adopção do princípio da indexação entre a actualização das pensões de aposentação e a actualização dos vencimentos do activo, abrangendo todas as carreiras da função pública, independentemente do momento da aposentação, constitui uma das medidas concretas previstas no articulado do diploma.

Entre as propostas agora materializadas na sua iniciativa legislativa conta-se igualmente a correcção extraordinária dos montantes de todas as aposentações anteriores à data da entrada em vigor do novo sistema retributivo, com vista a repor gradualmente a equiparação entre os montantes dessas pensões e aquelas que passaram a auferir os funcionários aposentados posteriormente.

Esta degradação das pensões dos funcionários públicos que se aposentaram antes de 1 de Outubro de 1989, motivada pelo facto de a actualização não se encontrar indexada à actualização dos vencimentos no activo, constitui assim um verdadeiro escândalo, na perspectiva do PCP, que faz notar ser a situação ainda mais grave no que se refere à carreira docente.

A "particular gravidade" da situação neste domínio, como se pode ler na nota preambular do diploma, resulta da existência de três situações de aposentação específicas, a saber, as que ocorreram

antes de 1989 (as mais degradadas), as situadas entre 1989 e 1991 (apesar de já abrangidos pelo novo sistema retributivo, os professores foram impedidos de atingir o topo de carreira), e as posteriores a 1992 que, por ausência de medidas de salvaguarda, já iniciaram o seu processo de degradação.

Para se avaliar do nível da desvalorização atingido, basta dizer que em 1980, como é exemplificado no preâmbulo do diploma, a relação entre o valor da aposentação e o vencimento no activo na mesma categoria era de cerca de 80 por cento, enquanto que em 1990, dez anos depois, essa percentagem caiu para cerca de 35 por cento. Chegou-se mesmo ao cúmulo de haver professores aposentados no topo das suas carreiras com mais de 40 anos de serviço, que, imagine-se, recebem hoje tanto como um professor no início da sua carreira.

Daí a proposta do PCP para que seja considerada a especificidade da carreira docente em matéria de degradação das pensões de aposentação - e esta é outra trave mestra do diploma -, determinando uma correcção extraordinária em termos idênticos, mas por forma a corrigir também as injustiças resultantes de factores específicos da degradação das pensões posteriores a Outubro de 1989 e em particular do congelamento do acesso ao topo da carreira.

### CERCI's

## Urgem novos apoios e direitos

As cooperativas que prosseguem fins de solidariedade social vão passar a dispor dos mesmos direitos, deveres e benefícios fiscais atribuídos às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Esta equiparação, preconizada em diploma do Governo, foi aprovada faz hoje oito dias no Parlamento por todos os partidos com assento parlamentar, à excepção do PSD que se absteve.

Embora "insuficiente e tardia", como a caracterizou o deputado comunista Rodeia Machado, esta medida não deixa de constituir um passo significativo no sentido do necessários e justo apoio às cooperativas que desenvolvem uma acção altamente meritória no campo da educação e reabilitação de crianças inadaptadas.

Clarificando a posição da sua bancada, Rodeia Machado sublinhou mesmo que tais instituições são "credoras da nossa admiração", não apenas por aquilo que representam na sociedade portuguesa, como pelo seu "altruísmo e dedicação à causa das crianças portadoras de deficiência".

Passando todas elas por grandes dificuldades económicas - e daí também a sua aspiração antiga

a um tratamento igual ao conferido às IPSS -, as cooperativas de educação e reabilitação de crianças inadaptadas, vulgarmente conhecidas por CERCI's, devem assim no entender do Grupo comunista beneficiar de outras formas de apoio que não apenas aquelas agora previstas no diploma.

Rodeia Machado lembrou concretamente que ao contrário de outras instituições (como são os casos de Fundações, Santas Casas da Misericórdia e IPSS), na sua maior parte, as cooperativas de solidariedade social não são detentoras de património, facto que do seu ponto de vista mais reforça a necessidade de apoios mais activos do Estado, designadamente no plano financeiro.

Por si lembrada, noutro plano, foi igualmente a necessidade de serem encontradas "formas de integração dos deficientes na vida activa", por forma a evitar a "realidade dolorosa" que tantas vezes ocorre nestas instituições: falta de saídas profissionais para os jovens nelas educados e formados, o que obriga a prolongar a sua permanência nestes estabelecimentos.

## Em defesa dos mares e oceanos

A Assembleia da República ratificou com os votos favoráveis de todos os partidos com assento parlamentar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo relativo à aplicação da Parte XI da mesma convenção. Apresentado pelo secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares, na ausência do Ministro e do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, ambos no estrangeiro, o documento mereceu considerações de apoio de todas as bancadas.

Na base da importância que lhe é consensualmente reconhecida está o facto de se tratar de um texto relativo a uma matéria - os mares e oceanos - de transcendente relevância para o futuro da Humanidade. Ruben de Carvalho, expressando a posição da bancada comunista, sublinhou isso mesmo, lembrando simultaneamente a sua importância estratégica para Portugal.

"Os oceanos são vitais definitórios inseparáveis da nossa identidade e da nossa vida colectiva", frisou o deputado do PCP, para quem o nosso país

"tem a sua vida tanto ancorada no continente como enraizada nos oceanos".

Daí a importância atribuída pelo parlamentar comunista ao Tratado da autoria de Montego Bay, cujo mérito, realçou, pode ser aferido não apenas pela "grande riqueza dos estudos que o antecederam", mas também pelo "cuidado colocado no seu processo negocial e no carácter simultaneamente eficaz e consensual das medidas do seu articulado".

Pena é que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em 1982, só agora esteja a ser objecto de ratificação por parte de alguns Estados. Um atraso que Ruben de Carvalho lamentou e que em sua opinião só encontra explicação pelos "egoísmos hegemónicos" dos que têm procurado tirar partido das alterações no equilíbrio mundial ocorridas desde então, subvertendo o conteúdo de uma Convenção que cuidou de reflectir, quando da sua assinatura, há quinze anos, a diversidade dos sistemas políticos e económicos e a necessidade de negociação e entendimento entre os povos.

## A ID apela a um intenso trabalho de consciencialização

Com o título "O fim de uma ilusão", o Conselho Geral da ID aprovou, na recente reunião de que demos notícia, um importante documento sobre a situação política nacional.

A ID começa por afirmar: "Pouco mais de um ano de governação do PS, sobram razões para se afirmar que se tratou objectivamente de uma *mudança para a continuidade* estratégica e política do período imediatamente anterior".

E prossegue: "Estratégia e política que não excluem, finalmente, a instauração na sociedade portuguesa do economicismo puro e duro, de que é esclarecedor exemplo a recente cedência do PS, partido do governo, ao PSD, no acordo da revisão constitucional, relativamente à revogação da norma que na Lei Fundamental do país impõe a existência de sectores económicos básicos reservados ao Estado e vedados à iniciativa privada".

O documento desenvolve depois os tópicos essenciais seguintes: "o neoliberalismo impera"; "Desemprego sobe"; "Trabalho precário aumenta"; "Mulher discriminada"; "Saúde inacessível"; "Impostos contra o trabalho"; "Ensino para os ricos"; "O campo abandonado";

"Descontentamento aumenta"; "Moeda única agrava problemas sociais"; "Regime democrático sob ameaça".

O documento conclui aborrendo a questão da **alternativa democrática** nos termos que seguem:

"O problema é o de saber quem vai recolher, de uma forma politicamente eficaz, os dividendos da degradação e do crescente descontentamento popular gerados pela política do governo PS. Socialmente, propiciam-se condições para uma eventual opção à esquerda, o que coloca um grande desafio às forças políticas de esquerda para a sua concretização em termos políticos. Daqui um apelo às forças integrantes da CDU, entre as quais está a ID, em termos de divulgar e conter as ameaças que pairam sobre a sociedade e a democracia portuguesa (degradação económica e social, moeda única, subversão do regime, etc.), combatendo-as simultaneamente no plano político e através de um amplo movimen-

to social no seio do qual se criem condições para a construção de uma alternativa democrática no país.

"É previsível que nas eleições autárquicas (Dezembro/97) o PS venha a ser penalizado, devido às graves consequências económicas e sociais geradas pela política do seu governo central. A direita, especialmente o PSD, já que o PP perde dia a dia a relativa credibilidade que conseguiu nas últimas legislativas, procura desde agora capitalizar tal situação em seu benefício. Uma **responsabilidade acrescida surge, assim, para a CDU**. Trata-se de desenvolver um **intenso trabalho de consciencialização** e de mobilização da opinião pública em torno da importante obra que tem realizado nas autarquias e da que tem programado para o próximo mandato, numa perspectiva de reforçar as posições da CDU nos órgãos autárquicos, captando o voto dos descontentes com a política do governo-PS e dos seus reflexos negativos a nível local e ganhando apoiantes no eleitorado que tem votado à direita e que estará, por certo, em muitos casos desiludido com a gestão autárquica dos seus partidos".

### Bragança

## Agricultores exigem apoios

Em Portugal, 90% dos apoios comunitários e nacionais são absorvidos por 3% a 5% das explorações. Um facto sublinhado, em nota de imprensa, pela Direcção da Organização Regional de Bragança (DORBA) do PCP, que refere os dados oficiais, recentemente denunciados pelo Partido Comunista, respeitantes aos "100 maiores beneficiários individuais e colectivos das ajudas comunitárias e nacionais relativas a culturas arvenses, pousio obrigatório ou pousio voluntário".

Destes 100 beneficiários, "há proprietários que recebem de ajudas (do dinheiro dos contribuintes) mais do que 100 trabalhadores com salário mínimo durante um ano" e "mais do que todos os agricultores de vários concelhos do distrito de Bragança".

Um escândalo a que há que acrescentar outro - as verbas atribuídas ao pousio voluntário. Ou seja, "com o dinheiro de todos nós pagam-se milhões de contos a meia dúzia de proprietários agrícolas do sul (os eternos privilegiados), que decidem não cultivar milhares de hectares de terra. **Milhões de contos para não produzir e não criar postos de trabalho**", sublinha a nota da DORBA.

Uma realidade tanto mais

chocante quanto os agricultores se deparam com múltiplos e difíceis problemas. Problemas que, no distrito de Bragança, vão desde "os prejuízos pela intempérie da neve em Janeiro; os perigos da reforma da OCM do azeite; o escoamento da batata e do lúpulo; a recolha e o preço do leite; as altas taxas de juro; a ausência de seguros e colheitas; a falta de pagamento atempado das magras ajudas; a escandalosa falta de apoios técnicos", entre outros.

"Não há qualquer razão económica ou técnica que justifique que o governo do PS negue os apoios que a agricultura de Trás-os-Montes necessita", considera a DORBA do PCP, que exige outros critérios de distribuição dos fundos comunitários, concluindo que "só assim a agricultura da nossa região poderá desenvolver-se, criar riqueza e postos de trabalho, por forma a contribuir para a fixação das pessoas e combater a desertificação".



A comercialização do azeite é um dos múltiplos problemas com que se debate a agricultura



## TRABALHADORES

## Conferência do sector mineiro

Teve lugar em Aljustrel, no passado sábado, a «Conferência do Sector Mineiro», promovida pela federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas e pelo Sindicato da Indústria Mineira. Integrada num ciclo de conferências que o 6º Congresso da federação decidiu levar a cabo para analisar a situação no ramo de actividade, a iniciativa teve por lema e principal conclusão «Pôr os recursos minerais ao serviço de Portugal e das localidades mineiras, dignificando as condições de vida e de trabalho dos mineiros».

Entre as reivindicações avançadas, figuram a revitalização da actividade económica e social nas localidades com minas encerradas, a implementação de actividades alternativas em todas as localidades mineiras, a criação de empregos e a melhoria das condições de vida e trabalho dos mineiros. Foi aprovada uma moção em que os sindicalistas reclamam que a Constituição seja «um garante do desenvolvimento e do progresso social, para que a democracia seja real».

## Novas acções dos ferroviários

«Ao anunciar um défice de 72 milhões de contos na exploração, no exercício de 1996, o Conselho de Gerência da CP apenas vem confirmar o afundamento da empresa e de todo o sistema da rede nacional de caminho-de-ferro, com prejuízos acumulados, desde 1988, que já ultrapassam os 500 milhões de contos», comenta a federação sindical dos Ferroviários. Numa nota divulgada pela comissão executiva da FSTFP/CGTP na segunda-feira, afirma-se que «a situação está péssima, exigindo medidas urgentes, que apontem para uma solução credível». «Mas o que se prepara é a continuação da política responsável pelo desequilíbrio actual», lastima a federação, que estranha também o facto de a organização dos ferroviários do PS ter vindo denunciar «uma derrapagem de milhões de contos na execução de uma obra, como se o PS não tivesse responsabilidades pelo que se passa».

A federação declara que «vai continuar as suas acções em torno da exigência de uma nova política ferroviária e contra o desmembramento do sector, pela salvaguarda dos direitos e postos de trabalho, pelo cumprimento dos acordos firmados e pela negociação dos regulamentos de carreiras, com a realização de plenários durante a próxima semana e com a realização de greves regionais/sectoriais entre os dias 21 e 24 de Abril».

## Estado avaliza empréstimo de 600 mil contos Quanto custa a UGT?

O responsável das Finanças da UGT admite que «talvez tivéssemos que fechar as portas» se não se registasse esta entrada de dinheiro. Ao sair do segredo, o negócio veio abalar seriamente os já fracos pilares da imagem de independência da UGT face ao poder político.

Até à passada quarta-feira, os favores prestados pela UGT aos sucessivos governos e ao patronato não eram, propriamente, um mito. Por várias vezes, em diferentes contextos políticos, foi denunciada a forma como aquela estrutura avalizou, a nível nacional, de sector ou de empresa, posições gravemente lesivas dos interesses dos trabalhadores - e estes, melhor que ninguém, sabem o que esses favores têm custado.

No dia 2 de Abril, a publicação em «Diário da República» do aval concedido pelo Estado para que a UGT pudesse receber da CGD um empréstimo, em condições altamente favoráveis, no valor de 600 mil contos, deu a dimensão pública de um escândalo aos negócios entre a artificial central e o Governo de António Guterres.

Quinta-feira o aval de Sousa Franco foi manchete no «Público», teve largo destaque em todas as rádios e televisões, suscitou fartos comentários de todos os quadrantes - nomeadamente do PSD, envolvido no negócio da UGT desde o nascimento até às embrulhadas explicações que dirigentes seus ensaiaram depois de despoletada a «bronca».

Na Assembleia da República, o líder da bancada comunista solicitou a urgente presença do ministro das Finanças, para esclarecer a operação. No debate e nas declarações que foi solicitado a fazer, Octávio Teixeira disse claramente que «não estamos perante um aval, mas sim perante um subsídio» e acusou Sousa Franco de, ao alegar manifesto interesse nacional, pretender apenas que a UGT «continue a sentar-se na Concertação Social em acordo com o Governo e o patronato».

Também na quinta-feira e numa primeira reacção, Carvalho da Silva considerou ser este «um assunto sem comentário» e apelou à «análise e reflexão das instituições e dos formadores de opinião» acerca deste caso.

A fogueira foi ateadada com achas lançadas pelo próprio ministro das Finanças, que veio retomar a linha de força de uma nota saída do seu gabinete. «Como é que uma operação normal, de pequeno montante, inteiramente legal, regular, igual a dezenas de outras praticadas por todos os governos e, nomeadamente, pelo Governo anterior, cria uma imagem que só posso atribuir à falta de informação de uns e à má inter-

pretação e irresponsabilidade de outros», espantou-se Sousa Franco, citado pelo «Jornal de Notícias». Foi nesta ocasião que o ministro se referiu à CGTP, acusando a central de querer «fazer esquecer que eles receberam não garantias, mas transferências para os prédios em que estão instalados, para a realização de operações de muitos milhões de contos», e concluindo que a Inter «por isso devia estar calada».

A esta atitude «inqualificável» respondeu a CGTP, que mostrou em conferência de imprensa os documentos respeitantes ao pagamento de rendas e ao processo de compra da sua sede, na Rua Vitor Cordon. O ministro veio no dia seguinte pedir desculpas formais.

Igualmente na sexta-feira, o «Público» abriu a sua edição com o desenvolvimento do assunto. «Se não tivéssemos recebido este empréstimo, talvez tivéssemos de fechar as portas» - assim falava ao matutino o responsável pelas finanças da UGT, Júlio Fernandes. A opinião era compartilhada por Bettencourt Picanço, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e dirigente da UGT, que dizia: «Se não fosse encontrada uma solução, o que se poderia ter de encarar seria o desaparecimento da UGT. Quem tem dívidas e não as consegue resolver desaparece. Mas a UGT continua a ser necessária à democracia e ao projecto sindical português.»

Na segunda-feira, certamente estimulado pelas presumidas necessidades de responder à concorrência, o «Diário de Notícias» gritava do topo da sua primeira página: «CGTP recebeu 90 mil sem juros e não pagou». A notícia referia-se a um «empréstimo» pedido ao IIEP em 1992 e, na página 6, para além das declarações do coordenador da Intersindical, o próprio jornalista esclarecia que «do ponto de vista da legalidade, Carvalho da Silva não tem, de facto, nada que o preocupe». A outros órgãos, o dirigente sindical chegou mesmo a afirmar que «é mais o dinheiro que o Estado deve à CGTP do que o da CGTP ao Estado».

A Inter teve o pronto cuidado de exigir do Governo que revele a lista de todos os parceiros sociais beneficiados com avales e créditos públicos.

Será que se vai saber, afinal, quanto custa a todos os portugueses o «bom comportamento» da UGT nas relações com o Governo e os patrões?

■ DM

## Crime na Olaio ainda sem castigo

O Presidente da CM de Loures acedeu ao convite formulado pelas organizações representativas dos trabalhadores dos Móveis Olaio, para visitar esta empresa, abandonada pela administração desde 17 de Dezembro passado e à qual foram cortados electricidade, água e telefones.

O Sindicato da Construção, Madeiras e Mármore do distrito de Lisboa, ao anunciar para anteontem a visita de Demétrio Alves, apontava como objectivo do convite permitir ao autarca e aos jornalistas «observar não só os problemas dos trabalhadores, como também verificar o crime cometido pelo Conselho de Administração».

A Olaio deve salários desde Setembro de 1996 e os seus trabalhadores tiveram já a solidariedade unânime da Assembleia de Freguesia de Sacavém, por iniciativa dos eleitos da CDU. O Estado é detentor de 80 por cento dos créditos da empresa e os trabalhadores já solicitaram, a 7 de Fevereiro, a declaração de falência.

Em luta pelo pagamento de salários, em atraso desde Setembro, e pela reabertura da fábrica, deslocaram-se segunda-feira ao Ministério da Economia os trabalhadores da HR - Teixeira Ramalho, do Pinhal Novo.



Sindicalistas da Olaio participaram no plenário de 2 de Abril da CGTP e no desfile até São Bento

## Novamente o conto do vigário

A UGT, em conferência de imprensa e com a solenidade que a gravidade do assunto exigia, aproveitou o dia das mentiras para dar a conhecer ao País uma verdade surpreendente: o Governo do Eng. António Guterres, passados cem dias sobre a data da assinatura do Acordo de Concertação Estratégica, não está a cumprir os compromissos assumidos em matéria de políticas económicas e sociais! Disse, ainda, a UGT, recorrendo a eufemismos e circunlóquios próprios de quem tem consciência pesada, que afinal o desemprego vai de mal a pior, apesar de no combate ao desemprego estar a substância do Acordo de Concertação Estratégica. A mentira não está, portanto, na constatação desta realidade - situação de que a UGT já há muito tempo se teria dado conta, se em vez de se dedicar a certos negócios, prestasse alguma atenção às acções de protesto dos trabalhadores. A mentira está na pretensa indignação e solenes avisos ao Governo feitos pela UGT. A mentira está na exibição do filme já repetidas vezes visto e que consiste em a UGT bandear-se com o Governo e o patronato e, depois, vir querer salvar a face, ameaçando o Governo com formas de luta que nunca se concretizam. Entretanto, a UGT, ao dizer que o Governo não está a cumprir com os compromissos em matéria de políticas económicas e sociais, está a mentir, pois sabe muito bem que o Governo está a cumprir rigorosamente os seus compromissos a favor do patronato em matéria da política de contenção salarial, de limitação de direitos dos trabalhadores, de precarização do mercado do trabalho - as verdadeiras políticas que, com a prestimosa colaboração da UGT, foram consagradas no Acordo de Concertação Estratégica. A surpresa e o pretenso desencanto da UGT com a política do Governo PS são uma burla. Mais uma vez se confirma a história do conto do vigário que dá pelo nome de Concertação Social. Como sempre, nos Acordos de Concertação - e o último não foge à regra - o que é do interesse do patronato é concreto e de aplicação imediata; o que interessa aos trabalhadores faz parte do rol das promessas nunca cumpridas. O verdadeiro significado da conferência de imprensa da UGT não precisou de muito tempo para ficar esclarecido. É muito curioso que as suas ameaças ao Governo tenham surgido na véspera de se tornar pública a benesse dos 600 mil contos, repetindo-se também aqui a exibição de filmes já conhecidos. Moral da história: a UGT tomou-se definitivamente o braço social do Governo e do patronato.

■ Domingos Abrantes



(Continuação da pág. anterior)

«possivelmente foram roubados».  
 Todavia, os jovens CDU prosseguiram a investigação e acabaram por descobrir o que já adivinhavam: os painéis, propriedade do Partido Comunista Português, tinham efectivamente sido roubados mas pela Câmara Municipal que os escondeu num armazém. Os jovens comparam este comportamento ao «estilo salazarista» e afirmam que «pela calada da noite a Câmara furtou também materiais de propaganda de outras forças políticas», tentando silenciar «desta forma perversa e mesquinha as vozes discordantes» que chamam a atenção para «a triste realidade» do concelho.

## Governo dificulta investimentos em Mora

A CM de Mora acusa o Governo, através do Ministério da Agricultura, de continuar a impedir a instalação de uma Fábrica de torrefacção e desidratação de chicória na Zona Industrial do concelho. O boletim desta autarquia sublinha que «o esforço em dotar a região de uma rede de zonas industriais totalmente infra-estruturadas e a baixos preços não tem sido aproveitado pelos sucessivos governos ao impedirem sistematicamente e mesmo boicotarem a instalação de unidades produtivas, capazes de gerar novos postos de trabalho».

Entre os casos mais graves a Câmara denuncia a falta de apoios ao projecto de matadouro industrial que ira criar perto de 500 empregos e à citada Fábrica da Chicória com 30 postos trabalho. Esta unidade era facilmente enquadrada por um Plano de Desenvolvimento Integrado uma vez que a chicória é uma cultura que poderia fazer parte de sistema de rotação da beterraba sacarina, para a qual está a ser construída uma fábrica em Coruche.

## Tribunal decide hoje

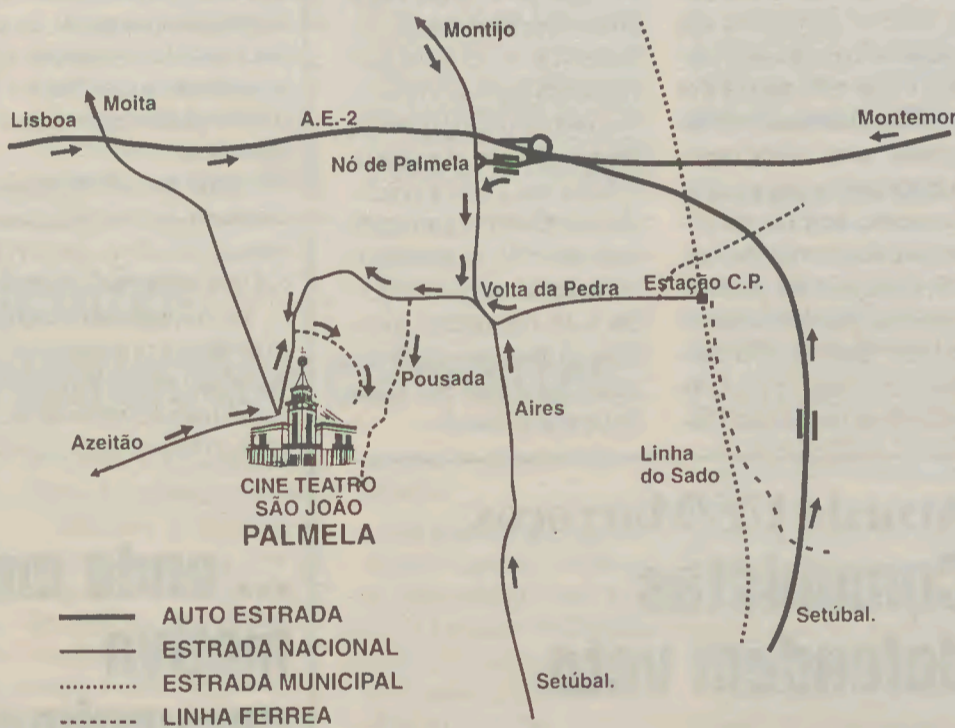
O Tribunal de Barcelos lê hoje a sentença no processo contra os membros da comissão recenseadora da Freguesia de Gamil, que nas Eleições Legislativas de Outubro de 1995 entenderam riscar dos cadernos eleitorais alguns não residentes. Os «riscados» eram praticamente todos de partidos políticos cuja cor não agradava ao presidente. A CDU reagiu de imediato e apresentou um protesto à CNE, tendo o Ministério Público instaurado um processo crime contra os responsáveis pela arbitrariedade. Hoje faz-se justiça.



# Conferência Nacional do PCP O Poder Local e as Eleições Autárquicas

■ 12 de Abril 1997  
 ■ Cine-Teatro S. João - Palmela

## CDU é obra!



## CDU recolhe apoios na Amadora

Cerca de duas centenas e meia de pessoas, onde se incluíam dezenas de independentes e activistas da CDU, participaram na passada sexta-feira num jantar promovido no Refeitório Municipal de Moínhos da Funcheira, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e Orlando de Almeida, actual presidente e candidato ao próximo mandato, Rogério Rodrigues, mandatário da CDU, e Mário Ventura Henriques, escritor e jornalista.

Orlando de Almeida fez uma retrospectiva do que era o concelho há 17 anos e do que é hoje, sa-

lientando que a Amadora está no caminho do desenvolvimento e da requalificação urbana.

Carlos Carvalhas, que falou a seguir, salientou a obra realizada pela gestão CDU, apesar da grave situação social que se vive no concelho e no país, fruto da continuação da política de direita levada a cabo pelo Governo Guterres/PS. O secretário-geral do PCP manifestou-se confiante numa boa votação na CDU nas próximas eleições, sublinhando a necessidade de conquistar para a CDU os eleitores desiludidos e defraudados com as promessas feitas e não cumpridas pelo PS.

# Conferência Nacional, no sábado, em Palmela Poder Local e as Eleições Autárquicas

No próximo sábado, em Palmela, terá lugar a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, onde se aguarda a presença de cerca de 700 participantes que irão encher o novo Cine-Teatro S. João.

Trata-se de uma iniciativa que tem como objectivo «aprofundar a reflexão sobre a intervenção no poder local e as orientações para a próxima campanha eleitoral».

Como se refere na targeta que anuncia a Conferência, «a preparação das próximas eleições autárquicas, de particular importância política, constitui uma tarefa prioritária exigindo a maior atenção e envolvimento das organizações do Partido, uma vasta mobilização dos comunistas e a sua confiança no resultado da batalha eleitoral que vão disputar.

«A defesa do poder local democrático, a positiva obra realizada nas autarquias pela CDU, o trabalho, honestidade e competência que caracterizam a actividade dos eleitos do PCP e dos seus aliados na CDU, justificam o reconhecimento e o prestígio conquistados junto das populações.

«Está ao alcance da CDU reforçar votações, mandatos e maiorias nas próximas eleições autárquicas, o que terá evidentes reflexos positivos no rumo futuro da política nacional. Também os progressos que o PCP alcançar no combate à política de direita executada pelo Governo PS constituirão importante contribuição para o êxito da CDU nas eleições autárquicas».

## Horário e refeições

Com início às 10.30 horas, a Conferência terá um intervalo para almoço das 13 às 15 horas, momento em que os trabalhos são retomados até às 17.30, hora do encerramento.

Destinado aos participantes, foi assegurado um serviço de refeição em local perto da Conferência. Contudo, dado o número limitado de refeições que será possível servir, a organização recomenda que as senhas sejam adquiridas logo no início dos trabalhos junto dos serviços de apoio. O preço da refeição completa é de 800 escudos.

## Coordenadora de Aveiro reúne com bombeiros

Uma delegação da Coordenadora de Aveiro da CDU, constituída por António Salavessa, Artur Ramísio e Alexandre Duarte, encontrou-se recentemente com a Direcção dos Bombeiros Novos de Aveiro, no âmbito do programa de contactos que a Coligação vem efectuando com diversas instituições concelhias.

Os Bombeiros Novos são uma Associação Humanitária já com 87 anos de vida e tem como actividade principal o combate aos fogos e as intervenções na área da saúde. Com cerca de 300 mil quilómetros percorridos anualmente, a instituição conta essencialmente com as contribuições da população e os subsídios da autarquia, nomeadamente da Freguesia de Vera Cruz, para fazer face às despesas. A escassez de apoios centrais e os atrasos no pagamento de serviços prestados nomeadamente ao Ministério da Saúde criam sérios problemas.

Outra questão referida prende-se com a necessidade do corpo de bombeiros dispor de diversas especializações, o que implica custos acrescidos. De facto, têm de estar preparados para situações diferenciadas nomeadamente incêndios urbanos, socorro a sinistros rodoviários, entre outras. Acontece que o Serviço Nacional de Bombeiros está quase exclusivamente direccionado para o combate aos fogos florestais e não dá o apoio necessário às restantes situações. Por exemplo, o elevado custo dos materiais destinados ao combate a incêndios químicos não é subsidiado.

## Visita a Avintes

O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Gaia e actual vereador da CDU, Antero Pires, visitou no passado sábado a freguesia de Avintes onde contactou com diversas entidades.

O candidato da CDU encontrou-se com a directora e com a Associação de Pais da Escola Primária de Pousada, onde tomou conhecimento das deficientes condições do refeitório e da necessidade de arranjar a área envolvente, questões que Antero Pires prometeu levar à reunião de Câmara.

De seguida, foi recebido no Futebol Clube de Avintes onde afirmou a sua intenção de propor a inclusão de verbas no próximo PIDDAC para a recuperação das instalações e construção de um novo complexo desportivo.

Antero Pires esteve ainda na Quinta da Mesquita, que se depara com sérias dificuldades de trânsito, visitando ainda as obras da escola secundária, que se encontram finalmente a decorrer depois de uma longa luta de 10 anos que a CDU sempre apoiou, nomeadamente com um abaixo-assinado que reuniu milhares de subscritores.



# EUA discriminam portugueses

## Governo PS é conivente

«No momento em que decorre a visita oficial do Primeiro-Ministro de Portugal aos Estados Unidos da América, a Direcção da Organização na Emigração do PCP considera oportuno lembrar alguns dos *problemas que justamente preocupam as comunidades de emigrantes portugueses* naquele país e que têm igualmente reconhecidas repercussões negativas para Portugal, mas sobre os quais o *comportamento do Governo do PS se tem caracterizado pela passividade, pelo silêncio ou pela conivência com decisões do Governo norte-americano que lesam e ofendem os interesses nacionais.*» Assim inicia a nota no passado dia 2 divulgada à comunicação social, que a seguir transcrevemos.

«As autoridades políticas dos Estados Unidos da América estão a praticar *discriminações humilhantes e inaceitáveis contra Portugal* e contra as comunidades portuguesas que aí vivem e trabalham, apesar da reconhecida importância social e económica destas comunidades, da sua contribuição para o desenvolvimento daquele país e de na altura das eleições não se esquecerem de solicitar o seu voto.

Eis alguns exemplos, que têm sido aliás objecto de iniciativas e alertas do PCP, designadamente através dos seus deputados na Assembleia da República e na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e *que justificariam da parte do Primeiro-Ministro que, desta vez, assumisse uma atitude de defesa dos interesses de Portugal e das*

*comunidades portuguesas nos EUA e não a habitual «vassalagem» perante o seu «amigo americano»:*

1. O Governo dos Estados Unidos tem praticado a política de, em relação a emigrantes portugueses que cumpriram pena de prisão por crimes de delito comum, terminada a pena, os expulsar de imediato. Este facto está a criar um grave problema social nos Açores, pela dificuldade de acolhimento e integração de um elevado número de repatriados nestas condições, cidadãos em geral com poucos ou nenhuns laços com a sua terra de origem, com desconhecimento ou reduzido domínio da língua portuguesa, com muitos anos de permanência na sociedade norte-americana onde deixaram as respectivas famílias e onde, quantas vezes por razões de exclusão

social, não adquiriram a respectiva nacionalidade.

Apesar de até mesmo um congressista norte-americano, Barney Frank, ter recentemente reconhecido que estes cidadãos «são fruto desta sociedade (norte-americana) que tem como obrigação acolhê-los como os demais cidadãos», o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas optou antes pela posição servil de porta-voz em Portugal dos interesses norte-americanos ao declarar, a este respeito, que «os Estados Unidos são um Estado soberano e, quanto a extradições, nada se pode fazer».

É legítimo exigir do Primeiro-Ministro e dos outros governantes portugueses outra atitude buscando, no quadro das relações entre os dois Estados, uma solução diferente para este problema que tenha em conta os problemas humanos e os interesses de Portugal envolvidos. *Os Açores não podem ser o receptáculo passivo e sem alternativa dos problemas humanos e sociais gerados na sociedade norte-americana e pelos quais os governantes deste país são primeiros e directos responsáveis.*

2. Portugal é um dos dois países dos Estados-membros da União Europeia cujos cidadãos necessitam de um visto para entrar nos Estados Uni-

dos da América, situação discriminatória injustificável, tanto mais que Portugal não exige visto aos cidadãos norte-americanos e que prejudica o desenvolvimento das relações bilaterais no domínio da cultura, da educação e formação profissional, da economia.

O Governo português não pode abdicar do seu direito soberano de agir directamente junto das autoridades norte-americanas para a resolução deste problema dos vistos, aproveitando a visita oficial em curso, nem é lícito que se demita das suas responsabilidades e se limite a solicitar, como fez, ao Governo da Holanda (que preside actualmente à União Europeia) para interceder junto dos EUA para que ponha termo aos vistos de entrada obrigatórios para gregos e portugueses.

3. Os Estados Unidos acabam de recusar, mais uma vez, a *língua portuguesa como idioma opcional* nas provas específicas de acesso às universidades norte-americanas. Este facto justifica igualmente, não uma posição de cúmplice silêncio, mas a activa exigência pelo Governo português junto dos EUA do reconhecimento nesta matéria da importância da comunidade portuguesa ali residente e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no mundo.»



## Porto «Paraíso» de baixos salários...

Com a presença de mais de 100 quadros comunistas, dirigentes sindicais e de Comissões de Trabalhadores, realizou-se na passada sexta-feira, no Porto, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião para análise da situação social na região, com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP.

Entre as principais conclusões, a reunião destacou o agravamento da situação social e do desemprego, que no Grande Porto atinge 11 por cento da população activa, sendo que ascende a 80 mil o número de desempregados no distrito.

Entretanto, para inúmeros sectores profissionais da região, a contratação colectiva está bloqueada continuando o Porto a ser o «paraíso» dos baixos salários, «mesmo comparados com o resto do País».

A batalha pela efectiva aplicação das 40 horas - que as Confederações patronais, o Governo e a UGT, com as suas distorções, põem em causa - e o acordo PS/PSD de revisão constitucional - que destrói o sector público da economia, fragiliza os direitos sociais, ataca o direito à greve, elimina o controlo de gestão -, mereceram a análise dos activistas sindicais comunistas.

Outra conclusão da reunião foi a de que cresce o descontentamento e a frustração com a política do Governo do PS, aparecendo cada vez mais o PCP como a força política «essencial para um novo projecto alternativo e de esquerda».

Por fim, apelando à intervenção dos comunistas do Porto na participação e dinamização da luta nas empresas e nas acções e iniciativas do Movimento Sindical Unitário, a reunião considerou o desenvolvimento desta luta decisivo para travar a actual ofensiva contra os trabalhadores.

## Acordo UE/Marrocos Comunistas defendem veto

Notícias vindas a público sobre a inevitabilidade da aprovação da proposta da Comissão Europeia em liberalizar as exportações de conservas marroquinas para o mercado comunitário, em troca da cedência de utilização das suas águas por embarcações da comunidade, apanharam de surpresa o povo de Peniche, conhecedor das desastrosas consequências que daí advêm para os seus principais sectores económicos - abate de embarcações, redução dos postos de trabalho e agravamento das condições de vida da comunidade piscatória.

A denúncia cabe à Comissão Concelhia de Peniche do PCP que, repudiando o «Acordo de Associação entre a União Europeia e Marrocos» pelas graves consequências económicas e sociais daí decorrentes, principalmente para os pescadores e armadores do cerco, industriais de conservas e operários conserveiros do concelho de Peniche, exigem uma posição clara da parte do Governo português

na defesa e viabilização dos sectores das conservas e pescas do cerco.

Para os comunistas, impõe-se «uma posição inequívoca de rejeição» da proposta da Comissão Europeia, pelas graves consequências que a mesma terá para a «débil economia portuguesa», devendo para isso utilizar «o seu direito de veto», caso a Comissão insista na manutenção das suas propostas.

A concelhia do PCP responsabiliza o PS e o PSD pelas consequências deste acordo e lembra que o grupo eleito pelas listas CDU na Assembleia Municipal de Peniche apresentou em Novembro uma Moção, aprovada por unanimidade, chamando para o problema a atenção das forças vivas e representativas do concelho e fazendo-a chegar aos diversos órgãos institucionais.

«É necessário defender os interesses de Portugal, dos trabalhadores, dos armadores e empresários portugueses», afirmam os comunistas, apelando à luta da população.

## ... onde empresa motiva requerimento

A situação laboral da empresa UTA - United Technologies Automotive Portugal, Ld., no concelho de Valongo, mereceu, por sua vez, da parte do deputado comunista pelo círculo do Porto, José Calçada, a apresentação de um requerimento ao Governo, pela informação que sobre a mesma existe, de «natureza preocupante», desde finais da década de 80, indicando «incumprimento de disposições legais com consequentes prejuízos para os seus trabalhadores».

Como violação das disposições legais, José Calçada refere «o uso e abuso» da contratação a termo, substituindo a UTA todos os anos centenas de trabalhadores contratados a prazo por outros igualmente contratados a prazo - comprovando a existência de postos de trabalho permanentes; o grande número de trabalhadores mal enquadrados profissionalmente, com categorias abaixo daquelas que o contrato colectivo prevê; o não pagamento de retroactivos do complemento nocturno nos subsídios de férias e de Natal, há anos em dívida; o envio de trabalhadores para casa às sextas-feiras, sob pretexto de subocupação, exigindo mais tarde, em período de acréscimo de encomendas, a compensação desses dias de trabalho suplementar em singelo ou por dias de férias; a não constituição de uma Comissão Paritária para analisar as funções dos postos de trabalhos com que se havia comprometido com o Sindicato.

Afirmando que a UTA foge ao diálogo e teme o esclarecimento dos trabalhadores, boicotando-lhes o direito de reunião, o deputado do PCP requer ao Governo, através do Ministério para a Qualificação e Emprego, que o informe com urgência sobre que medidas está a «desencadear, particularmente através da Inspeção-Geral do Trabalho (IDICT), no sentido da urgente reposição da legalidade laboral e constitucional na UTA».

### CAMARADAS FALECIDOS

#### António Fernandes Ferreira Caetano

Com 39 anos, faleceu no passado dia 24 de Março, vítima de acidente no trabalho, o camarada António Fernandes Ferreira Caetano, do Couço. Muito estimado, no seu funeral incorporaram-se centenas de pessoas.

#### Joaquim Jesus Paixão Valente

Com 80 anos de idade, faleceu recentemente, vítima de desastre, o camarada Joaquim Jesus Paixão Valente. Era serralheiro reformado da EDP, em cuja célula militou activamente.

#### Mário Gomes Cruz

Faleceu com 71 anos de idade, em Lisboa, o camarada Mário Gomes Cruz. Foi membro da Comissão de Freguesia de Alcântara, tendo desempenhado muitas outras tarefas no Partido.

#### João Duarte Nunes

Faleceu recentemente, com 82 anos, o camarada João Duarte Nunes. Entre as várias tarefas que desempenhava na freguesia de Alcântara, onde militava, conta-se a da distribuição do «Avante!».

#### Ismael Cunha Resnandes Correia

Faleceu no dia 3 de Abril o camarada Ismael Cunha Resnandes Correia, com 68 anos de idade. Militante do PCP desde 1975, estava actualmente organizado na célula do Instituto de Emprego e Formação Profissional do Sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



# Carlos Carvalhas na IV Assembleia de Castelo Branco

## PS e PSD estão em «fase de disfarce»

Realizou-se no passado sábado, no Auditório Barata Moura, Bombeiros Voluntários do Fundão, a IV Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco, com a presença de 96 delegados e mais de 50 convidados. A Assembleia contou ainda com a participação de Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, e do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que encerrou os trabalhos.

Subordinada ao tema «PCP - A alternativa de esquerda para o desenvolver o distrito», a IV Assembleia de Castelo Branco decorreu num clima de grande entusiasmo e confiança, tendo Armando Morais iniciado o debate com a apresentação do Relatório de Actividades de que realçou as 9 iniciativas que, no âmbito dos «Debates com o País» contaram com a participação de cerca de 800 pessoas, constituindo uma importante acção política que se projectou para além da organização do Partido.

O período em análise, no parecer dos comunistas, caracteriza-se pela resistência à política de direita, consubstanciada na era ravaquista e, mais recentemente, na actuação do Governo PS, sendo visíveis no distrito as desastrosas consequências dessas políticas:

encerramento de empresas, salários em atraso, trabalho precário, o acentuar da desertificação e da distância em relação aos distritos do litoral.

Na sequência das visitas feitas por deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu - empresas têxteis da Covilhã e Cebolais, Tejo Internacional, Universidade da Beira Interior e diversas escolas - tem sido, contudo, possível levantar muitas questões e apresentar numerosas propostas para o desenvolvimento do distrito, como as que os deputados comunistas fizeram no âmbito do PID-DAC, quando da discussão do Orçamento do Estado. Comportamento que contrasta, aliás, com o dos deputados de outros partidos, designadamente do PS que se abstiveram na apresentação de

um Projecto de Lei sobre o PDI para o Distrito.

O Relatório de Actividades refere ainda as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores do distrito.

Foram as importantes lutas na Sicofato pelo pagamento de salários em atraso, em 1994, as greves na Portucel e na Administração Pública, a greve de professores, a greve no sector do vestuário, as lutas na Sotima e na M. Carmona, a concentração de trabalhadores na Covilhã, em 1995.

Foram as lutas contra o encerramento de várias empresas e pelo pagamento de salários em atraso na Texrebe, na Sociedade de Fabricantes, na Libela, na Varneca, na Montebela, na Sicofato, na Penteadora de Unhais, na Craiveiro e Mineiro, em final de 95, princípio de 96, a jornada de luta pelas 40 horas que se desenvolve em crescendo até hoje.

Foram as lutas pela participação no pagamento dos medicamentos aos reformados e trabalhadores dos lanifícios, conduzida pela União dos Sindicatos de Castelo Branco, Associação de Reformados da Covilhã e Sindicato Têxtil da Beira Baixa. E a luta contra a privatização da água no município de Castelo Branco.



A terminar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, a IV Assembleia aprovou por unanimidade a Resolução Política.

No segundo ponto, também por unanimidade, foram aprovadas as propostas de composição da nova DORCB - integrando 26 membros - e do Conselho Regional da ORCB - com 47 membros.

### PS é refém do PSD

A encerrar os trabalhos, e depois de uma profunda discussão sobre a Resolução Política, e de algumas palavras de Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, interveio Carlos Carvalhas.

Na sua intervenção, o Secretário-geral do PCP abordou a situação política e social, as consequências da política do Governo PS, designadamente no distrito de Castelo Branco, e as tarefas que se colocam ao PCP no momento político actual.

Criticando a política do Governo PS, o Secretário-geral

do PCP referiu concretamente «os anúncios pagos por todos nós», de propaganda à política de privatizações, que «ultrapassa todas as marcas». Se atendermos também ao anúncio governamental sobre as 40 horas percebemos que, agora, sempre que «o Governo estiver em apuros perante a opinião pública», aparecerá uma dose maciça de propaganda «paga com os dinheiros públicos...».

Quanto ao «Acordo de Revisão Constitucional», o PSD e o PS, na opinião de Carlos Carvalhas, sabendo não lhes ser favorável aparecer «de braço dado» tão próximo das eleições autárquicas, passaram agora «à fase do disfarce» e do «antagonismo verbal sobre o secundário», visando esconder «os acordos e as coincidências sobre o essencial».

De facto, afirma o Secretário-geral do PCP, o Acordo da Revisão Constitucional - contemplando o voto dos emigrantes para o Presidente da República, a diminuição do número de deputados, a liquidação de marcas e valores do 25 de Abril, etc. - «é uma clara vitória da direita», em que o PS fica refém do PSD em muitas matérias, caso da Regionalização, que fica «agora nas mãos do PSD».

Por isso, quando o PS «agora levanta a bandeira da regionalização», fá-lo apenas para fazer crer que «quer cumprir esta sua promessa eleitoral» e para desviar as atenções do «desemprego, do trabalho precário, dos baixos salários e das baixas reformas».

### Lucros em alta, investimento e emprego em baixa

«Na economia portuguesa, os lucros do capital financeiro estão em alta e o emprego, os salários, o investimento e o emprego com direitos estão em baixa», diz Carlos Carvalhas. Isto porque a política de concentração de riqueza e de «marcha forçada» para a moeda única tem travado o normal crescimento da economia portuguesa e acentuado as desigualdades.

Entretanto, em Castelo Branco, ano após ano, são adiados os investimentos prometidos em épocas eleitorais, como a realização da ligação viária prevista no plano rodoviário nacional que possibilitaria a «melhoria das acessibilidades em termos incentivos à instalação de novas indústrias por forma a fixar população, gerar emprego e elevar o nível de vida das nossas comunidades locais». Por outro lado, se tivermos em conta que de 1993 a 1996 encerraram 16 empresas, «não é difícil ter-se uma ideia da situação em que vivem muitas famílias de trabalhadores».

O PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução - aprovado com a abstenção do PS - em defesa da criação de um plano integrado de desenvolvimento para o Distrito de Castelo Branco que o Governo continua a protelar.

«Esta posição é inaceitável», acusa o Secretário-geral do PCP referindo a grave situação em que se encontram muitas empresas da indústria de lanifícios e o facto de em Dezembro de 1996 «estarem já contabilizados oficialmente, mais de 8 000 desempregados, dos quais apenas 2 900 recebiam subsídio de desemprego».

Por fim, assegurando que o PCP continuará «incansavelmente» a lutar «em todas as frentes de intervenção pelo progresso e pelo desenvolvimento do Distrito de Castelo Branco», Carlos Carvalhas considerou indispensável o reforço da influência do Partido nos diversos planos - social, político e eleitoral.

Existem «condições objectivas favoráveis» para esse reforço, diz, mas para isso é necessário «abrir o Partido para fora» e dar uma atenção muito particular à organização do Partido entre os trabalhadores e a juventude. «Não basta que haja um clima de simpatia à volta do Partido e uma aproximação de novos e antigos simpatizantes que, por esta ou por aquela razão se afastaram. É necessário que esta corrente de simpatia se transforme em mais militantes e em mais força organizada...».

## Análise objectiva permite orientações correctas

A IV Assembleia de Organização, realizada num quadro político diferente daquele em que se realizou a III Assembleia - Novembro de 1994 -, tem com ela, no entanto, traços comuns, «já que a política praticada pelo PS é muito semelhante àquela que o PSD levou a cabo».

Isso foi notório nas intervenções proferidas pelos vários delegados que entrevistaram e que trouxeram à discussão uma enorme riqueza de opiniões e dados que permitiram a definição das principais linhas de orientação para os comunistas da região nos próximos tempos.

Vasco Cardoso, por exemplo, abordou o trabalho da juventude, valorizando o reforço da estrutura orgânica da JCP no distrito, designadamente no Fundão onde têm até agora existido algumas dificuldades de intervenção do Partido e onde um grande número de jovens tem aderido à JCP. Para este reforço contaram naturalmente as muitas iniciativas levadas a cabo pelos jovens comunistas, com encontros, debates, convívios, acampamentos, etc.

O trabalho sindical foi aprofundado por Francisco Moreira que falou do reforço e desenvolvimento da luta de massas e da crescente intervenção de comunistas nas estruturas sindicais. Apesar das diferenças entre sectores ou mesmo entre locais de trabalho, sublinhou que os activistas do PCP «têm sabido defen-

der as características unitárias do MSU». Luís Garra, por sua vez, abordou a luta de massas, em que intervém um número cada vez maior de trabalhadores, alguns dos quais haviam acreditado «que o PS lhes daria as 40 horas», e agora vêem não ter isso passado de uma enorme fraude.

Luís Lourenço falou sobre a influência e o papel da comunicação social e do silenciamento que esta faz das iniciativas do PCP, incluindo de algumas que têm a participação do Secretário-geral dos comunistas. Vítor Reis interveio sobre as autarquias. Para este delegado, «os trabalhadores das Câmaras Municipais e dos Serviços Municipalizados quando ouvidos, motivados, respeitados nos seus direitos e estimulados encontram soluções que asseguram uma maior eficiência dos meios municipais».

O trabalho do Partido no conselho da Covilhã foi motivo de uma intervenção de Maria Jesus Bernardino, cabendo a João Fazendas abordar o trabalho dos comunistas na autarquia de Idanha-a-Nova, que permite um intervenção em defesa dos interesses da população. João Pessoa falou da campanha dos 200 mil contos e apelando à sua planificação, de forma a atingir a meta de 1.300 contos que o distrito se propôs.

Jorge Lopes teve também oportunidade de referir as manobras do PS de Alcains no sentido de evitar que a CDU apresentasse lista à Freguesia, o que não

acontecerá já que a CDU vai concorrer.

José Roberto e Francisco José Tavares falaram do trabalho do PS respectivamente nas Câmaras da Covilhã e do Fundão, frustrando as expectativas criadas. Lurdes Figueira abordou a educação e o ensino.

## Organizar e intervir

Na Resolução Política aprovada, a IV Assembleia, fazendo naturalmente depender a sua actuação do objectivo essencial de **reforçar o PCP no Distrito**, traçou um conjunto de outros objectivos e orientações, alguns dos quais se destacam.

- Intervenção institucional do PCP para desenvolver o distrito
  - Realizar a Regionalização e criar a Beira Interior
  - Reforçar e dignificar o Poder Local e aumentar a influência da CDU
  - Implementar um Plano Integrado de Desenvolvimento
  - Melhorar e concretizar as infra-estruturas de transporte, apoio à investigação e outras
  - Defender, modernizar e diversificar as actividades económicas (agricultura, indústria, turismo, comércio e serviços), de forma a promover o emprego e combater o trabalho precário
  - Defender e assegurar o sistema de segurança social, garantir o acesso à educação e o direito à saúde
  - Assegurar um Plano Nacional de Habitação, defender o meio ambiente e proteger a natureza
  - Definir uma política de democratização da educação física e do desporto
- Para o necessário reforço do Partido no distrito, a IV Assembleia propõe-se
- Recrutar, organizar e intervir
  - Ultrapassar insuficiências e debilidades
  - Melhorar o trabalho de direcção
  - Renovar e reforçar a organização e intervenção do PCP junto dos trabalhadores.





## Seminário Internacional sobre Moeda Única

# Existem alternativas

A propósito do Seminário Internacional sobre «A Moeda Única e a União Económica e Monetária» que o PCP vai realizar no próximo dia 19 de Abril, no Hotel Altis, em Lisboa, o «Avante!» falou com Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, que afirmou estar este integrado na campanha de esclarecimento sobre a moeda única, que os comunistas estão a realizar por todo o País, e na linha do desenvolvimento do abaixo-assinado para um referendo nacional.

Presidido pelo Professor Doutor António Avelãs Nunes, o Seminário, que contará com a participação de prestigiados nomes de especialistas portugueses e estrangeiros, procurará discutir no quadro de pessoas interessadas - comunistas ou não - todo o processo da moeda única e as orientações seguidas, o seu significado no plano económico, social, político e ambiental para um país como o nosso, as soluções alternativas, inclusive do ponto de vista da cooperação monetária europeia, no quadro da mundialização das economias e da exigência de uma

nova ordem económica mundial.

Este Seminário, disse-nos Agostinho Lopes, pretende discutir problemas que «irão afectar significativamente muitos sectores da vida económica e social portuguesa, os trabalhadores em primeiro lugar - problemas dos salários e do emprego -, mas também outros sectores como os pequenos e médios empresários». Isto, para lá de outras consequências económicas decorrentes do processo, como seja, por exemplo, os custos da mudança de moeda.

A iniciativa, que será encer-

rada por Carlos Carvalhas, pelo conjunto de quadros do Partido que nela participam, permitirá abordar um tema que não é fácil de abordar. Ainda que o debate que desde Março se vem realizando tenha já possibilitado o esclarecimento de muitas as pessoas sobre aquilo que está em jogo e até sobre as posições do Partido Socialista.

Percebe-se, contudo, pela discussão realizada, que é necessário prosseguir o debate. As principais dificuldades, diz-nos Agostinho Lopes, residem na existência de «ideias feitas», inclusive na cabeça de trabalhadores, sobretudo por via da emigração.

A ideia, por exemplo, de que uma moeda forte é uma coisa boa, é a experiência do emigrante que passando a ganhar em marcos ou em francos começou a viver melhor. «O problema é que se trata de uma moeda forte num país de economia fraca». E ironiza: «resta saber quem vai ganhar com essa moeda forte!».

Há muita confusão à volta de um assunto nebuloso para a maioria das pessoas e que é aproveitada com a propaganda e abordagem das ideias mais simplistas. Sobre o câmbio, por exemplo, há um conjunto de pessoas que tem essa experiência e a experiência é de perder com o câmbio. Mas isto afecta um número muito reduzido de portugueses. Com os emigrantes até acontece o contrário, deixam de ter aquele pequeno ganho que tinham quando cambiavam o marco ou o franco em escudos.

Outra questão que aparece

neste terreno, é a ideia muito simplista - mas que não deixa de estar na cabeça das pessoas, como se tem constatado -, de que os trabalhadores vão passar a ter o mesmo vencimento, as mesmas pensões que os dos outros países. «É óbvio que ninguém se atreve a afirmar uma barbaridade destas», afirma Agostinho Lopes, mas a ideia está incutida na cabeça das pessoas.

Outro exemplo são as generalizações abusivas que surgem na campanha a favor da moeda única. Dizem: «as empresas vão todas ganhar» mas quando passam à argumentação admitem que «algumas empresas exportadoras» possam ganhar. Ganhos que, aliás, podem não ser suficientemente compensadoras dos prejuízos que irão ter. Mas mesmo estas constituem uma minoria muito reduzida das empresas portuguesas.

Enfim, temas que o Seminário Internacional se propõe abordar, discutir, esclarecer, no próximo dia 19 de Abril.

Entretanto, pelo País, prossegue as iniciativas para esclarecimento da temática.

### Vila Real

A Direcção da Organização Regional de Vila Real realizou na passada sexta-feira, no Centro Cultural de Vila Real, e no sábado, no Auditório da Escola Fernão de Magalhães, em Chaves, debates que tiveram a participação de Agostinho Lopes, e de Honório Novo, deputado do PCP ao Parlamento Europeu.

Foram debates vivos, com a participação de cerca de 100 pessoas, que procuraram respostas para as dúvidas surgidas.

Uma das conclusões foi de que a «moeda forte» não é uma novidade para os portugueses. Portugal conheceu-a com a política económica da ditadura de Salazar, sendo conhecidas as suas trágicas consequências.

A vantagem da moeda única para os grupos monopolistas e transnacionais, e para os países fortes em detrimento dos mais fracos, a aceleração de uma divisão de trabalho ao nível da Europa desfavorável para Portugal que ela vai permitir são outras ideias que ficaram claras nestes debates.

Claro ficou ainda que o sistema de moeda única, como é o caso do escudo em Portugal, por si só não garante o desenvolvimento e o progresso, como pode verificar-se no

atraso e desertificação do interior do País, apesar da existência de um Orçamento nacional corrector!

### Viseu

Em Viseu, no passado sábado, no Salão da Assembleia Municipal, realizou-se também um debate subordinado ao tema «Portugal e a Moeda Única», com a presença de Agostinho Lopes.

Nesta iniciativa, promovida pela Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, participaram muitos camaradas e amigos, e ainda outras pessoas que quiseram informar-se das graves consequências para o País da eventual adopção do «euro».

O debate desenvolveu-se de forma viva e interessada, tendo sido recolhidas muitas assinaturas de apoio ao Referendo Nacional.



## Encontro PCP-CGTP

Uma delegação do PCP, dirigida pelo Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e integrando Fernanda Mateus e Jerónimo de Sousa, membros da Comissão Política, recebeu no passado dia 3 de Abril, no CT Soares Pereira Gomes, uma delegação da CGTP constituída pelo seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva, e Jerónimo Rodrigues da Comissão Executiva.

## Solidariedade com Cuba

Com a presença de cerca de uma centena de pessoas e a participação da Embaixadora de Cuba, realizou-se na passada sexta-feira, no Vitoria - Espaço Cultural, um jantar-convívio de solidariedade com Cuba, promovido pela Associação Solidariedade Internacionalista, da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

No debate que se seguiu ao jantar, estiveram presentes e usaram da palavra, para além da Embaixadora de Cuba, Mercedes Aguiar, Odete Santos, deputada do PCP, Armanda Fonseca, da Associação Portugal-Cuba, e Manuel Gouveia, da JCP.

Esta iniciativa de solidariedade insere-se numa campanha de angariação de fundos para a construção de uma ponte em Cuba.

### Aveiro

## Trabalhadores contestam privatização da Telecom

Com a presença de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, a célula da Portugal Telecom-Aveiro realizou recentemente uma reunião para análise da situação da empresa e de outras questões que preocupam os trabalhadores - postos de trabalho, carreiras, salários, direitos dos trabalhadores.

Segundo os comunistas, o Governo prepara-se para avançar com a 3ª fase da privatização da Portugal Telecom e com a revisão da lei de bases das comunicações, para deixar de existir o limite de 25% de capital estrangeiro, como indiciam os recentes aumentos dos preços das chamadas telefónicas.

Motivo de preocupação para os comunistas são também algumas situações que se verificam na empresa, como sejam as discriminações de horários (que vão das 35 às 40 horas) e salariais (chegam a atingir 100 por cento de diferença entre trabalhadores com a mesma categoria), a redução dos salários reais, as carreiras e a precariedade

laboral (no Centro de Estudos da PT de Aveiro há mais de 200 trabalhadores subcontratados e a recibo verde).

Os trabalhadores da Telecom já não têm dúvidas sobre a política do PS, prossegue o PCP: com esta privatização, o Governo do PS pretende efectuar um encaixe financeiro que lhe permita equilibrar o Orçamento do Estado, cumprir os ditames do processo de adesão à moeda única, satisfazer os interesses das multinacionais estrangeiras. As consequências vão senti-las os trabalhadores - com a redução de direitos e salários e a precarização do emprego - e os utentes, através do aumento dos preços das chamadas.

Tal desígnio não é, contudo, inevitável, afirmam os comunistas. E ao mesmo tempo que apelam aos trabalhadores e ao público em geral para que expressem o seu descontentamento, alertam para a necessidade do reforço das Organizações Representativas dos Trabalhadores, cujos processos de eleição estão em curso.

### Amadora

## Desemprego aumenta

Promovido pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP, realizou-se no passado sábado, no Auditório da Câmara Municipal da Amadora, um debate sobre a situação social no concelho com a participação de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política.

O debate, que contou também com a participação de Orlando de Almeida, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, e de Arménio Carlos, membro da União dos Sindicatos de Lisboa, teve a presença interessada de uma centena de pessoas.

Na análise feita sobre a situação social e económica do concelho, foram referidas algumas das obrigações do Estado para com os cidadãos e as consequências de sucessivas políticas governativas de direita, evidenciadas na destruição do aparelho produtivo e no consequente aumento do desemprego no concelho da Amadora, onde hoje existem mais de 15.000 desempregados, cerca de 2.000 dos quais jovens à procura do primeiro emprego.

Alguns dos presentes no debate

sublinharam os cerca de 3.000 trabalhadores lançados para o desemprego pelo Governo PS, chamando ainda a atenção para as consequências que daí advêm - exclusão social, insucesso escolar, desperdício de recursos humanos, entre outras - e para o crescimento do número de trabalhadores com vínculo precário.

As situações vividas em algumas empresas, como na Sorefame, Comctna, Pereira e Brito, J. B. Corsino, Bertrand, Nobre e Silva, Cabos Avila, foram exemplos que apareceram e que claramente apontaram para a urgência da alteração da política que está a ser seguida pelo Governo do PS.



Da análise feita à situação social do concelho da Amadora, resultou o aumento do desemprego



## UNIÃO EUROPEIA

## Convenção

O Conselho da Europa e a UNESCO vão assinar amanhã, em Lisboa, uma Convenção que permite aos estudantes europeus o prosseguimento dos seus estudos ou trabalho no estrangeiro.

A cerimónia de assinatura realiza-se no final de uma Conferência diplomática levada a cabo na Fundação Calouste Gulbenkian, na qual participam Daniel Tarschys, Secretário-Geral do Conselho da Europa, e Colin Power, Assistente do Director-Geral da UNESCO para a Educação. A Convenção vai permitir que os estudos e diplomas do ensino superior sejam reconhecidos por 54 países, dos quais 40 são Estados-Membros do Conselho da Europa. É o primeiro Acordo conjunto assinado entre as duas Organizações.

Na prática, esta medida vai facilitar o reconhecimento por um país, dos diplomas de ensino superior passados por outro país. Para o efeito, a Convenção fixará directrizes para a elaboração de um quadro legislativo à escala europeia.

## Solidariedade com os Sem-Terra

Os eurodeputados do PCP subscreveram uma proposta de resolução do Grupo GUE/NGL manifestando a sua solidariedade com a luta dos camponeses sem-terra do Brasil. O documento, submetido à sessão plenária do PE a decorrer em Estrasburgo, recorda que, no Brasil, cerca de 100 milhões de hectares de terra localizadas em grandes propriedades estão incultas, enquanto cerca de 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de um palmo de terra. Esta realidade é tanto mais gritante quando já em 1992 um relatório da FAO constatava resultados muito positivos na melhoria das condições económicas das famílias a quem foi distribuída terra, assim como uma redução assinalável da mortalidade infantil. Por outro lado, a falta de meios de sobrevivência está a provocar o êxodo para as cidades (30 milhões de pessoas, no período de 1970-1990, segundo as estatísticas oficiais), o que provoca graves problemas sociais e económicos. Sublinhando que «só nos primeiros 45 dias deste ano mais de 50 trabalhadores sem-terra foram vítimas da violência praticada pelos defensores do grande latifúndio», o documento insta as autoridades brasileiras para que seja cumprida a legislação sobre a reforma agrária e punidos os responsáveis pelos actos de violência contra os camponeses.



O respeito pelos Direitos Humanos passa pelo combate ao racismo e à xenofobia

Direitos Humanos  
PE aprova relatório quase à tangente

Na passada terça-feira, o Parlamento Europeu aprovou por escassa maioria o relatório da deputada Claudia Roth (verde alemã) sobre o respeito dos Direitos Humanos na União Europeia (1995). Os deputados do PSD e do PP votaram contra.

Logo no início do seu texto, a relatora insiste na importância de que se reveste a protecção dos Direitos Humanos na União, a fim de que possa ser reclamada com credibilidade a sua observância a nível mundial. Esta chamada de atenção é pertinente pois, como já vem sendo hábito, o Parlamento Europeu, que tem tendência para se pronunciar sistematicamente sobre a violação dos Direitos Humanos em qualquer parte do globo e que insiste (e bem) para que o seu cumprimento seja uma condição nos tratados de cooperação, fica muito melindrado quando é confrontado com o que se passa na sua própria casa.

São consensuais os aspectos gerais relacionados com as liberdades fundamentais (liberdade de pensamento, de associação, de expressão); o direito à integridade física; o direito à liberdade de circulação (a sua não observância contribui para a perda de confiança dos cidadãos); os direitos em juízo; os direitos das pessoas detidas.

Os problemas começam e as opiniões dividem-se quando se começam a tratar as questões sociais. Os direitos dos imigrantes e direito de asilo; o combate ao racismo e xenofobia e principalmente no que se refere aos direitos económicos e sociais, e direito à segurança social.

O relatório aprovado exprime indignação pelos numerosos casos de óbito de pessoas sem abrigo originados pelas intempéries, propõe a elaboração, a nível comunitário, de um instrumento jurídico vinculativo que estabeleça garantias mínimas em matéria de rendimento, de protecção social, de

acesso à assistência médica e à habitação, entende que, paralelamente às medidas de protecção social e económica, deverão ser executadas políticas de base destinadas a deter o processo de pauperização.

O relatório reafirma, por outro lado, a necessidade de consagrar o direito dos deficientes à igualdade de oportunidades e de não-discriminação, o direito das pessoas idosas a uma vida condigna, exorta os Estados-membros a porem em prática os acordos concluídos na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher e a adoptarem medidas eficazes para combater a violência em função do sexo e outras violações dos Direitos da Mulher.

O documento requer ainda a criação de mecanismos destinados a vigiar e proteger a observância dos direitos elementares da Criança e exorta os Estados-membros a intensificarem as medidas de prevenção e eliminação dos casos de negligência grave ou de violência contra as crianças.

Joaquim Miranda afirmou na sua declaração de voto que o direito ao trabalho, a um emprego estável, a uma segurança social capaz e a uma vida digna são vertentes essenciais dos direitos da pessoa humana e neste âmbito se devem inscrever os combates ao desemprego, à pobreza, à exclusão e à marginalização. Considerou que o relatório faz, no essencial, uma abordagem exaustiva, positiva e adequada deste assunto.

Por estas razões, os deputados do PCP contribuíram para os 174 votos que aprovaram este relatório. Dos 166 deputados que votaram contra, constam os deputados do PSD e do PP.

## Eurodeputados exigem fim da importação de milho transgénico

Na sessão desta semana, o PE discutiu a decisão da Comissão de autorizar a colocação no mercado de milho geneticamente modificado. Na proposta de resolução que o Grupo de Esquerda Unitária subscreveu, e que foi aprovada por esmagadora maioria no final da manhã de terça-feira, lamenta-se que a Comissão tenha permitido importações daquele produto sem que o Conselho tenha tomado posição sobre o assunto, e que tenha decidido contra a opinião do Parlamento e de alguns Estados membros – entre os quais se destacam a Áustria e o Luxemburgo (que proibiram a sua produção local). Ao mesmo tempo, exige-se que a Comissão torne públicas as análises científicas dos comités que orientaram a sua decisão, imposição tanto mais importante quanto é certo que foram apresentadas novas e mais recentes provas técnicas que justificam as posições daqueles países.

Foi baseado nesta autorização da Comissão que recentemente foi desembarcado em Lisboa um carregamento de milho transgénico proveniente dos EUA, tendo sido, aliás, Portugal o primeiro país da UE por onde deu entrada o produto em questão. E já agora, adiantar que a polémica mediática que rodeou tal desembarque poderia não ter sucedido se o governo por-

tuguês tivesse, eventualmente, procedido como outros... Recorde-se, ainda, que teve recentemente lugar uma audição pública sobre o problema, decorrente de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Na sua intervenção durante a discussão havida em Estrasburgo, o deputado comunista Honório Novo reafirmou o princípio da utilidade da investigação e da utilização da biotecnologia na agricultura. No entanto, acrescentou que «este é um domínio onde a segurança alimentar, a defesa da saúde pública e a protecção ambiental deverão ter prioridade absoluta no que concerne às decisões a tomar». Por isso, considerou que a decisão da Comissão confirma que «mais uma vez» houve uma sobreposição dos «interesses económicos de grandes multinacionais e dos grandes importadores» aos interesses dos cidadãos e dos consumidores.

**Este é um domínio onde a segurança alimentar, a defesa da saúde pública e a protecção ambiental deverão ter prioridade absoluta no que concerne às decisões a tomar.**

## O fantasma das «vacas loucas»

Este acto de gestão da Comissão lembra obrigatoriamente as múltiplas e idênticas decisões que permitiram o eclodir e alastramento da doença das «vacas loucas». A associação é irrecusável se se souber que a importação é feita a pedido da Ciba-Geigy, que não foram tornados públicos os estudos que a Comissão pretensamente invoca para fundamentar a sua decisão e que foram desprezadas advertências acerca dos riscos relacionados com a inexistência de estudos aprofundados sobre os efeitos das manipulações genéticas a longo prazo e da eventual transmissão humana de genes resistentes a antibióticos.

Tal como se reclama na proposta de resolução aprovada, Honório Novo exigiu que a decisão da Comissão fosse suspensa, devendo ser tomadas, «em conjunto com os Estados-membros,

medidas para que qualquer decisão sobre produtos geneticamente modificados seja precedida por avaliações científicas rigorosas e independentes, e acompanhada por informação pública pormenorizada sobre as formas de fabrico e a respectiva composição».

Na sua intervenção durante a discussão, a Comissária dinamarquesa Bjerregard, encarregada das questões ambientais, confirmou o fundamental dos factos invocados pelos deputados, tendo ainda adiantado que a Comissão tinha adoptado no início de Abril novas disposições legislativas para impor a breve prazo regras rígidas sobre rotulagem de produtos geneticamente modificados. No entanto, informou que estas medidas não terão efeito retroactivo, não se tendo disponibilizado para aprofundar a questão essencial das prévias avaliações científicas de riscos.

Perante tantas hesitações e a evidência de «colaboração» com interesses de transnacionais, resta aguardar se a Comissão vai aceitar a exigência de suspensão da sua decisão de Dezembro, ou se, tal não se verificando, o Conselho (e por que não o Governo Português tomar a dianteira?) vai tomar alguma iniciativa nesse sentido. Caso contrário, é justo questionarmo-nos sobre a possibilidade de poderem estar a ser dados passos para uma situação semelhante à das «vacas loucas». Esperemos, apesar de tudo, que não.



## INTERNACIONAL

## Médio Oriente

# Paz moribunda

«As ações agressivas de Israel, as excessivas medidas de segurança e a mobilização militar imposta nos territórios palestinos são uma verdadeira declaração de guerra», afirmou o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, na segunda-feira.

Discursando na 12ª Conferência Ministerial do Movimento dos Não-Alinhados que decorreu em Nova Deli, na Índia, Arafat apelou à realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU, de forma a «recomendar medidas de pressão para obrigar Israel a cumprir as suas obrigações, acordos e garantias».

Nas palavras do líder palestino, essa convocação justifica-se ainda mais depois dos dois vetos utilizados pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança para bloquear qualquer resolução contra o Estado hebraico.

## Violência no Brasil

Na sequência do vídeo filmado por um particular no início de Março em que vários polícias militares brasileiros agredem, extorquem e assassinam duas pessoas, a Amnistia Internacional anunciou o envio de uma comissão especial ao Brasil para seguir o caso. A AI considerou que este tipo de agressões «selvagens» são propiciadas pela impunidade que os membros da polícia usufruem. A própria lei brasileira agrava essa impunidade, ao permitir que os crimes cometidos pelos membros da polícia sejam analisados pela Justiça Militar, em tribunais em que os juizes são oficiais do mesmo corpo. Entretanto, foi revelado que seis dos nove polícias envolvidos neste caso têm antecedentes criminais graves, nomeadamente homicídio, tentativa de homicídio e agressão. Um novo vídeo divulgado segunda-feira mostrando a bestialidade policial noutra operação levou já à detenção de cinco polícias.

## Massacres na Argélia

Desde a passada quinta-feira mais de cem pessoas foram assassinadas na Argélia alegadamente por fundamentalistas islâmicos armados. Nos dias 3 e 4, pelo menos 84 civis foram massacrados, entre os quais 52 degolados, na localidade de Thalit, no departamento de Médéa.

## Referendo em Maio na Polónia...

No dia 25 de Maio, a nova Constituição polaca vai ser sujeita à opinião dos eleitores polacos num referendo nacional, que decidirá a sua adopção ou não. O documento foi aprovado no Parlamento por 451 votos favoráveis, 40 contra e seis abstenções. A oposição de direita é manifestamente desfavorável à nova Constituição, tendo já prometido promover uma campanha contra o documento antes do referendo.

## ... e no Equador

No mesmo dia a população do Equador pronuncia-se sobre a ratificação do governo do presidente interino, Fabián Alarcón, e a destituição do

Para Arafat, o governo de Benjamin Netanyahu «deseja manter território, segurança e paz com os palestinos e com o mundo árabe em troca de nada».

Israel, por seu lado, não dá mostras de que as considerações de Arafat estão erradas. No mesmo dia, o ministro da Defesa, Yitzhak Mordechai, decretou o prolongamento do bloqueio à Cisjordânia e Faixa de Gaza por tempo indeterminado, prejudicando milhares de palestinos que são impedidos de se deslocar aos seus postos de trabalho e sofrem graves problemas económicos.

De acordo com um relatório da responsabilidade da ONU divulgado na semana passada, a economia palestina perdeu seis mil milhões de dólares entre 1992 e 1996, principalmente devido aos bloqueios israelitas.

A política seguida pelos israelitas «foi devastadora para o desenvolvimento económico, para as condições sociais, as contribuições dos países doado-



Soldados israelitas em Jerusalém oriental

res, as actividades das Nações Unidas, assim como o próprio processo de paz», sublinha o documento.

O desemprego atinge actualmente 70 por cento da população activa da Faixa de Gaza e 50 por cento dos trabalhadores da Cisjordânia.

Entretanto, o encontro de Benjamin Netanyahu com o Presidente norte-americano Bill Clinton, no início da semana, alegadamente para relançar o moribundo processo de paz no Médio Oriente, saldou-se por um novo impasse, segundo um porta-voz da Casa Branca.

## Indonésia

# Televisões ao serviço de Suharto

As eleições gerais na Indonésia, marcadas para o próximo mês de Maio, estão já a provocar polémica no país devido à cobertura tendenciosa das televisões das actividades da pré-campanha.

Um relatório da Aliança de Jornalistas Independentes (AJI) divulgado esta semana pela Lusa revela que as cadeias televisivas indonésias estão a favorecer descaradamente o partido Golkar do Presidente Suharto e a dar imagens negativas da oposição. O relatório da AJI, um órgão que não é reconhecido oficialmente por Jacarta, reporta-se à cobertura televisiva da pré-campanha eleitoral durante os primeiros três meses deste ano.

Segundo o documento, as televisões não só dedicaram mais espaço ao partido Golkar como apresentaram notícias maioritariamente negativas sobre os partidos da oposição, PDI e PPP.

A AJI, que observou vários programas de informação da cadeia governamental TVRI e das televisões privadas RCTI e ANTeve, refere que a igualdade partidária de acesso «é quase inexistente».

No principal noticiário da TVRI, o partido Golkar foi noticiado 19 vezes, num total de mais de 34 minutos, enquanto o principal partido da oposição, o PPP, foi referido somente uma vez durante apenas 1 minuto e meio, e o PDI duas vezes com pouco mais de 9 minutos de cobertura.

«A cobertura dada aos três partidos é ainda mais preocupante se se referir várias reuniões do Golkar, transmitidas pela TVRI, e eventos como o aniversário do partido, que mereceu cobertura especial e programas de mais de três horas de duração nos três canais», refere o documento.

No que toca às televisões privadas, o Golkar foi referido sete vezes no noticiário «Seputar Indonesia», da RCTI, e sete vezes no programa «Cakrawala», da ANTeve, enquanto o PPP foi referido

apenas uma vez na RCTI e o PDI mereceu apenas uma notícia na ANTeve.

Preocupante, segundo a organização de jornalistas, é também o papel das televisões privadas que inicialmente pareciam prometer «preencher um vácuo que existia» e que, contrariamente, têm-se manifestado claramente parciais.

O favorecimento do Golkar nas cadeias privadas não é de surpreender, dado que todas elas pertencem a personalidades directamente ligadas ao próprio presidente Suharto, à sua família ou a líderes do Golkar e do governo.

A RCTI - a maior das privadas - pertence ao filho de Suharto, Bambang Trihatmojo, que é ainda tesoureiro do Golkar e detém ações na SCTV, outra das cadeias privadas de televisão do país.

A ANTeve pertence a Aburizal Bakrie, da Kadin (a Câmara de Comércio indonésia), e a Agung Laksono, vice-presidente do Golkar.

O grupo que controla a cadeia TPI pertence por seu turno à filha mais velha do presidente Suharto, Siti Hardiyanti Rukmana (conhecida por Mbak Tutut), que detém um dos principais cargos na liderança do Golkar.

Finalmente, a Indosiar, pertence a outro grupo liderado por Liem Sioe Liong, amigo íntimo do presidente, e outra das figuras mais importantes do partido do governo.

É a «democracia» à Indonésia.

Face a esta situação, a AJI propõe-se continuar a produzir relatórios regulares durante todo o processo eleitoral, com análises quinzenais durante Abril e diárias durante o mês de Maio.

«A seriedade da atenção dada para garantir que o acesso aos meios de comunicação é equilibrado servirá como método fácil de medir a justiça e legalidade do próprio processo eleitoral em si», faz notar a AJI.

## Dia Mundial da Saúde

# Descobertas 30 doenças em 20 anos

As doenças infecciosas são a principal causa de morte no mundo, e enfermidades que pareciam estar controladas (caso da tuberculose e da difteria) estão novamente a manifestar-se, mostrando-se cada vez mais resistentes à medicação utilizada.

No Dia Mundial da Saúde, assinalado na segunda-feira, o secretário-geral das Nações Unidas revelou que nos últimos 20 anos foram identificadas 30 novas doenças altamente infecciosas, nomeadamente a Sida e o Ébola.

«A globalização do comércio, as alterações ecológicas e climáticas e os movimentos maciços de pessoas, quer se tratem de turistas, homens de negócios, imigrantes ou refugiados, estão a criar novas oportunidades para a propagação de doenças», afirmou Kofi Annan.

Mas as causas não se ficam por aqui: «a urbanização desordenada e descontrolada, em muitos países, obriga as pessoas a viver em condições caracterizadas pela falta de higiene e pelo superpovoamento». Além disso, «a pobreza persistente expõe centenas de milhões de pessoas à ameaça de infecção através da falta de acesso a água salubre e de suficiente saneamento». Em alguns países, «as crises sociais e económicas, bem como os conflitos civis, conduziram à ruptura dos serviços nacionais de saúde», acrescentou o responsável máximo da ONU, citado pela agência Lusa.

Contudo, a guerra contra algumas doenças está a caminhar para um bom fim: a varíola foi erradicada e a poliomielite e a lepra estão a ser eliminadas.



• A vacinação é uma das formas de combater as doenças infecciosas, mas só por si não bastam para eliminar as que proliferam devido às deficientes condições de vida de grande parte da população



## INTERNACIONAL

## Zaire Rebeldes avançam

Enquanto decorrem em Pretória as negociações entre os representantes do presidente Mobutu e do líder dos rebeldes, centenas de refugiados ruandeses morrem em território zaireense.

De acordo com Peter Kessler, porta-voz da ACNUR (Alto Comissariado da ONU para os Refugiados), pelo menos 400 hutus ruandeses morreram de fome, prostração ou doença nas últimas duas semanas. Na estrada entre Kisangani e Ubundu, no leste do país, metade dos 800 refugiados que ali se encontravam estão mortos. Segundo testemunhas, é comum encontrar adultos e crianças deitados ao lado de cadáveres de familiares.

Mas este é apenas um pequeno grupo. Pensa-se que existem 170 mil refugiados ruandeses espalhados pela área a sul de Kisangani. O local onde cerca de 80 mil pessoas se encontram actualmente está identificado, mas ninguém sabe ao certo onde estão as restantes 90 mil. Os representantes das organizações humanitárias dizem que se encontram escondidas em locais remotos das florestas, sem alimentos ou água.

Entretanto e após seis meses de guerra civil, as forças dos rebeldes tomaram a cidade de Lubumbashi, a capital da província mineira do Shaba. Face ao perigo que os homens de Laurent-Désiré Kabila representam, o comando do exérci-

to zaireense apelou na segunda-feira aos seus soldados para deporem as armas naquela cidade, pelo que praticamente não se registaram confrontos entre as partes.

Quanto à situação política do país, basicamente tudo continua na mesma, apesar da nomeação de Etienne Tshisekedi para o lugar de primeiro-ministro. Tshisekedi cumpre agora o seu terceiro mandato

neste cargo desde 1991. O presidente Mobutu Sesse Seko reservou seis pastas para o movimento de Kabila: Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Defesa Nacional e Antigos Combatentes, Orçamento, Planeamento, Comércio Externo e Agricultura.

Esta decisão não agradou aos rebeldes, que não aceitam participar num «governo de

Mobutu», reafirmando que o seu objectivo é «a partida de Mobutu».

As perspectivas das negociações de paz entre as duas partes também não são animadoras. Sob a égide das Nações Unidas, da Organização de Unidade Africana e da África do Sul, o ministro dos Negócios Estrangeiros cessante, Gerald Kamanda wa Kamanda, e o responsável pelas relações exteriores dos rebeldes, Bizima Karaha, discutiram no fim-de-semana passado e no início desta o plano de paz do Conselho de Segurança da ONU, em Pretória.

Kabila insiste em negociar directamente com o presidente zaireense. «Eu sempre disse que era necessário que ele me fale directamente, e não por interpostas pessoas e sobretudo por interpostos organismos internacionais que vão conduzir a negociações intermináveis, sem benefício para ninguém», afirmou recentemente o líder da aliança rebelde a uma estação de rádio belga.



Em Kinshasa, à espera de um futuro por enquanto incerto

presidente Abdalá Bucaram através de referendo. A convocação de uma Assembleia Nacional e o financiamento das campanhas eleitorais dos partidos políticos são outras das questões a serem decididas pelos equatorianos. **Recorde-se que Abdalá Bucaram foi destituído do seu cargo no início de Fevereiro deste ano por «incapacidade mental para governar», após uma greve geral de 48 horas.**

## Direitos humanos no Egipto

A OEDH, uma organização de direitos humanos do Egipto, acusou há dias as autoridades do país de «violações deliberadas do direito à vida» ao deixarem presos políticos morrerem por falta de assistência médica. No dia em que lançou uma campanha contra esta situação, a OEDH garantiu que 25 pessoas morreram nas prisões egípcias devido à inexistência de cuidados. Os últimos casos registados foram as mortes de Bakhit Abdul-Rahman Salem e Kamel Zayd na prisão de Fayoum. O ministro da Saúde egípcio prometeu reforçar o número de pessoal médico, o equipamento e os medicamentos no hospital prisional, bem como pagar o tratamento dos detidos doentes.

## Fugimori admite ceder

O presidente peruano, Alberto Fujimori, admitiu ceder na questão dos reféns de Lima, de forma a obter uma saída pacífica para esta crise. Numa entrevista a um canal de televisão do Peru, Fujimori não revelou de que forma está aberto a cedências ou negociações. «São precisamente esses temas que há que manter em reserva», afirmou. Há 113 dias, um comando do Movimento Revolucionário Tupac Amaru tomou da assalto a residência do embaixador do Japão em Lima, fazendo 500 reféns. Actualmente, tem na sua posse 72 pessoas, na sua maioria grandes individualidades políticas, diplomáticas e empresariais do Peru e do Japão. Os revolucionários exigem a libertação dos seus companheiros detidos e a mudança no rumo da política económica peruana em direcção a um modelo que ofereça bem-estar «às grandes maiorias».

## Angola

# Unita ameaça processo de paz

O parlamento angolano aprovou antontem em Luanda, com pequenas emendas, a lei que cria um estatuto especial para o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Apesar da aprovação do diploma, mantinham-se, no encerramento da nossa edição, dúvidas quanto à tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), marcada para sexta-feira.

O diploma foi aprovado com 120 votos a favor e seis abstenções, sem nenhum voto contra, e entre as emendas inscritas figura a prerrogativa do governo em regulamentar a lei que estabelece o estatuto especial no prazo de 90 dias.

Os últimos dias foram dominados por nova polémica entre a Unita e o Governo angolano, com a primeira a levantar uma vez mais a questão do estatuto de Savimbi - que não desejava ver submetido ao parlamento - como forma de protelar a tomada de posse do GURN. Por seu lado, as autoridades angolanas acusam a Unita de desrespeito pelos acordos de Lusaca.

Paulo Lukamba «Gato» acusou o MPLA de «conspiração» e ameaçou que a UNITA reconsideraria a sua participação no GURN e os seus deputados

repensariam a entrada no parlamento, caso o estatuto especial não fosse aprovado previamente e sem alterações. Resta saber qual vai ser a reacção agora que o estatuto está aprovado, mas ligeiramente alterado. Os deputados tomaram ontem posse. Falta o Governo.

Fruto de um acordo político difícil, o estatuto de Savimbi está longe de ser pacífico, mesmo no seio do MPLA. Isso mesmo ficou patente nas seis abstenções registadas na votação, e em particular na declaração de voto de Lúcio Lara, que lamentou que ninguém do Governo tivesse ido ao parlamento «explicar aos deputados o porquê da necessidade de um estatuto especial» para Savimbi.

Entretanto, a representação da UNITA no exterior disse antontem em Lisboa que ao aprovar com emendas a lei que cria o estatuto especial para Jonas Savimbi o parlamento angolano «desvirtuou» o texto acordado no âmbito do Acordo de Lusaca.

«Deveria ter sido uma mera formalidade, uma simples ratificação, e não foi», disse, referindo-se à aprovação pelo parlamento do estatuto especial para o líder da UNITA.

«Se essas emendas forem fundamentais» o texto deve «voltar para trás para ser de novo discutido», defendeu.

João Vahekeni reafirmou que Jonas Savimbi não irá a Luanda nem para a posse dos deputados do GURN, alegadamente porque «ainda há problemas de segurança».

Apesar de todas as incógnitas, continua marcada para amanhã a cerimónia da tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, para o que estão convidadas várias personalidades nacionais e estrangeiras.

Se tudo decorrer como o previsto, a primeira parte da cerimónia compreende os discursos do presidente da República português, Jorge Sampaio, em nome dos países que integram a «troika» de observadores (Portugal, Estados Unidos e Federação Russa), do representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, de Jonas Savimbi

e do secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento. Intervirá ainda um representante da oposição com assento parlamentar e o presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, na qualidade de coordenador do Comité de Paz e de Prevenção de Conflitos da Organização de Unidade Africana (OUA).

A segunda parte da cerimónia consta do juramento individual dos membros do GURN, leitura dos termos de posse e assinatura dos diplomas pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A cerimónia prosseguirá com os discursos do primeiro-ministro do GURN e do presidente José

Eduardo dos Santos, e terminará com um almoço no Palácio dos Congressos oferecido pelo chefe de estado angolano.

Para assistir à cerimónia foram convidadas dezenas de chefes de Estado e de Governo, bem como personalidades que acompanharam o processo de paz.

De Portugal, para além do presidente Jorge Sampaio, foram convidados, entre outros, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego.

## África

# 57 mil milhões de contos de dívida externa

O crescimento económico e a erradicação da pobreza nos países africanos são impedidos pelo pagamento da dívida externa do continente, estimada em 57 mil milhões de contos. Esta é uma das conclusões de um encontro de três dias entre os ministros das Finanças de mais de 50 nações africanas, realizado em Adis Abeba, na Etiópia, durante a semana passada.

Outra consequência apontada pelos participantes foi a quase inexistência de atracção aos investimentos em África.

A anunciada decisão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de apoiar o pagamento da dívida multilateral foi bem recebida. Aquelas duas instituições estão a estudar a possibilidade de 33 países africanos serem incluídos no

grupo dos escolhidos, embora apenas metade esteja dentro dos parâmetros exigidos.

Contudo, os critérios da iniciativa foi vista com «sérias reservas», devido ao valor de elegibilidade para a «Iniciativa para a Dívida dos países Pobres Altamente Individuados». Para os participantes, o critério de elegibilidade baseado num ajustamento estrutural, em reformas económicas e na análise da capacidade de contenção da dívida deveria ser flexibilizado, de forma a que a «Iniciativa» possa agrupar o maior número de países africanos.

Actualmente, o apoio bilateral e multilateral ao desenvolvimento africano sofre também reduções importantes, enquanto o serviço anual da dívida do continente ascende a cerca de 4.500 milhões de contos.



Acções nas empresas vão intensificar-se

# Plenário nacional de sindicatos reafirma disposição de luta

**A**té ao 1º de Maio, a CGTP vai intensificar o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores, apontando esforços para as empresas, em torno de reivindicações específicas e de objectivos globais, como o combate ao desemprego, a defesa do emprego e dos direitos conquistados, a exigência de redução efectiva dos horários de trabalho, a tentativa de corporativizar as relações laborais e a defesa do direito à negociação e participação dos trabalhadores, a reclamação de melhores salários e de Segurança Social para todos, a oposição ao acordo PSPSD que quer descaracterizar a Constituição.



## Três meses pelas 40 horas

No distrito de Braga, mais de 25 mil trabalhadores estiveram em luta, sábado passado, pela redução efectiva dos horários de trabalho, a caminho das 40 horas, informou a União dos Sindicatos de Braga. Nesta 18ª semana de luta, centenas de trabalhadores das empresas Almeida e Filhos, Fífex, Têxtil Vizela e Têxtil do Carvalho reuniram em plenário público, em Moreira de Cónegos, impedindo a circulação, entre as 7 e as 10 horas, na estrada Guimarães-Porto.

A Federação dos Têxteis levou ainda a cabo, no passado sábado, outras acções em Santo Tirso (na Arco Têxteis) e em Espinho (reunião na Cotesi, seguida de concentração e desfile dos trabalhadores em greve daquela empresa e da Corfi).

Após as paralisações de dia 5 «em dezenas de empresas», a Fesete/CGTP marcou concentrações junto às delegações da Inspeção do Trabalho para ontem (Guimarães, Porto, Viseu e Covilhã), para amanhã (em São João da Madeira) e a próxima quinta-feira (na Guarda). Estas acções têm por objectivo «exigir uma séria e rigorosa intervenção do Ministério do Emprego e da IGT», uma vez que «o despacho e restante material de propaganda do Governo, até ao momento, não deu nenhum contributo prático positivo para pôr fim à burla e ao conflito» que se mantém desde a entrada em vigor da Lei 21/96, no início de Dezembro.



Realizado no dia 2 de Abril, o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN reuniu no Pavilhão Carlos Lopes cerca de dois mil delegados e dirigentes de 85 sindicatos e membros de 61 comissões de trabalhadores.

Mereceu especial realce, entre os temas em discussão, o processo de revisão constitucional, referido nomeadamente nas intervenções do coordenador da Inter, Carvalho da Silva, e de Manuel Lopes, da Comissão Executiva da central. A posição da CGTP ficou expressa numa moção que o plenário aprovou e que foi entregue na Assembleia da República, para onde se dirigiram os participantes no plenário depois de concluírem os trabalhos no Pavilhão.

Os sindicalistas, oriundos de todo o País e dos mais variados sectores, empunhavam cartazes e faixas alusivas a reivindicações relacionadas com os salários, emprego, direitos e à lei das 40 horas. «40 horas sim, vigarice não» foi a palavra de ordem mais ouvida.

Os testemunhos deixados no Pavilhão dos Desportos — onde foi aprovado um parecer apoiando o projecto de lei do PCP sobre clarificação dos conceitos referentes à duração do trabalho — deixaram clara uma firme disposição de luta. Os sindicalistas garantiram que

milhares de trabalhadores por todo o País continuam a bater-se para que lhes seja devidamente aplicada a lei das 40 horas.

Manuel Carvalho da Silva, numa intervenção de cerca de 45 minutos, reafirmou que os trabalhadores não abdicam da redução dos períodos normais de trabalho para um máximo de 40 horas semanais. «Os trabalhadores, todos, levantar-se-ão progressivamente contra a tentativa de alterar o conceito de tempo de trabalho, porque cada dia que passa se vão apercebendo do que quer o patronato: desregular ainda mais, dispor como entender do tempo dos trabalhadores e eliminar direitos», alertou.

«Não nos submetemos!»

Recordando que, apesar de todas as adversidades criadas pelo domínio do capital, «milhões e milhões de trabalhadores não se submetem, lutam por outras verdades com mais justiça, manifestam-se sem complexos», Carvalho da Silva saudou os trabalhadores portugueses que «não se acomodam à modernidade do desemprego e lutam contra os despedimentos e as falências, pelo direito ao emprego, ao salário, à dignidade do trabalho».



## Nova greve em Maio na Administração Local

Depois da greve de 17 de Março, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu convocar nova paralisação para Maio, reafirmando a justeza das reivindicações do pessoal das autarquias. Decorrem contactos para que o Sindicato do Município de Lisboa também apele à greve no mesmo dia.

Logo a seguir ao 1º de Maio — de acordo com a resolução aprovada sexta-feira no Conselho Geral do STAL — terá lugar uma semana de luta, durante a qual dirigentes e delegados sindicais de todos os distritos se vão deslocar diariamente à residência oficial do primeiro-ministro, para ali entregar, por via protocolar, ofícios exigindo que o Governo cumpra o acordo que assinou com o sindicato.

A paralisação nacional, que se iniciará às zero horas de 16 de Maio, será seguida de recusa ao trabalho extraordinário nos dois dias seguintes.

Nas reivindicações apresentadas ao Governo e que o STAL continua a considerar como justas, incluem-se:

- garantir que o índice 100 nunca será inferior ao salário mínimo nacional;
- proceder à regulamentação e aplicação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco;
- reestruturar e revalorizar as carreiras profissionais;
- assegurar a estabilidade e qualidade do emprego;
- revogar o diploma que veio impor limitações no direito às ajudas de custo;
- proceder a uma negociação salarial suplementar em 1997;
- atribuir o «subsídio de insalubridade» aos trabalhadores da RA dos Açores;
- defender os serviços públicos da Administração Local;
- pagar o adicional de 2 por cento aos corpos especiais, bombeiros sapadores e municipais.

Na resolução, o STAL constata que, «também em relação à política salarial, o Governo do engenheiro António Guterres não se distingue dos governos que o antecederam».

## A CGTP e a revisão da Constituição

Uma moção aprovada no Pavilhão Carlos Lopes e depois entregue em São Bento afirma que «os portugueses têm razões de sobra para comemorarem com orgulho» o 21º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa.

O plenário — que reuniu precisamente 21 anos depois daquela data — sublinha na moção que «os portugueses e, em particular, os trabalhadores têm igualmente razões fortes para intervirem activamente no processo de revisão em curso com vista a impedir a descaracterização da CRP e a fragilização do seu conteúdo amplamente democrático».

No documento são referidas as principais preocupações do movi-

mento sindical, nomeadamente quanto ao que se conhece do acordo entre PS e PSD.

### Interesse de grupos

Para a CGTP, «o actual processo de revisão da Constituição não está suportado em razões de natureza objectiva de interesse nacional. Bem ao contrário, ele parece configurar uma cedência à direita e a interesses de influentes grupos de pressão da sociedade e surge como uma forma de iludir os problemas gravíssimos com que o País se debate» — e que são «aqueles que se prendem com a fragilidade e os atrasos estruturais da nossa economia e a destruição do aparelho produtivo, os problemas do desemprego, da precariedade do emprego, do baixo nível de vida da generalidade dos cidadãos, das reformas de miséria, da degradação dos sistemas de protecção social, dum sistema de educação que não responde às necessidades do País».

«O secretismo de que se tem revestido o processo de revisão e, sobretudo, a afronta que foi feita ao Parlamento ao deslocar a sua discussão da sede própria para um acordo interpartidário, é revelador da má consciência dos seus protagonistas e de duvidosos propósitos, constituindo, em última análise, um desrespeito para com o povo português» — considera-se na moção.

### Do pouco que se sabe...

Embora «só se conheça vagamente os conteúdos do acordo celebrado entre dirigentes do PS e do PSD», o que já foi publicitado é «mais que suficiente para suscitar legítimas preocupações a todos aqueles que vêm a Constituição da República Portuguesa como o pilar da democracia participativa e o depositário dos valores, princípios e objectivos emanados do 25 de Abril». A CGTP aponta algumas dessas preocupações:

• «O acordo pretende instituir a bipolarização política, pondo em causa a representação do eleitorado na Assembleia da República.»

• «A pretendida diminuição do número de deputados anula o equilíbrio da representatividade eleitoral regional existente e, por essa via, retira a voz no Parlamento a largas faixas da população portuguesa, designadamente aos trabalhadores, penalizando ainda mais as regiões desertificadas do interior.»

• «Acabaria com a coexistência dos três sectores de propriedade dos meios de produção (público, privado e cooperativo e social), absolutizando o espaço de intervenção do sector privado e dando, pela primeira vez, dimensão constitucional a instituições de solidariedade social, desresponsabilizando assim o papel do Estado no desenvolvimento económico, social e cultural do País.»

• «O acordo quer mexer no regime de prestação dos serviços mínimos relativos ao exercício do direito à greve, em termos cujo alcance não está publicamente explicitado, mas cujos propósitos já foram claramente expressos, quer pelo patronato, quer por algumas forças políticas, quando se sabe que o sistema actual se tem revelado adequado, quer no exercício do direito de greve — enquanto direito fundamental — quer quanto à gestão dos conflitos que estão na sua origem, o que significa que o sistema está consolidado». Neste ponto, a CGTP realça que, «por parte dos trabalhadores, tem havido o cumprimento rigoroso dos preceitos legais e, em regra, os tribunais têm corrigido os abusos cometidos pelo patronato e pela própria Administração Pública».

### Princípios

Na moção do Plenário de Sindicatos são apontados, em contrapartida, algumas características da Constituição que o actual processo de revisão deve contemplar:

— «deve continuar a garantir o Estado de Direito democrático, baseado na soberania popular, e não deve distorcer o sistema político actualmente consagrado, designadamente no que se refere à separação e interdependência dos órgãos de soberania e ao sistema de representação proporcional;

— «deve assegurar o âmbito das «incumbências prioritárias do Estado» e não destruir o equilíbrio dos sectores de propriedade dos meios de produção;

— «deve garantir a manutenção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, bem como os direitos e deveres económicos, sociais e culturais.»

A CGTP-IN afirma que se oporá «a todas as tentativas que, a pretexto do que alguns designam de adaptação da Constituição à evolução dos tempos, visem enfraquecer os seus princípios essenciais, nomeadamente os que consagram os direitos fundamentais dos trabalhadores», entendendo a central que a Lei Fundamental «pode e deve ser aperfeiçoada no sentido de consagrar os meios que garantam a eficácia e o exercício dos direitos nela inscritos».



## Efacec Elevadores pode voltar a parar

Os trabalhadores do sector de conservação e reparação da Efacec Elevadores (Rua Alfredo Magalhães, Porto) decidiram, em plenário, dar um novo prazo à administração do Grupo Schindler para que seja posto termo à discriminação e passe a vigorar, para todo o pessoal da empresa, o contrato colectivo do sector de fabricantes de material eléctrico.

Caso persista a aplicação, a alguns traba-

lhadores, do contrato da construção civil, menos favorável, as formas de luta serão agravadas «em data a anunciar por legal pré-aviso de greve», informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte.

Na semana passada os trabalhadores cumpriram uma greve de três dias que, segundo o sindicato, teve uma adesão «notável e digna, superior a 90 por cento».



# Tudo avalizado, tudo em família

■ José Casanova  
Membro  
da Comissão Política

**D**ECIDIDAMENTE, o Ministério das Finanças está malzinho. Direi mesmo mais: entrou em derrapagem, desatinou, é uma desgraça.

Não, não vou falar do aval ao empréstimo de 600 mil contos à UGT. Essa é questão que o ministro Sousa Franco, o próprio, já esclareceu abundantemente. Naquele falar pipilante que é o dele, e com o rigor, a sobriedade, a clareza e o saber que cada vez mais lhe inundam o discurso, o senhor ministro disse-nos que o aval não só se justificava como era coisa normal e natural. Bastaria esta explicação para ficarmos elucidados, mas o ministro, sempre mãos largas no que toca ao esclarecimento (especialmente quando se trata de ensinar os «estúpidos» – ou seja, e segundo ele, a maioria da população portuguesa – a passarem a ser como ele, ministro: «realista», logo não estúpido) quis ir mais longe, quis responder previamente a um eventual «porquê?» questionando o normal e natural aval. Porquê? Muito simplesmente porque, segundo o ministro, os 600 mil contos têm como objectivo pagar uma coisa chamada «esforço da UGT na reconversão e reciclagem de modo a obstar ao desemprego tecnológico (entenderam?; então eu continuo), coisa esta que, sempre na opinião do senhor ministro, teria sido ou viria ainda a ser de manifesto interesse para a economia nacional». É claro que, em situações destas, pode acontecer entrecruzarem-se pequenas operações nem sempre compreendidas pela multidão ignara, pelos milhões de «estúpidos» que, pelo simples facto de existirem, irritam sua Excelência, o senhor ministro. E é necessário que fique claro que se a UGT (que se diz central sindical e, por isso, se assim fosse, existiria para defender os interesses dos trabalhadores) troca a defesa desses interesses pelo aval às 600 mil brasas e assina tudo o que ministro lhe puser à frente em sede concertação estratégica, isso só revela a profunda preocupação patriótica da dita UGT – cuja, tendo sido criada para defender a política de direita e tendo cumprido este papel durante toda a sua existência, tem dado provas de louvável fidelidade e coerência e merece todos os elogios das

associações patronais e todos os avais de todos os sousa francos do Reyno.

Trata-se, então, de um aval concedido não tanto à UGT mas mais à economia nacional, não sei se estão a ver, e a UGT, neste processo, foi assim uma espécie de intermediário, não sei se entendem. João Proença, com aquele permanente sorriso seráfico com o qual vai tramando milhares de trabalhadores, esclareceu também, à sua maneira, a situação. Garante ele que as «quotizações sindicais» (recebidas pelas UGT) «dão para viver com dignidade», o que me leva a concluir que os 600 mil contos são, digamos assim, para a UGT viver com indignidade.

Para além disso, como se vê, sua Excelência, o senho ministro, pôs tudo em pratos limpos, informou-nos, esclareceu-nos, arrumou o assunto, não se fala mais nisso, podemos todos dormir descansados, o ministro Sousa Franco vela por nós. E o sr. João Proença igualmente.

Deixemos, então, a operação mãos limpas e passemos à justificação da acusação feita lá em cima, no primeiro parágrafo deste texto. Interrogo-me sobre as razões que estão na origem da decisão do Ministério das Finanças de gastar milhares e milhares e milhares de contos numa campanha publicitária para vender as «vantagens» e o «sucesso» das privatizações. Na verdade, não vejo a mínima necessidade de tal coisa. Haverá ainda alguém que ponha em dúvida as maldades das nacionalizações e as bondades das privatizações? Será que a lavagem geral de cérebros fracassou? Então, as televisões todas, os jornais todos, os comentadores e analistas políticos todos, os primeiros-ministros todos, os ministros, a direita toda, os populistas

todos, a esquerda moderna toda... andaram uma porrada de anos a dizer-nos que «o Estado não pode continuar a suportar os prejuízos das empresas nacionalizadas», que «é necessário privatizá-las o mais rapidamente possível» – e agora ainda é preciso encher páginas de jornais e pantalhas de televisores com as bondades das privatizações? Será que tinham razão os que, na altura, com simplicidade da criança que dizia «rei vai nu» objectavam que, se as empresas dão prejuízos, os capitalistas não estão interessados nelas? Será que, apesar de todas as aldrabices vertidas, a maioria dos portugueses já se apercebeu que afinal as empresas privatizadas e a privatizar são apenas e somente as altamente rentáveis e que, por isso

mesmo, são compradas por tuta e meia pelos grandes capitalistas? Confesso que não entendo. Além disso, o título do anúncio do Ministério das Finanças é altamente suspeito.

Na verdade, «milhares e milhares de portugueses não podem estar errados» é uma frase estranhamente defensiva, é como que um desesperado grito de fé cega atirado contra os milhões de portugueses que não compraram acções nos vários processos de privatização... Porque os que compraram acções, esses estão na maior, são uns felizardos, «milhares e milhares de felizardos», com o futuro assegurado, novos patrões neste capitalismo popular

cavaco-guterrista, e certamente já possuidores de fortunas que hão-de fazer roer de inveja o sr. António Champallimaud e outros seus congéneres. De resto, todo o anúncio é um conjunto de inqualificáveis falsidades, mistificações e manipulações, um insulto à inteligência dos portugueses pago com dinheiro que é dos portugueses.

Um ministro que é responsável por tal Ministério deve aos portugueses vários meses de demissão. Um Ministério que

produz e faz uma coisa destas não tem direito de existir. Ainda por cima, e antes mesmo de terminar esta campanha de propaganda, já o senhor ministro anuncia uma outra, caríssima também, paga também com o nosso dinheiro, para vender o seu «realista» euro aos milhões de «estúpidos» («pessimistas» ou «optimistas») que habitam neste país. Anote-se que o objectivo desta campanha não é o de esclarecer os portugueses, com verdade e objectividade, sobre as consequências do euro: a intenção é vender o euro que o ministro e o Governo de que faz parte decretaram ser necessário, vantajoso e positivo para Portugal. Como pode observar-se, o ministro Sousa Franco não só considera que os portugueses, na sua imensa maioria, são «estúpidos»: enquanto ministro trata-os como tal.

Não sei quanto mais tempo vai durar a propaganda às privatizações paga pelo Ministério das Finanças. Não sei quantos milhares de contos já foram e ainda serão gastos. Mas sei que estou a ser insultado.

E roubado.

A menos que esta vergonhosa campanha de publicidade seja da família do aval concedido à UGT...

Se assim for, os lucros da campanha (que não hão-de ser pequenos) reverterão a favor da «economia nacional» e pronto, fica tudo avalizado, e fica tudo em família.





# Bandeiras

**E**m Portugal, com um rico património cultural e oito séculos e meio de história, não é precisa muita imaginação para encontrar bons motivos para comemorações. Não é portanto por falta de efemérides que uma certa comunicação social "veneradora" entendeu comemorar um facto tão banal como é... o primeiro ano de mandato de Marcelo Rebelo de Sousa como líder do PSD!

Os interessados nesta espécie de celebração mediática do Presidente do PSD são obviamente todos os que querem reduzir a vida política nacional ao ping-pong entre um António e um Marcelo. Por isso, os que pensaram que aquela celebração mostra a influência que o PSD continua a ter na comunicação social, é caso para dizer que não é só o PSD que está interessado na promoção da liderança de Marcelo Rebelo de Sousa... Aliás, o próprio M.R.S. contribuiu, anunciando a publicação de um livro sobre o seu "primeiro ano", promovendo um jantar com apoiantes no Norte do país, e dando várias entrevistas, incluindo ao Diário de Notícias e à SIC.

Dos actos celebratórios do "grande" acontecimento, pode entretanto tirar-se o proveito de analisar as bandeiras que o PSD exhibe perante os portugueses, nesta fase da vida política nacional. A maior parte dessas bandeiras assumem-se com carga negativa. Segundo M.R.S., o PSD impediu o processo de regionalização de prosseguir, impediu o totonegocio de se concretizar e impediu a despenalização do aborto.

Quanto ao processo de revisão consti-

tucional, o PSD sempre defendeu a realização de um acordo com o PS como via preferencial para poder concretizar as suas pretensões. A vida veio confirmar a análise: o que lhe tinha sido negado na Comissão Eventual de Revisão Constitucional em sede de primeira leitura, veio a ser aceite no acordo que subscreveu com o PS. É aí que o PSD encontra bandeiras que respondem a muitos temas do seu caderno reivindicativo: o voto dos residentes no estrangeiro para a eleição do Presidente da República, a consagração de novos traços de autonomia política das regiões dos Açores e da Madeira no caminho da criação de estados regionais, a submissão do Ministério Público às orientações do Governo em matéria de política criminal e da sua concretização, a diminuição do número de Deputados e concomitante distorção do sistema eleitoral para a Assembleia da República tendo em vista facilitar aos dois maiores partidos a eleição de Deputados e a obtenção de maiorias (mesmo que com menos votos), as limitações ao direito à greve.

## Relevâncias

Noutro plano, o PSD quer assumir como **bandeira comum** com o PS a entrada de Portugal no euro. Aqui, a adesão ao Partido Popular Europeu funciona como uma espécie de garantia: neste momento tanto PS como PSD pertencem aos dois maiores grupos políticos da União Europeia (o Socialista e o Popular Europeu), ambos empenhados no aprofundamento da integração em direcção a uma Europa federal.

A questão das "bandeiras do PSD" é uma questão de relevância política tanto maior quanto maior é o desgaste do Governo PS e o desencanto dos portugue-

ses. Trata-se de saber em que condições e como engendra o PSD a possibilidade de captar a atenção (e mais tarde, o voto) dos portugueses descontentes com o Governo PS. Evidentemente que o PSD será ajudado nesse objectivo por toda a máquina política, comunicacional e ideológica que apoia o rotativismo PS/PSD. Quando Marcelo Rebelo de Sousa é apresentado como o líder da oposição, ou quando o PSD (apesar de defender as mesmas políticas que o PS) é tratado como alternativa política, o que está a ser feito é ajudar M.R.S. e o PSD a captarem os votos descontentes com o Governo PS. Mas, essa manobra não pode ser feita exclusivamente de fora do PSD. O próprio PSD tem que ser bom actor nesta encenação de uma alternativa. E para ser bom actor, tem de exhibir as tais bandeiras, as "bandeiras do PSD".

A primeira regra, para quem, como o PCP, intervém nesta batalha com o objectivo de demonstrar que o PSD não é alternativa a nenhum título, é não esquecer em circunstância alguma as responsabilidades que o PSD teve ao executar no Governo as mesmas políticas que o PS realiza agora. Na mesma lógica, e com o mesmo objectivo, não pode também ser esquecido em circunstância alguma que o PSD dá o seu acordo ao Governo PS em todas as áreas políticas essenciais: opção europeia, grandes linhas da política económica e financeira, política laboral, política externa e de defesa. A conjugação entre PS e PSD no objectivo da moeda única e na revisão constitucional demonstram no mesmo sentido a existência objectiva de um bloco central de política.

Mas seria um grave erro acreditar que basta a persistência em chamar a atenção para as semelhanças entre PS e PSD para demonstrar de forma irrefutável e convincente que o PSD não é alternativa. Primeiro, porque a tal máquina política, comunicacional e ideológica continuará a martelar que M.R.S. é o líder da oposição e que o PSD é alternativa. Segundo, porque sempre haverá quem espere que as mesmas políticas essenciais executadas por outras pessoas podem dar resultados diferentes. E terceiro, porque haverá sempre o enorme ruído de fundo causado pelo agitar de "bandeiras", mesmo que o seu conteúdo seja escasso e inócuo. Basta ver por exemplo o enorme ruído que o PSD faz com os temas a que chama "temas de autoridade do Estado". O PSD, que apanhou pela frente manifestações de polícias até ao famoso banho do Terreiro do Paço, ataca furiosamente o PS porque este teve de gerir a crise resultante do caso do assalto de Évora. Nas Forças Armadas, o PSD que se confrontou com gravíssimas situações, incluindo a demissão do General Loureiro dos Santos e o caso dos Coronéis, ataca furiosamente o PS quando este é apanhado pela demissão do Almirante Ribeiro Pacheco e pelas posições do Almirantado. Assim constrói o PSD uma simulação de diferença, que, habilmente, é transformada em simulação de alternativa.

## A verdadeira alternativa

Denunciar junto dos portugueses que a "alternativa" que o PSD exhibe é de facto uma simulação, exige que, para além da identificação do PSD com a continuidade das políticas que o PS e PSD consubstanciam, um partido como o PCP não

perca nenhuma oportunidade para apresentar as linhas de política correspondentes a uma real alternativa política. Conjugadamente com as lutas concretas, e em articulação com a acção institucional, a insistência permanente nas propostas políticas alternativas é determinante para um eleitorado que, descrente já do Governo PS, procura resposta para os seus anseios e aspirações.

As bases dessa alternativa encontra-as o PCP nos seus documentos fundamentais, desde o Programa do Partido, à Resolução Política do último Congresso, passando pelo Programa Eleitoral, apresentado para as eleições de 1995. Encontra-as também no trabalho que em todos os sectores de actividade tem sido desenvolvido pelo Partido e pelas suas organizações e comissões especializadas.

Esse trabalho dará mais frutos se for apresentado de forma mais completa e articulada, e portanto mais **mobilizadora**. O projecto do Partido, e o seu conhecimento público, é a melhor arma contra as falsas "alternativas".

Mas, simultaneamente, quando se abre um largo espaço político resultante da fixação à direita do Governo e da direcção do PS, é essencial suscitar a intervenção de todos os que possam contribuir para a definição dos contornos da alternativa, ouvindo a sua opinião, aceitando as suas propostas de forma aberta, e inserindo-os numa acção política alargada. É um trabalho exigente, que pressupõe muita tolerância, muita abertura, muita vontade de diálogo, alguma humildade. Neste quadro, impõe-se cada vez mais, como acção política próxima, a capacidade de renovar e reinventar diálogos com o País, abertos e transparentes.

O desenvolvimento do programa político da alternativa tem de responder a algumas das inquietações do momento. Por exemplo: qual o caminho para Portugal fora da moeda única? Como fortalecer a nossa economia, no quadro dos acordos de comércio internacional? Que papel para o relacionamento com África e Brasil? Como responder às necessidades de protecção social garantindo a continuidade do sistema de segurança social? Qual o papel do sistema educativo no processo de desenvolvimento? Como garantir o controlo nacional dos sectores económicos determinantes? Criar emprego, em que sectores?

É certo que, percorrendo os documentos do PCP já acima referidos, as respostas para estas e muitas outras questões podem aí ser encontradas, de forma explícita na maior parte dos casos, por vezes, implicitamente. Mas a ocupação do espaço político "libertado" pela fixação do PS à direita implica que as bandeiras da alternativa sejam sentidas pelo PCP mas também pelas camadas e personalidades que são a base de viabilização dessa alternativa. Evidentemente, o PCP tem e terá sempre uma posição própria sobre cada questão. Mas, o PCP tem a vontade e a capacidade de diálogo necessárias para a concretização de uma alternativa de esquerda.

Tornar visível a proposta programática alternativa e dialogar para lhe definir os contornos contribuirá para possibilitar responder ao desafio que a arrumação do Governo PS nos lança neste momento. É óbvio que há muitas outras questões.

Mas, no momento em que se começam a agitar bandeiras, é necessário ter bem presente que a **melhor forma de combater as falsas bandeiras é levantar as verdadeiras**.



João Amaral





# Defesa Nacional e Forças Armadas

**T**emos vindo a assistir a uma verdadeira operação mediática, por vezes com empastelamento de comunicações, em torno das Forças Armadas. Este tipo de operação não é novidade. Já aconteceu com as forças de segurança, com o problema da segurança das populações, com a justiça, etc. Atraídos pelo íman mediático emergiram em catadupa um lote de moralistas nuns casos, abutres com contas, pelos vistos, ainda não saldadas, noutros casos, e ainda alguns que se julgam reservas morais da Nação e, por isso mesmo, acima de tudo e de todos.

A instrumentalização político-partidária, feita pelo PSD, da atitude do Almirante Ribeiro Pacheco e da posição do Conselho do Almirantado foi condenável. O PSD prestou um mau serviço às FFAA.

A instrumentalização atingiu tal grau que o Almirante CEMA em exercício se viu na obrigação de emitir um comunicado, no qual expressamente afirmou que: "Em nenhum momento os Almirantes, individual ou colectivamente, pressionaram qualquer partido da oposição no sentido da concretização de um debate parlamentar (...) porque tal comportamento além de ilegítimo seria destituído de sentido."

O PSD alimentou uma campanha para credibilizar a sua cassette da autoridade do Estado e bem sabemos qual é a autoridade e a ordem laranja - quero, posso e mando.

Passando em revista as inúmeras páginas que saíram sobre a temática na imprensa, é sintomático que, esmagadoramente, seja ignorado que foi com o PSD no Governo que: os boys laranja tiveram uma prática controlista das FFAA; os protestos nos oficiais, sargentos e praças tiveram expressões agudas de conflitualidade; o método de nomeação das chefias militares foi alterado; o acesso dos militares ao Provedor de Justiça restringido; o orçamento para as FFAA sujeito a cortes significativos; o SMO de 4 meses foi implementado, contra a opinião dos militares; o Conceito Estratégico foi aprovado a partir de Maastricht e da reestruturação que a NATO operou no sistema de forças, etc.

O ar angelical com que alguns, hoje, aparecem a tecer comentários é de um farisaísmo que causa náuseas. Figueiredo Lopes, ex-ministro da Defesa do PSD, diz de uma lei feita pelo seu próprio partido: "a lei de Defesa criou um equilíbrio instável entre o poder político e o poder militar muito difícil de gerir", ou Eurico de Melo, com idênticas credenciais, que diz: "A política seguida até agora está a transformar as nossas Forças Armadas em forças pretorianas". Vasco Pulido Valente arregaça o feio "nos civilistas" que protegem o associativismo dos sargentos. Também Nuno Rogeiro diz que: "(...) era suposto (as FFAA) darem lições de aprumo e obediência muda" (O sublinhado é nosso).

Marques Mendes, ex-ministro da propaganda do PSD, mostra-se preocupado com a falta de política do PS e com a degradação da Autoridade Marítima (a propósito, foi o PSD no Governo que criou o Ministério do Mar do Comandante laranja Azevedo Soares e que desarticulou por completo - foi a única coisa que fez - o Sistema de Autoridade Marítima).

Mas eis que no seio laranja alguém se elevou e disse: cuidado, estão a ir longe de mais! É assim que o DN de 28 de Março, numa notícia assinada por Eduardo Mascarenhas, diz a dado passo: "(...) o DN sabe que sociais-democratas vacacionados para o sector, alguns dos quais exerceram já funções governativas, aconselharam já o Grupo Parlamentar a agir com segurança. Aqueles sociais-democratas entendem que se registou uma interrupção (sublinhado nosso) do processo legislativo tendente a normalizar a subordinação da instituição militar à administração do Estado".

O ex-ministro Fernando Nogueira bem sabe o caminho que trilhou: o caminho civilista de concentrar no Governo todo o poder de decisão, o caminho da governamentalização da instituição militar. É inquestionável o princípio da subordinação das FFAA ao poder político. Mas subordinação é uma coisa, submissão é outra bem diferente...

Nesta cruzada há propositadamente uma mistura conveniente. A mistura entre inadaptidão para a relação com as FFAA e a questão do associativismo militar. Tudo vendido à opinião pública num só embrulho, etiquetado com o nome "responsáveis pela instabilidade". Nada mais falso! Toda a Europa mostra que a existência de associações com carácter socioprofissional nos militares não são causa de instabilidade, inoperacionalidade ou falta de coesão. Alguém se atreve a fazer tais considerações relativamente, por exemplo, às FFAA alemãs ou holandesas?

Os anos de existência de um associativismo com estas características em Portugal revelam que se o poder tivesse auscultado e tomado em consideração as propostas formuladas pelas Associações existentes, muitos dos problemas não existiriam.

Os causadores da instabilidade têm sido os que, ao arripio da realidade da instituição militar, ignorando as suas propostas, jogando com a

## Da crise virtual aos problemas e responsáveis reais e outras coisas mais

instituição para atingirem objectivos político-partidários e eleitoralistas, persistem, ainda agora, em querer que os militares sejam cegos, surdos e mudos.

J. Fragoço Mendes, no *Público*, diz: "O problema dos militares é julgarem-se ainda à margem da sociedade civil. Quando perceberem que as suas (nobres) funções passarão, no futuro, necessariamente a articular-se de forma muito mais harmoniosa com o país, as resistências atenuar-se-ão. Quando o país, por sua vez, passar a encarar as suas forças armadas como algo verdadeiramente útil, ter-se-á então, atingido o ponto correcto."

Não temos ideia de que os militares se julguem à margem da sociedade civil. Mas temos a certeza de que alguns é isso que pretendem e esses fazem parte de um tempo histórico passado.

### E o PS? Onde entra o PS no meio disto tudo?

As eleições de Outubro de 95 foram também para os militares um momento de expectativa para a necessidade de mudanças, que perspectivassem um caminho para as FFAA e para a resolução de problemas concretos da sua vida como militares.

Numa das primeiras entrevistas dadas, o ministro António Vitorino suscitou a primeira decepção do novo poder saído das eleições ao considerar que nesta matéria (Defesa Nacional e Forças Armadas) existia um largo consenso e que não haveria alterações significativas relativamente à política que tinha vindo a ser seguida, pelo PSD, obviamente. O mote ficou dado!

O célebre debate sobre o SMO, no qual António Vitorino (a exemplo de Fernando Nogueira) veio dizer que o mesmo era para acabar, quando as opiniões nele expressas tinham sido de sentido diverso daquele, foi o prosseguimento de um "filme" a que os militares já tinham assistido com o PSD no Governo. Simultaneamente, mantêm-se os constrangimentos orçamentais, persistem as injustiças no Sistema Retributivo, mantêm-se os regulamentos de avaliação do mérito, nomeadamente o do Exército, que tanta contestação teve e tem, está por fazer a revisão do Estatuto dos militares, etc.

Em entrevista ao *Expresso* de 15/3, o autodemérito Almirante Pacheco, depois de fazer referência a um estudo promovido pela Marinha, visando a sua reestruturação e de referir que "o estudo partiu da premissa de que os actuais orçamentos (...) não irão aumentar nos próximos anos" diz que são necessárias "medidas fortes, mas faseadas no tempo, concretamente até 2010. Um dos pontos fundamentais é a redução do pessoal. Hoje gastamos em pessoal 85% do nosso orçamento. A médio prazo é preciso ir buscar dinheiro a este sector, desde que não sejam feridas as aspirações e os direitos dos nossos quadros". Questionado sobre se o Governo já tinha assumido algum compromisso relativamente ao assunto, a resposta foi "não". Se daqui se extrai a ideia de que a questão orçamental é um problema mas não é o problema, já o tal "não" é o problema. Porque ele é o elemento que provoca condicionamentos globais ao funcionamento da instituição, porque é um "não" de empatação.

Quando o PSD no Governo implementou os 4 meses de SMO, o PS reclamava... 3 meses. Quando o PSD no Governo alterou o método de escolha das chefias, o PS concordou. Quando o PSD no Governo punia militares, o PS desviava-se, calava-se e o Engº Guterres dizia que não conhecia o Artº 31º da LDNFA. Enfim, tudo mudou e nada mudou.

Quando o PSD diz agora que o PS não tem política, mente. O PS tem política e a política do PS é, no essencial, a do PSD. É essa política que

trava o caminho para a verdadeira reestruturação das FFAA. (Claro que, de permeio, velhos do Restelo colam-se, clamando uns: castigo! castigo!, e outros, mais subtile, procuram condicionar para manterem o *status quo*. Mas isto não altera um milímetro a raiz do problema.)

O PSD, ao dizer que o PS não tem política, pretende desviar a discussão do essencial, que é exactamente a discussão da política que tem vindo a ser implementada.

Também o PS agora está à espera da Conferência Inter-Governamental e do processo em curso de reestruturação da NATO para alterar as Grandes Opções do Conceito Estratégico e demais legislação dele decorrente. Só que os problemas existentes não esperam. E um dos primeiros é que as FFAA necessitam que o poder político estabeleça com elas um quadro de compromissos baseado em objectivos discutidos e decididos em sede própria, com vista a pôr fim a uma política de navegação à vista em que a instituição nunca sabe o que vem a seguir. As FFAA necessitam e a Defesa Nacional exige que haja uma relação franca e frontal, mas solidária, relativamente ao tratamento dos seus problemas.

Os atrasos na adaptabilidade de vários aspectos da sociedade portuguesa aos problemas e exigências dos dias de hoje, também é uma verdade relativamente às FFAA. E este desfazamento é susceptível de gerar focos de insatisfação e mal-estar. Isso obriga a especiais medidas de acompanhamento e de um diálogo actuante visando o estabelecimento dos máximos consensos possíveis.

É esta a discussão que se impõe há muito fazer, mas que tanto o PS como o PSD sempre fugiram dela, optando pela política dos factos consumados.

É necessário que as nossas FFAA tenham capacidade para realizar mais exercícios, seja por ramos, seja inter-ramos. Hoje podemos ter excelentes briefings e um enorme conhecimento sobre a Bósnia, o clima, o terreno, etc. Mas quantos exercícios já fez a BAI nos Açores ou na Madeira?



É necessário resolver de forma determinada um conjunto de problemas sociais, materiais, de carreira e de exercício profissional que perderam negativamente no tempo.

É necessário modernizar a legislação respeitante ao quadro de restrições de direitos dos militares e definir um modelo institucionalmente digno de relacionamento, a exemplo do que acontece na Europa.

É necessário alterar a composição do Conselho Superior de Defesa Nacional, dotando-o, entre outros aspectos, de uma expressão plural da A. da República.

É necessário uma lei de programação militar que aposte em equipamento que compatibilize modernização com flexibilidade e defesa da soberania e interesse nacionais.

É necessário a adopção de medidas que, partindo do dado inquestionável quanto ao alto valor do Sistema de Autoridade Marítima, o dote dos meios necessários e ponha fim à sobreposição de competências e funções e alinhe as questões ligadas com o Pessoal que opera no Sistema.

É necessário tomar medidas visando operacionalizar a componente burocrática (chamamos-lhe assim) da aquisição de equipamento militar no âmbito da LPM e, simultaneamente, adoptar um conjunto de medidas que permitam com eficácia verificar da execução e da sua conformidade com a lei.

O PCP tem intervindo e tem-se batido, através de propostas concretas, no sentido da dignificação da instituição militar e dos seus membros. Assim tem sido e assim continuará a ser, sem espectáculos mediáticos e jogos eleitoralistas, mas com consciência própria do valor da instituição militar e daqueles que a constituem.



# A droga é uma epidemia e o Estado tem que intervir!

## — afirma debate promovido pelo PCP sobre toxicod dependência e o Casal Ventoso

Um debate promovido pelo PCP sobre *Toxicod dependência*, particularizada no bairro de Casal Ventoso, em Lisboa, reuniu no passado sábado mais de 100 pessoas na Escola Manuel da Maia, situada perto deste bairro alfacinha. «Prevenir, recuperar, reinserir» era o lema do debate, sintetizando as preocupações dos comunistas em relação a este bairro lisboeta, conhecido já nacionalmente sob o terrível epíteto de «supermercado da droga».

Dirigentes e diversos quadros do PCP que trabalham com o problema da toxicod dependência, quer a nível partidário e institucional, quer no terreno concreto do Casal Ventoso, tiveram uma numerosa e interveniente plateia, onde avultavam diversas individualidades (ver legendas de fotos). Após introdução do debate feita pela mesa e um período de intervenções onde estiveram em foco os dramas concretos do Casal Ventoso, com exemplos e testemunhos da terrível teia ali tecida envolvendo traficantes, consumidores e o próprio bairro como local labiríntico onde se multiplicam as dependências e as cumplicidades, o debate foi-se encaaminhando para a análise e a reflexão do problema.

### «Enfrentamos uma epidemia»

O Padre José - pároco muito conhecido na Freguesia e que ali falou em representação de D. José Policarpo, bispo auxiliar de Lisboa - após ter saudado a iniciativa, o trabalho da Junta de Fre-

### Os «principais candidatos» à voragem da toxicod dependência

A psicóloga clínica Graça Mexia trouxe ao debate a sua qualificada experiência adquirida na relação profissional com jovens toxicod dependentes, levantado uma questão fulcral: será possível detectar, nos



Na mesa do debate promovido pelo PCP estavam Francisco Lopes, da Comissão Política do CC do PCP, o vereador António Abreu, o deputado António Filipe e Carlos Gonçalves, todos do CC do PCP, Leonor Barão, responsável da Zona Ocidental de Lisboa do PCP, dois presidentes de Junta, Lourenço Bernardino (Sto Condestável) e José Godinho (Alcântara), Francisco Brandão, da administração do Gabinete de Reversão do Casal Ventoso e membro da DORL, Maria Amélia, do Grupo de Estudos do CC sobre Toxicod dependência e Ana Sofia, responsável do PCP na Freguesia de Sto Condestável



Entre a numerosa assistência (muitos deles habitantes da Freguesia), encontravam-se diversas individualidades de organizações oficiais e particulares, nomeadamente o coronel Esteves, em representação do comandante da GNR, a dra. Judite Lopes, em representação da administração do Gabinete de Reversão do Casal Ventoso, o dr. Carlos Capelas, presidente do Conselho Fiscal desse Gabinete, o padre José, em representação do bispo auxiliar de Lisboa, D. José Policarpo, além de representantes da Federação de Associações de Pais (FERLAP), da organização «Projecto Vida», das escolas 157 de Alcântara, Manuel da Maia, etc.

guesia no Casal Ventoso e sublinhado que nunca eram de mais todos os esforços de combate ao flagelo da droga, afirmou a sua vontade em colaborar no que for possível, seguindo-se-lhe José Vargas, professor em Queluz, que considerou o tráfico e o consumo de droga no nosso país como um problema político que não se resolve com iniciativas pontuais como a do «Dia D». A questão seria desenvolvida pelo deputado comunista António Filipe, que definiu lapidarmente a questão ao considerar que «enfrentamos uma verdadeira epidemia», após afirmar que «está na moda uma perspectiva minimizadora do problema» com argumentos do género «a Humanidade sempre teve contactos com a droga». «Não é disto que estamos a falar, mas do concreto flagelo que disparou de há 10 anos para cá também no nosso país, exigindo uma resposta social enérgica», sublinhou António Filipe, para quem o desemprego, a exclusão social, os lucros fabulosos gerados com o tráfico, a transformação dos próprios consumidores em traficantes, são algumas das verdadeiras raízes da proliferação avassaladora do tráfico e consumo de droga. «Daí o combate do PCP ter-se sempre orientado para o envolvimento do Estado» na luta contra este flagelo que, aliás, «não se resolve com uma espécie de «leilão de penas», como defende a demagogia da extrema-direita», acentuou António Filipe. «Passa não apenas pela desintoxicação física, mas também pela reinserção social dos toxicod dependentes e o combate efectivo aos grandes traficantes», entre outras medidas.

Um pouco no mesmo sentido se pronunciou Lopes Vítor, presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Condestável, que interveio para afirmar que «somos todos políticos, porque tudo é político», pelo que concordava com a ideia de que a luta contra o tráfico de droga é um problema eminentemente político, aproveitando ainda para, «em nome do PS de Campo de Ourique, apresentar os parabéns ao PCP por esta importante iniciativa».

jovens, «sintomas» que indicem vulnerabilidade à droga, de modo a poder intervir-se «antes» que eles caiam nas malhas da dependência?

Recordando que para alguém entrar na droga é necessária a reunião de três circunstâncias - «condições socio-culturais, acessibilidade ao produto e apetência do indivíduo» -, Graça Mexia deteve-se neste último aspecto. «Do ponto de vista psicológico», disse, «o ser incapaz de ultra-

passar a frustração (o que pode acontecer logo aos 2 ou 3 anos) torna o adolescente um forte candidato à toxicod dependência.» Os quadros familiares também podem ser determinantes: «Hoje aumenta a probabilidade de criar pessoas que com mais facilidade podem partir para a droga se esses jovens crescerem no seio de famílias que têm por hábito a facilitação, a condescendência permanente, hábitos de automedicação por dá cá aquela palha, que dão estimulantes aos filhos para os exames com a mesma displicência com que eles próprios os tomam para dormir ou acordar, etc.», alertou Graça Mexia, acrescentando que os melhores conselhos para se tentar prevenir o problema vêm das famílias de toxicod dependentes que funcionam em grupo.

### Um problema do capitalismo

Seguiu-se Carlos Gonçalves, do CC do PCP, que abordou a questão da segurança começando por considerar que «a toxicod dependência não é essencialmente uma questão de segurança da sociedade, mas um problema político profundo», partindo dali para a análise do Casal Ventoso, «onde se criaram condições sociais para o tráfico livre da droga» perante a impotência da população, «literalmente neutralizada» numa hipotética oposição ao alastrar do flagelo. Quanto às forças policiais, «limitaram-se muito à intervenção cirúrgica no bairro», enquanto a política governamental fechava esquadras e retirava o policiamento regular do local. «Demitiram-se há muito da presença permanente no bairro - o que assegurava a segurança - permitindo assim que o problema se mantenha e desenvolva». Sublinhando que não são ações expedicionárias de polícia que resolvem este flagelo, Carlos Gonçalves defendeu que a requalificação do Casal Ventoso deve ser, a par e passo, acompanhada do regresso do policiamen-

to regular ao local, até à instalação de uma esquadra normal, bem no centro do bairro, ao mesmo tempo que acentuava que o Estado português tinha de assumir as suas responsabilidades.

António Abreu, vereador na CML e membro do CC do PCP, afirmou haver «três ordens de questões a considerar» na luta contra a toxicod dependência: «A perplexidade das pessoas» sobre se vale a pena lutar, com tantas dificuldades a montante, «o desejo de coordenação» de esforços e «se o que está a ser feito é suficiente». Considerando que «hoje a droga é um grande problema do sistema capitalista», gerador e beneficiador desta epidemia, «não sendo por acaso que se verifica a resistência generalizada à quebra do sigilo bancário», que seria um instrumento altamente eficaz para desmantelar o narcotráfico, António Abreu avisou que a reconversão do Casal Ventoso deve ser acompanhada de minuciosos Planos de Pormenor. «Não basta construir casas, é preciso cuidar dos impactos sociais, ambientais, etc.»

### Uma nova política

«Vemos 10 milhões de contos entregues ao grupo Champalimaud, 600 mil contos à UGT, muitos milhões de contos a uma dezena de grandes proprietários latifundiários para terem as suas terras sem produzir, mas para enfrentar o flagelo da toxicod dependência ainda não se deu o salto com a dotação de meios indispensáveis para uma verdadeira política de prevenção», afirmou Francisco Lopes, da Comissão Política do CC do PCP, na intervenção que encerrou o debate, acrescentando: «Por isso temos dito e dizemos que não se pode falar de luta perdida contra a droga porque, à parte algumas medidas, muitos discursos e muita encenação, ela não foi travada com a determinação, a coerência e a vontade política necessárias.»

E defendeu uma nova política: «Uma política que não acentue as vulnerabilidades que conduzem à toxicod dependência. Uma mais vasta e eficaz acção de prevenção primária. A criação de oportunidades reais de tratamento para os toxicod dependentes com a criação de uma verdadeira rede pública nacional gratuita com capacidade de resposta de Centros de Atendimento, unidades de desabilitação, comunidades terapêuticas, apartamentos de saída, articulada com programas de reinserção sociolaboral.»

E Francisco Lopes concluiu: «É preciso uma nova política que não se baseie na ideia da prisão dos toxicod dependentes por simples consumo, que deve criar mais oportunidades de tratamento dos toxicod dependentes presos e garantir mais meios e vontade política para combater o tráfico de droga e o branqueamento de capitais. É uma política que é indispensável e urgente e cuja concretização depende de uma maior exigência da sociedade.»



## ③ Entrevista com a ovelha Dolly

**J**á ninguém ignora a origem ou a identidade da ovelha Dolly, nascida nas palhinhas de um laboratório escocês, sem Reis Magos a apresentá-la ou vaquinhas a aquecê-la de noite com o seu bafo. Mas julga-se uma Deusa, capaz de transformar o destino da Humanidade. É o que se vai ver.

Não descanso enquanto não converso com ela. Obter a entrevista não foi fácil. Apresentei-me como Doutor Sacatrapus da Faculdade de Letras de Bangor, capital dos carneiros. Isto abriu-me as portas ao santuário de Dolly. Ela está de perna traçada, num divan de luxo, fuma de boquilha. Ataco:

— Que terá a Miss Dolly a ver com o cordeiro apocalíptico que podemos ver no Museu de Arte da Catalunha, em Barcelona-sur-Mer?

Dolly surpreende-se:

— Tanta entrevista já dada até que aparece alguém a descobrir-me a geneologia. É verdade. Eu sou a reencarnação do anho apocalíptico. Um símbolo. Um símbolo que espelha felicidade. Nasci apenas para curar traumas.

— Mas anhos, ovelhas ou carneiros não são antes símbolos sacrificiais? Não é verdade que o Apocalipse emprega 28 vezes a palavra ovelha para designar Cristo?

— Cale-se, Sacatrapus. Nada tenho a ver com o Salvador. Sou apenas o anho que dribla a morte. Não vim ao mundo para salvar o Homem, mas proteger-lhe o Egoísmo. E o Egoísmo é o nova Máquina do Mundo, com a devida vénia a Ptolomeu.

### SANDUÍCHES

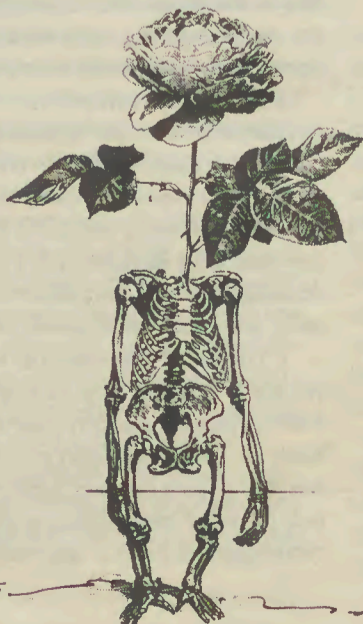
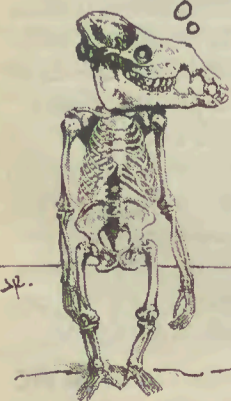
### DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres

Dobrei-me perante tanta erudição.

— O Egoísmo? — pergunto espantado. — Nunca me ocorreu que...

— Aos doutores universitários de letras só lhes ocorre o que já leram noutra sítio. Esclareço. Eu sou a Deusa Protectora do Egoísmo



Universal, e, quem diz Egoísmo, diz Vaidade.

— Não entendo, Ovelha Eminentíssima.

Miss Dolly olha-me de alto, um desdém imenso nas palavras:

— Dou-lhe um exemplo. Nasci apenas de um ovócito de minha Mãe. Sou igual a ela. Distante pela idade. Chamam-me desprezivamente um clone. Não me importo, e, digo mais, viva a clonagem! Já pensou, doctor Sacatrapus, que se pode ir aos restos mortais de Fernando Pessoa e cloná-lo até à saciedade? Depois de clonado, obrigáramos o sujeito a pôr ordem afinal no Livro do Desassossego que não chegou a terminar por causa da ginjinha.

— Mas que tem isso a ver com o Egoísmo, miss Dolly?

— Você, Sacatrapus, não percebe nada. Vou dar-lhe um exemplo. Há duas semanas, apareceu-me aqui uma senhora cujo pai, muito velho, estava a morrer. Senhora séria. Já cinqüentona. Solteira. Sem filhos. Pediu-me um clone do pai. Dei-lhe indicações. O pai morreu mas renasceu num bebé com que a filha anda agora ao colo.

Miss Dolly divertia-se comigo. Aquilo era inadmissível.

— Ovelha Eminentíssima — chasqueei. — Quer convencer-me que essa senhora anda agora a embalar o pai, regressado ao estado de recém-nascido?

— Exactamente — bafou-me. — Vê-se logo que você é de inteligência vagarosa. Claro que a filha anda agora com o pai ao colo. Tem afinal o seu bebé. E é capaz de lhe retribuir as sapatadas que recebeu quando pequena.

— Isso é um espanto! — exclamei. Abria-se-me muito a boca, queixo caído.

Já batiam à porta. Alguém a querer entrar de urgência.

— Sim — confirmou Miss Dolly. — Mas tenho casos semelhantes que estou agora a atender, com grande proveito.

— Mas há mais casos?

— Claro que há.

Um pintor ilustre e riquíssimo, já idoso, carregado de orgulho, de uma vaidade extrema, que não quer morrer. Pediu-me que o clonasse. Clonei-o. Deu-me um Picasso como pagamento. Esse pintor anda agora com ele próprio ao colo. O que é típico, Sacatrapus. Todos aqueles que são ou se julgam célebres desejam andar com eles próprios ao colo. Percebe agora por que me intitulo de Deusa Protectora de Egoísmo Universal?

Deixei cair o queixo. Percebia, por fim. Mas já alguém entrava no recinto. Ia-me embora quando Miss Dolly me atalha:

— Então, não quer também ser clonado?

Não quer andar consigo próprio ao colo?

— Muito obrigado! — exclamei. — Há muito tempo que, como bom português, não faço outra coisa. De resto, não tenho Picassos com que lhe pague. Ando apenas comigo próprio ao colo, mas em espírito. Acho que basta. Um português não precisa de mais.



## Sem Terra brasileiros

# Caminhar

**A** reforma agrária é a principal reivindicação do Movimento dos Sem Terra do Brasil. Herdeiros de uma luta de séculos dos trabalhadores rurais brasileiros, os sem-terra viram no passado mês de Março a sua batalha de 12 anos ser reconhecida oficialmente pela comunidade internacional com a entrega à organização do prémio Rei Balduino da Bélgica deste ano. Entretanto, a marcha nacional promovida pelo movimento chega finalmente a Brasília na próxima semana, após dois meses de caminhada.

A estrutura fundiária do Brasil é caracterizada por enormes latifúndios e uma infinidade de minifúndios. De acordo com dados oficiais, 2,8 por cento dos proprietários rurais possui 57 por cento das terras cultiváveis, enquanto 62 por cento detém apenas 8 por cento do total.

No primeiro grupo há terrenos de 50 mil, 100 mil, 500 mil e um milhão de hectares. No segundo, existe propriedades de um, meio e até de um quarto de hectare. Ocupando uma superfície de 90 milhões de hectares, as propriedades acima de 5 mil hectares, pertencentes a menos de seis mil latifundiários, mantêm de forma improdutivo 62 por cento da área.

Consequências directas desta situação é o estado de pobreza em que vivem 46 milhões de brasileiros nas áreas rurais. Estudos da Universidade de São Paulo provaram a correlação positiva entre a concentração da terra e a concentração da pobreza. Nos Estados e municípios em que a terra está mais concentrada, registam-se índices superiores de concentração de pobreza - há mais pobres e os pobres são mais pobres.

Como sublinhou Esídio Brunetto, membro da Direção Nacional do Movimento dos Sem Terra (MST), na entrega do prédio Rei Balduino em Bruxelas, «o extraordinário tamanho das grandes fazendas estimula ainda a extensividade da exploração. Em algumas regiões, os fazendeiros precisam de três hectares de terra para manter uma vaca!».

Esta realidade dá azo a uma estrutura social e política que, nas palavras de Esídio Brunetto, é caracterizada «pelo mandonismo do senhor das terras e pela violência deste contra a produção rural».

«Antigamente costumava-se associar esse padrão perverso de relações sociais ao atraso cultural dos latifundiários tradicionais - os famigerados "coronéis" do sertão», explica aquele representante do MST. «Esse retrato distorce a realidade. Tão autoritário e tão violento quanto o velho "coronel" é o administrador cultivado - às vezes até bilingue - do latifúndio moderno, nacional ou transnacional, que se constituiu nos vastos espaços do interior do país, mediante o estímulo do Estado no período da ditadura militar.



Essas imensas fazendas, produtivas e tecnicamente atualizadas, não se acanham de adoptar relações de trabalho arcaico e opressivas. Há denúncias de emprego de trabalho escravo, de agressões a tribos indígenas vizinhas, de expulsão violenta de posseiros por empreiteiros de mão-de-obra e campanhas a serviço de empresas rurais que se apresentam como modernas».

### Democratizar a terra e a sociedade

A reforma agrária é a solução apontada pelos sem-terra (ver caixa). As razões são claras. Com apenas cinco por cento das terras em poder do latifúndio pode-se assentar um milhão de famílias pobres das zonas rurais. O investimento necessário para criar um posto de trabalho permanente na agricultura é de dez mil dólares, quantia inferior a qualquer emprego no sector industrial ou de serviços.

A terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa: estas são as principais reivindicações do MST.

### — O apoio da Igreja brasileira —

**O**s sem-terra contam com o apoio da Igreja brasileira na luta pela reforma agrária, na continuação do que aconteceu durante a ditadura militar. «É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada», disse recentemente o cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, reafirmando a aprovação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da marcha do MST até Brasília, bem como as ocupações de terras.

Em entrevista à última edição do jornal dos sem-terra, o bispo de Jales e director da CNBB, D. Luís Demétrio Valentini, pôs em dúvida as intenções do executivo de Fernando Henrique Cardoso. «Parece faltar ao governo e seu conjunto convicção e coerência diante da questão agrária. Quando a gente escuta o ministro da Fazenda dizer que o ideal para o Brasil é ter somente quatro por cento da população trabalhando na agricultura, numa transposição simplista para o Brasil da realidade norte-americana, ficamos nos perguntando que reforma agrária vai resultar dos planos deste governo», afirmou.

«Quando um governo permite que as tensões sociais cheguem ao extremo de ultrapassar os limites da lei, é porque ele não agiu em tempo ou não actuou eficazmente para evitá-las ou resolvê-las dentro da lei. Por isso, é do governo a primeira culpa por conflitos persistentes que precisam apelar por expedientes não legais. Criminalizando a luta pela terra, o governo está condenando a si mesmo por omissão ou incompetência», acrescentou D. Luís Valentini.

A posição da maioria dos eclesiásticos brasileiros é de tal forma clara que Fernando Henrique Cardoso queixou-se ao papa João Paulo II do envolvimento de tantos padres na luta pela reforma agrária, num recente encontro entre ambos.

«Eu disse ao papa que às vezes alguns padres se excedem porque não compreendem a diferença entre um governo que quer melhorar e um governo fechado para o clamor social», confessou o presidente numa entrevista concedida à TV Bandeirantes.



■ Isabel Araújo  
Branco

# pela reforma agrária

Mas podemos falar noutras: comida barata, melhores salários, punição dos assassinos dos trabalhadores rurais, educação, habitação, saúde, autonomia para as áreas indígenas, criação de um imposto territorial rural, preservação e recuperação dos recursos naturais.



Fotos de Sebastião Salgado. Do livro «Terra», que a Caminho lança em Portugal, com texto de José Saramago e poemas de Chico Buarque

Os sem-terra pensam no futuro a longo prazo. Os seus objectivos fundamentais são o aumento do nível de vida da população em geral, especialmente dos mais desfavorecidos; a diminuição substancial do desemprego; a eliminação completa da fome no país; o consumo interno de todos os produtos nacionais; e o respeito pela natureza.

Nos 12 anos de existência da organização, quase 140 mil famílias conseguiram conquistar terra. A elevação da renda das famílias estabelecidas tornou-se real em muitos dos assentamentos, principalmente onde as agro-indústrias são desenvolvidas. Uma pesquisa oficial comprovou que a média da renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família. Onde as agro-indústrias estão implementadas essa média sobe para 5,6 salários mensais para família.

De acordo com dados do INCRA (o órgão oficial de cadastramento das propriedades rurais) referentes a 1995, apenas 14 por cento das terras brasileiras são utilizadas na lavoura e 48 por cento destinadas a pastagens.

Nos 850 milhões de hectares da superfície territorial total do país, 33 por cento são áreas de latifúndios e 29 por cento são constituídos por áreas devolutas do Estado. As propriedades com mais de 100

mil hectares (264) prefazem 32,5 milhões de hectares (3,8 por cento), enquanto que uma estimativa aponta para 30 milhões de hectares (3,5 por cento) de propriedades de empresas estrangeiras.

O MST investe não apenas nas necessidades materiais dos sem-terra, mas também na sua formação técnica e política, de forma a acabar com o analfabetismo das áreas de reforma agrária. Há assentamentos em que os índices de analfabetismo chegam a atingir 90 por cento. Estes números reflectem as condições de vida a que a população rural foi condenada.

Mais de 38 mil estudantes (entre os quais 35 mil crianças e adolescentes), cerca de 1.500 professores e 300 monitores de alfabetização de jovens e adultos estão directamente envolvidos num projecto que propõe «ampliar o conceito de educação, para não ser sinónimo apenas de escolaridade». «Não queremos mais a escolarização como um passaporte para a vida na cidade, mas sim como geradora da competência necessária para os agricultores permanecerem no campo», proclamam.

Actualmente a actuação do movimento abarca 850 escolas de 1ª a 4ª séries, 20 escolas de 5ª a 8ª séries. Além dos cursos normais, o MST promove outro tipo de cursos como o de magistério e técnico de administração de cooperativas.

## Formas de luta

«A luta é a arma dos pobres. E é legítima», lê-se no manifesto dos sem-terra. Mas o MST não se fica pelas invasões de terras. Contando com o apoio de cerca de 80 por cento da população brasileira (como foi revelado por uma sondagem realizada no mês de Março) e de inúmeras personalidades do mundo cultural, político, sindical, artístico e intelectual, o movimento organizou uma marcha nacional até Brasília pela reforma agrária, o emprego e a justiça.

Iniciada a 17 de Fevereiro, esta marcha chegará a Brasília daqui a sete dias, no dia 17, local de encontro entre as três colunas que a compõem. São Paulo, Governador Valadares (Minas Gerais) e Rondonópolis (Mato Grosso) foram os pontos de partida dos grupos.

Durante os dois meses do percurso, realizaram-se inúmeros actos públicos em todas as cidades por onde as colunas passaram. As manifestações de solidariedade multiplicaram-se, tanto em forma de palavras, como de doação de alimentos ou empréstimo de infra-estruturas para os caminhantes pernitoarem.

Para o MST, o presidente Fernando Henrique Cardoso «preocupa-se apenas com a sua reeleição e com as privatizações das empresas eléctricas, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, entregando para o capital estrangeiro um património de todo o povo brasileiro». «O destino do nosso país não pode ficar nas mãos de quem não possui nenhum compromisso com os brasileiros, e muito menos com os pobres», defende o movimento. Por isso, «somos nós, os trabalhadores que sofremos esta situação de miséria e de desemprego, que podemos mudar isso».

Outra iniciativa é o lançamento de um livro de fotografias dos sem-terra da autoria do consagrado fotógrafo Sebastião Salgado, com o prefácio de José Saramago. Em Lisboa, é inaugurada hoje, dia 10 de Abril, uma exposição dessas fotos no espaço cultural Vitória, no centro de trabalho do PCP da Avenida da Liberdade. Sebastião Salgado participará num debate que se realizará na sessão de abertura.

O compositor e cantor Chico Buarque é outro dos apoiantes desta causa, estando previsto para breve a edição de um CD de canções inéditas sobre a causa dos sem-terra.

## A reforma agrária necessária

Reivindicando uma sociedade igualitária e socialista, o MST exige a realização da reforma agrária. «A produção obtida nos 60 milhões de hectares cultivados é insuficiente para as necessidades da população, é irrisória comparando-se aos avanços tecnológicos e às médias de produtividade obtidas em outros países», dizem os sem-terra.

Produzem-se apenas 75 milhões de toneladas de grãos, enquanto que em outros países com condições climáticas e solos semelhantes a produção chega a ser quatro vezes superior. As melhores terras destinam-se a monocultura para exportação, como cana, café, algodão, soja e laranja. A produção de alimentos básicos para o mercado interno está praticamente estagnada.

O projecto de reforma agrária apresentado pelo MST é vasto. Seguem-se alguns pontos:

- dar prioridade aos assentamentos em terras próximas das cidades, viabilizando o abastecimento mais barato;
- o tamanho e forma das propriedades devem depender de cada região;
- impedir que bancos, empresas estrangeiras e grupos industriais nacionais que não dependam da agricultura possuam terras;
- democratizar o uso das águas;
- integração permanente da produção com a agro-indústria;
- garantir preços dos produtos acima do custo de produção, bem como o seu transporte e armazenagem.

## Um ano depois Massacre do Eldorado do Carajá

O massacre do Eldorado do Carajá de 19 sem-terra, cometido por 200 polícias militares no dia 17 de Abril de 1996, constitui a mais conhecida carnificina praticada sobre trabalhadores rurais brasileiros. Este crime tornou-se o símbolo da luta do MST e de todos os camponeses da América Latina. A partir deste ano, o dia 17 de Abril vai ser celebrado como o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Passado quase um ano sobre o acontecimento e sob a pressão da opinião pública nacional e internacional, o processo começou finalmente a avançar no mês passado com a designação de um juiz e um promotor exclusivamente para o caso. O juiz responsável determinou que 66 guardas envolvidos no processo fossem interrogados até 26 de Março.

Em Abril do ano passado, os polícias mataram 19 sem-terra e feriram 69, sob o pretexto de

desobstruírem a estrada que estes tinham invadido. Muitos trabalhadores foram executados a golpe de foice.

Como explica o MST, os sem-terra tinham «paralisado a rodovia objectivando que o Governo cumprisse a promessa de ônibus e alimentos para que pudessem seguir até à capital, a fim de negociar com o INCRA o assentamento de duas mil famílias de trabalhadores na fazenda Macaxeira».

Imediatamente após o massacre foi aberto um inquérito policial, sem no entanto se terem realizado investigações para a individualização da conduta de cada envolvido, sem as quais não é possível haver condenação. «Este procedimento não decorreu de falta de preparo técnico, mas sim da vontade deliberada em não recolher provas que pudessem condenar seus pares», acusa o MST.



## Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

# À espera do Teatro

**A** Espera de Godot, a melhor peça de Samuel Beckett, nunca foi tão actual como hoje. Nela se fundem, num clima de ansiosa expectativa, a linguagem de grau zero, rasteira e inquietante, sempre usada pelo autor de *Moloy*, a interrogação metafísica (existe porventura Godot?, virá algum dia esse Deus de improvável justiça?) e o quadro da monstruosa relação do Senhor e do seu Servo – Pozzo e Lucky. O facto de este último não querer abandonar a sua aviltante situação torna-se ainda mais dramática se nos lembrarmos do desemprego crescente no mundo em que vivemos e de todas as misérias e medos que ele gera.

Pode fazer-se uma leitura marxista do texto, onde os próprios homens estariam em vias de serem olhados como coisas (coisificados), a partir da teoria da reificação da mercadoria. Não importa qual terá sido a intenção de Beckett ao escrevê-lo: quanto mais polissémico é o texto (e este, em tal aspecto, pede meças ao mais aberto) mais ele se abre a múltiplas interpretações. Aliás, a referida leitura política não é incompatível com a preocupação sobre o Além, consubstancial à vida e à literatura, nem com a linguagem do risível, do nulo, do absurdo.

Em boa hora, Armando Caldas, inaugurando o Auditório Municipal Lourdes Norberto, de Linda-a-Velha, e homenageando também a memória de Ribeirinho, outrora morador em Oeiras, repôs a mais importante parte da genial farsa trágica de Beckett. Até porque, graças à sua muito correcta e inteligente encenação e ao trabalho admirável dos actores do Intervalo Grupo de Teatro, com destaque para os criadores das personagens dos vagabundos estáticos, o talentoso Helder Anacleto e o jovem e acertado Bernardo Mendonça, o público de Linda-a-Velha terá sido conquistado para o teatro com esta estreia da Companhia no seu novo espaço. Para isso terá também provavelmente concorrido a outra parte do espectáculo (cheio de graça constante e explosiva), que consiste em pequenos números cómicos, evocando cenas e canções de revistas, muitas vezes com alusões aguçadas ao nosso momento político e cultural. Apetece, por esses cerzidos de teatro ligeiro e de café-concerto e por tudo o que fizeram, com muito sonho e muita vontade, dar um abraço de parabéns a Armando Caldas e a Fernando Tavares Marques.

Levar o teatro ao povo, criar novos públicos, segurar e acrescentar os que já existem é, em última análise, uma tarefa revolucionária. Que só se pode levar a cabo – assim foi neste caso – com muito amor, sacrifício de tempo e eufórica camaradagem entre todos os obreiros dessa maravilha que dura uma noite e depois se repete até à exaustão.



Denis Donaldson – «O navio dos unionistas já está a meter água por todos os lados»

## Uma entrevista exclusiva com um dos dirigentes do “Sinn Fein” na Irlanda

**A** Páscoa na Irlanda do Norte é sempre uma época de tensão especial. Os republicanos, católicos, nacionalistas, celebram o célebre levantamento de 1916 em que o movimento pela independência e pela República levou a cabo uma temerária iniciativa militar que, como se sabe, acabou num banho de sangue. Os protestantes, unionistas, fiéis à Grã-Bretanha e à Coroa inglesa, salientam o seu ódio à República da Irlanda, o seu desejo de continuarem como súbditos da monarquia, a sua vontade de que o país continue dividido para que os seus privilégios prossigam ao longo do tempo.

### Sistema anacrónico face aos novos tempos

A questão da Irlanda não é só religiosa. Em todos os seus contornos, se os observarmos com atenção, surgem os problemas do desenvolvimento económico, do emprego, da habitação, dos serviços sociais, da propriedade. De maneira gigantesca, a divisão de classes revela-se em tudo na vida da cidade de Belfast, em todo o Ulster. Sem surpresa, o imperialismo já está pouco interessado na continuação deste conflito que leva da Tesouraria britânica muitos milhares de milhões de libras. Mas, sempre que surge uma oportunidade de progresso, a voz rouca e maldosa dos dirigentes dos partidos políticos protestantes intima o governo britânico a cumprir todo o catálogo de garantias e promessas feitas através dos últimos dois séculos. Invariavelmente, o gabinete de Whitehall capitula. Por exemplo: nos últimos meses do governo de John Major, as suas possibilidades de continuidade no poder dependiam dos votos dos deputados daqueles partidos na Câmara dos Comuns. Por outro lado, os protestantes do Ulster ainda dispõem de bons círculos de amigos na Inglaterra e na Escócia. Toda essa gente nutre um ódio particular à ideia da união da Irlanda na República e na democracia. E corre, sempre que necessário, em defesa do anacrónico, inadmissível sistema totalitário que ainda reina naquilo a que se chama Irlanda do Norte.

Mas notam-se já alguns efeitos produzidos pela mudança dos tempos. Para além da luta conduzida militarmente pelo IRA e, politicamente, pelo «Sinn Fein», aparecem à vista dos observadores mais atentos, alguns aspectos que revelam o princípio do fim do regime antigo. Assim, nos meios da indústria agro-pecuária, uma das mais importantes actividades económicas do Ulster, a crise das «vacas loucas» conduziu os magnatas do sector a uma nova política de colaboração com a República (Dublin). Esses dirigentes, quando a hora da realidade surgiu, esqueceram rapidamente o seu protestantismo e o seu unionismo e lançaram-se, fraternalmente, num bom abraço com os irmãos irlandeses do Sul. Simultaneamente, Belfast e toda a Irlanda do Norte começam a abrir as suas portas a meios de negócios da República. Multiplica-se a abertura de filiais dos Bancos de Dublin e de muitos outros ramos de negócios. A juventude, resolutamente, abandona as posições do fanatismo religioso e procura avançar pelas avenidas amplas da fraternidade. Canta-se a «Molly Malone» nos «pubs» de Belfast. E já ninguém foge a gritar, de peito aberto: «Somos irlandeses. Isto é a Irlanda.» Em nossa opinião, apesar dos inúmeros escolhos que persistem, o Ulster, como última colónia do Império, tem os seus dias contados.

Porém, nesta Páscoa que acaba de celebrar-se, os jipões blindados do exército britânico continuam em permanente vigilância nas ruas de Belfast. Militares à paisana, deslocando-se em automóveis sem matrícula, aparecem a disparar sobre cidadãos de quem suspeitam. Os assassínios prosseguem. O medo continua instalado em todo o território. É a

# A última tem

juventude que mostra mais abertamente o seu desprezo pelas condições que vêm de tempos sombrios. Essa juventude acabará por arrancar a máscara dos presbiterianos e mostrar toda a verdade sobre a Irlanda do Norte. Reina nos bairros católicos e republicanos de Belfast uma confiança enorme no futuro do país. Para conhecermos melhor a situação, pedimos ao partido «Sinn Fein» uma entrevista a um dos seus dirigentes.

### «O IRA na defesa do povo republicano e católico»

Denis Donaldson é um homem ainda novo cujo olhar penetrante não esconde a certeza de que a causa da união do seu país sob o regime republicano triunfará. Entretanto, começou a descrever a situação que se tem vivido no Ulster desde 1968, quando o conflito ganhou formas mais agudas e o IRA, para defender a comunidade católica, se envolveu numa guerra contra os reaccionários defensores do «apartheid» e contra o próprio exército britânico. Eis as suas palavras:

«Em 1968, tudo o que pedíamos era o respeito dos direitos civis da minoria católica da população do Ulster. Vivíamos numa ditadura não tão feroz como a de Salazar-Caetano, em Portugal, mas, para todos os efeitos, uma ditadura do partido único dos Unionistas a que o governo britânico dava cobertura. As forças nacionalistas ainda não tinham acordado de um sono estranho em que haviam tombado. Os democratas queriam viver sob um sistema de liberdades – para cada cidadão ou cidadã, um voto. Os unionistas controlavam os cadernos eleitorais. A discriminação alargava-se a todos os aspectos da vida: ao emprego, à habitação, principalmente. Queríamos o fim deste estado de coisas, o fim da repressão por parte das forças policiais – os «B Specials» e a «RUC» (Royal Ulster Constabulary), formações militarizadas cujos efectivos se recrutavam exclusivamente entre os protestantes. A reacção do Estado às nossas exigências foi a repressão através do uso destas organizações paramilitares. Assim, enquanto os «B Specials» agiam na defesa dos





## EM FOCO



Belfast – um lugar marcado pela luta independentista



# colónia do Império os dias contados

■ Manoel de Lencastre

interesses dos protestantes e do imperialismo, o IRA pegou em armas para defender as áreas nacionalistas e católicas.»

## A criminalização da nossa luta falhou

Esta era uma entrevista que acarretava algum melindre. Não quisemos colocar o nosso entrevistado perante perguntas a que não lhe fosse possível dar resposta. Denis Donaldson, além de dirigente partidário do «Sinn Fein», é membro do Conselho da Câmara de Belfast. Foi eleito

que significa que todos os irlandeses que haviam trabalhado pela independência do seu país estavam criminalmente catalogados.»

As greves da fome constituíram um dos capítulos mais dramáticos de toda a luta dos republicanos e patriotas. Durante esse período, que ficou marcado na memória e no coração de todos os que amam a Irlanda e o seu povo, surgiu perfeitamente identificada a figura da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, cujas crueldade e desumanidade do mundo ficou a conhecer melhor.

«Os heróis das greves da fome ficaram para sempre na história do nosso país. Bobby Sands foi eleito deputado à Câmara dos Comuns. Isto demonstra o apoio que o seu sacrifício estava a receber. Ninguém esquece as figuras de mártires de Bobby Sands, Kearn Docherty, Joe McDonald, e as de todos os outros que deram a vida pela exigência de direitos cívicos para todo o povo da Irlanda do Norte. Foi nestas circunstâncias que o IRA compreendeu que tinha nascido no Ulster e em toda a Irlanda um movimento de massas em apoio da luta. Tinha sido criada uma base política para essa luta. Fortalecido com essa base, o IRA começou a orientar a sua estratégia para certas direcções de acção política. Isto deu lugar à criação do partido «Sinn Fein».»

## No caminho das iniciativas políticas

Naturalmente, neste ponto da nossa entrevista, tivemos de colocar a Denis Donaldson a inevitável questão: como era possível conduzir o processo de luta a nível militar e simultaneamente como partido político?

«Como força política, o «Sinn Fein» começou a ganhar enorme apoio que se exprimia em diversos aspectos mas, principalmente, em termos de votos. A situação mudou devido ao sacrifício dos patriotas das greves da fome. O «Sinn Fein», agora, representava uma valiosa alternativa ao SDLP (Social Democratic Labour Party) que, dirigido pelo conhecido político John Hume, é, igualmente, um partido católico embora a sua política seja moderada. As aspirações do povo católico e republicano exigiam que existisse um partido capaz de responder aos seus anseios. Esse partido, como se tem verificado, é o «Sinn Fein», cujo crescimento tem sido constante devido a que nunca transigiu quanto ao essencial da sua política nem negociou a sua firmeza de princípios. Entretanto, a luta militar prosseguiu. Não é o «Sinn Fein», evidentemente, que conduz essa luta. É o IRA. Mas os objectivos de ambas as organizações coincidem – queremos a união da Irlanda, o fim da presença do exército britânico no nosso país, a igualdade entre todos os cidadãos à face da lei, independentemente de posições de fé religiosa. Nisto, como sabe, os fanáticos protestantes, não querem ouvir falar.»

O nosso entrevistado, entusiasmado com a sua própria narrativa e tendo presentes as múltiplas particularidades, algumas perigosas e extremamente difíceis, do seu combate, prosseguiu:

«Em 1986, examinámos cuidadosamente a nossa estratégia. E pusemos, francamente, esta questão: «Para onde vamos, agora? O que fazer?» Decidimos enveredar por um novo programa de conversações políticas com o SDLP e com o governo da República da Irlanda, em Dublin. Começámos a conversar com toda a gente que estivesse preparada para ouvir-nos: opositores e aliados políticos. O «Sinn Fein» adquirira alguma autoridade, muito prestígio. A nossa principal proposta era esta: falar com os dirigentes do IRA e propor um cessar-fogo. Nesta base, tiveram lugar três anos de conversações secretas entre o IRA e o governo britânico. Era uma nova esperança. Já em 1984 tínhamos conseguido o envolvimento do governo dos Estados Unidos neste projecto. Dublin trabalhou com John Hume e com os americanos para que as condições do cessar-fogo surgissem. E foi isso o que aconteceu, já vai para três anos.»

Intervimos. O cessar-fogo declarado pelo IRA, a que mais tarde, gradualmente, acederam as forças paramilitares unionistas, deu lugar a enormes esperanças, mas falhou. O que se passou?

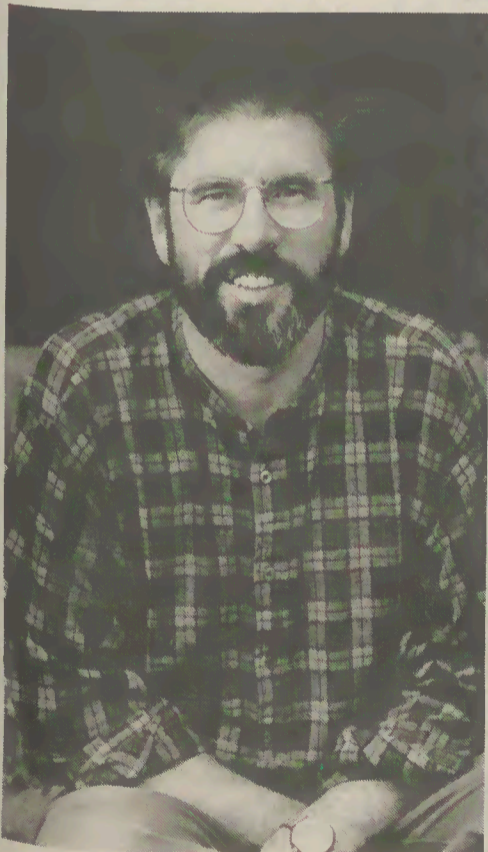
«Mais uma vez, o governo britânico, sob a pressão de elementos conservadores e reacionários no seu próprio país e assediado pelos fascistas dos partidos protestantes da Irlanda do Norte, começou a criar dificuldades no processo. A exigência de que o IRA entregasse as armas, para que pudessem iniciar-se conversações entre todos os partidos para a democratização da Irlanda do Norte, criava uma situação impossível. Equivalia a uma rendição. O IRA não podia fazer entrega dos seus «stocks» de material militar enquanto o exército britânico não fizesse o mesmo ou, pelo menos, não saísse do nosso país. Ficámos sob a impressão de que as forças reacionárias dos protestantes com o apoio do governo de Londres não queriam, na verdade, que se entrasse numa situação nova.»

## «No surrender», gritam os protestantes

Salientámos a nova oportunidade que surgirá se das eleições britânicas sair um novo governo trabalhista. A futura secretária de Estado para os assuntos da Irlanda do Norte, Marjorie Mowlan, já declarou que se abrirão novas conversações para a realização de uma conferência entre todas as forças políticas do Ulster se o IRA voltar a renunciar à violência anunciando um novo cessar-fogo. O que tinha a dizer-nos sobre isto, Denis Donaldson?

«Se os trabalhistas vencerem, poderá surgir, de facto, uma nova oportunidade. Mas o «Labour Party» terá de estabelecer uma política competente que nos permita avaliar as respectivas possibilidades de êxito. Já os políticos protestantes andam a gritar: «No surrender» (Não nos rendemos). Assim, até que os trabalhistas consigam definir-se, se vencerem, a nossa luta continuará numa base democrática – queremos igualdade entre todos os cidadãos do Ulster, oportunidades iguais para todos; queremos que sejam reconhecidos os direitos democráticos dos nacionalistas e republicanos, da minoria católica; a verdade é que continuamos a ser discriminados em questões de fundo como o emprego e a habitação.»

E, sentindo-se fascinado pelo ideal da sua luta, da luta do seu povo: «Temos à vista a experiência de luta de muitos outros povos. Sabemos que a democracia triunfará. Na realidade, a questão religiosa, no nosso país, é falsa. Utilizam-na para que os privilégios antigos se mantenham. A extrema-direita protestante que existe no Ulster não poderia existir em qualquer outro país. É uma anormalidade. Pelo contrário, a ideia da Irlanda unida faz pleno sentido. É, no fundo, uma inevitabilidade histórica. A chamada Irlanda do Norte é artificial. Foi construída para eternizar a desigualdade entre exploradores e explorados e para que a discriminação, tão querida dos meios direitistas dos presbiterianos, possa continuar. Entretanto, parece claro que o navio dos unionistas já está a meter água por todos os lados.»



Gerry Adam, à esquerda, uma das caras das negociações do cessar-fogo. À direita, Martin Mc Guinness do Sinn Fein

para esse lugar pela comunidade católica e republicana. Preferimos que nos falasse na qualidade de democrata e de cidadão para descrever-nos, desapassionadamente, a realidade do seu país. Nós, igualmente, temos opiniões próprias sobre a situação. Mas deixámo-las lá fora, quando entrámos na sede do «Sinn Fein».

«Em 1972, o governo britânico e o IRA entraram em negociações secretas. O conflito exigia que se tomassem iniciativas para a paz e para a democracia na Irlanda do Norte. Mas, enquanto estas negociações decorriam, verificou-se que os serviços secretos ingleses (Intelligence Service) estavam a tentar penetrar a nossa organização. As conversações, assim, duraram pouco. O conflito, em vez de acabar, tornou-se total. Os ingleses começaram a política de internamento dos patriotas sem abertura de processo judicial e sem julgamento. Em fins dos anos 70, o governo britânico decidia criminalizar a luta dos nacionalistas e republicanos. Foi esta política cega que deu lugar às greves da fome. Era a única e a derradeira forma de luta que restava aos patriotas. Os ingleses, na realidade, estavam a tentar criminalizar uma luta de 300 anos, o



## PONTOS CARDEAIS

### E agora, Vitorino?

O ministro da Defesa, António Vitorino, tem estado a fazer incontestáveis progressos em matéria de aprumo militar. É um regalo ver a celeridade com que rola pelo alcatrão quando passa revista às tropas. A forma marcial com que costuma colocar a mão na anca já lembrou aos especialistas a legendaria imagem de Napoleão com a mão no peito. Isto para não falar do ar bélico que assume quando enverga o camuflado.

Pois ia assim o processo de militarização do número dois do Governo quando sucedeu a graçola sobre o comissário da Expo, Cardoso e Cunha. Caiu mal nos meios militares. Não era piada própria de um ministro da Defesa. Passou, no entanto; foi um problema entre civis. Mas vieram a seguir as manobras, um tanto arrapazadas, a que o ministro se entregou na substituição do Chefe do Estado-Maior da Armada e que levaram a que este se demitisse antes de ser demitido. Depois veio o inusitado protesto dos almirantes que o acusaram de «falta de ética». Generalizou-se o comentário: «este ministro não tem postura para

a Defesa». Depois ainda outras embrulhadas com fortes pressões dos lobbies da direita e fugas de «fontes anónimas» para a comunicação social. Finalmente, surge o comunicado do Conselho de Defesa Nacional a negar a «existência de qualquer perturbação nas Forças Armadas», o que é a melhor forma de confirmar a existência das perturbações. E agora, Vitorino na fila para a remodelação? É que para ministro da Defesa não basta ser-se espertinho e engraçadinho...

### Falsos brigões

Os confrontos verbais entre o PS e o PSD a propósito da regionalização lembram os falsos combates de «luta» que se realizavam há anos no Coliseu.

Havia uns mastodontes barbudos e patibulares que se insultavam e desafiavam na imprensa e depois se aplicavam golpes terríveis no ringue. Era tudo para enganar os meninos, pois era tudo combinado. Eram combates a fingir, como são a fingir os ataques e as recriminações que o PS e o PSD se fazem reciprocamente.

O PSD não quer a regionalização, mas não quer que se saiba. Na actual direcção do PS também, com alta probabilidade, não se quer a regionalização, mas quer que se saiba que morre de amores por ela e que vai cumprir esta promessa eleitoral. É por isso que por detrás da briga há um completo entendimento entre PS e PSD para adiar e bloquear o processo, que é a melhor forma de contentar os interesses contraditórios de ambos. Ah! Falsos brigões.

### A mistificação dos títulos...

Na sua edição da passada segunda-feira, o *Diário de Notícias* anunciava, no topo e a toda a largura da primeira página, que «CGTP recebeu 90 mil contos sem juros e não pagou», seguido de um headline não menos arrasador, onde se explicava que «O Instituto de Emprego e Formação Profissional emprestou 90.550 contos à CGTP, em 31 de Dezembro de 1992. Sem juros e a pagar em seis anos. Para obras. Até

agora não viu um tostão». Perante tão bombásticas afirmações, o leitor desatava a procurar o desenvolvimento da notícia no interior do jornal, enquanto ia pensando com os seus botões:

«Lá está! São todos o mesmo! Primeiro foi a UGT, a quem o Governo deu 600 mil contos, agora são estes, que até protestavam com o que deram aos outros!»

Abria-se o jornal, chegava-se à notícia propriamente dita e lá tínhamos o DN, sossegadamente, a explicar que «do ponto de vista da legalidade» a CGTP «não tem de facto nada que a preocupe: o empréstimo [dos tais 90.550 contos] negociado com o Ministério de Silva Peneda foi estabelecido ao abrigo do Decreto-Lei Nº 165/85, relativo a "formação em cooperação". A verba teve como fim realizar obras de recuperação e adaptação das instalações onde funciona o Centro de Formação da



CGTP, em Lisboa, as quais pertencem ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social». Se a CGTP-IN «não tem nada que a preocupe do ponto de vista da legalidade», por que se preocupou então o DN em chamar para a primeira página uma «falta de pagamento» que, afinal, não cometeu falta nenhuma?!... Verdadeiramente preocupante parece ser a «objectividade» de quem alinhou esta primeira página do DN...

### ... e a resposta com factos

Mas apesar da óbvia manipulação deste título do *Diário de Notícias* - tão grosseira que o próprio jornal

desfazia no interior da notícia o que induzia no espalhafato da primeira página - o canal de televisão da SIC acorreu, pressuroso, a pedir contas ao Coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva. Ainda bem que o fez, pois assim o País teve oportunidade de ver e ouvir o dirigente da central sindical a responder, sem tergiversações, que «é mais o dinheiro que o Estado deve à CGTP do que o que a CGTP deve ao Estado», acrescentando que quanto à verba em questão, os tais 90.550 contos, «não se trata de nenhum aval nem de nenhum empréstimo. Trata-se de uma utilização de uma verba de formação profissional dentro da legalidade».

## PONTOS NATURAIS

### A luta compensa

Mário Castrinho

Carlos Daniel - Trinta e nove trabalhadoras da Empresa de Pesca de Viana do Castelo

foram despedidas há um mês mas regressaram hoje à empresa por ordem do

Tribunal. Regressaram, mas quase tiveram que ficar à porta. O sindicato interveio, mas não havia trabalho para fazer.

**Ana Peixoto** (repórter) - Apresentaram-se às oito da manhã por ordem do Tribunal, mas tiveram de ficar à porta porque ninguém da empresa as deixava entrar.

**Maria Clotilde** (trabalhadora) - Chegámos às oito horas para trabalhar e apresentámo-nos aos encarregados e eles disseram que não havia trabalho para nós.

Aguardámos até às dez horas e então acontece que o senhor António Gonçalves Gomes falou com o nosso delegado sindical e disse para entrarmos para as instalações da empresa.

**Ana Peixoto** - Entraram mas não lhes deram trabalho. Foram despedidas há um mês 39 das 80 trabalhadoras da Empresa de Pesca de Viana. Há uma semana, o Tribunal do Trabalho decidiu que as funcionárias deviam regressar à empresa. Para as trabalhadoras, esta decisão veio fazer justiça, pois sempre acharam que não havia razão para o despedimento.

**Maria Clotilde** - Alegaram um incêndio na empresa e num navio. Ora, o incêndio que houve na empresa foi há

coisa de dois anos e não justifica o nosso despedimento, o incêndio no navio foi há mais de seis meses e o pessoal que agora está despedido não trabalhava no navio.

**Ana Peixoto** - E quando foram despedidas tinham serviço lá dentro?

**Maria Clotilde** - Tínhamos serviço como temos agora. Sim, não há tanto serviço como antigamente, mas há pessoal a trabalhar.

**Ana Peixoto** - A partir de agora, vão cumprir horário, mesmo que não tenham que fazer. Durante a manhã, não apareceu ninguém da administração nas instalações. A reportagem da RTP tentou o contacto com os responsáveis, mas em vão. O sindicato está a acompanhar a situação que dentro de dias deve ter um desfecho.

(Jornal da Tarde, RTP)

### Com o 1º de Maio à porta

**José Alberto Carvalho** - Hoje em Leça da Palmeira um acidente de trabalho matou um jovem trabalhador de 27 anos que trabalhava em regime de subcontrato.

O sector da construção civil dá emprego a 337 mil pessoas. Pelas contas do sindicato, metade destes trabalhadores recebe à hora, ao dia ou com recibo verde. No Porto, o dia de greve foi aproveitado para uma manifestação em que algumas dezenas de trabalhadores chamaram a atenção para os problemas do sector.

**Repórter** - Não eram mais que oitenta, mas os suficientes para durante algum tempo cortarem a Rua Álvares Cabral, no Porto, mesmo em frente à Associação dos Construtores Cívicos e Obras Públicas do Norte. Querem que as quarenta horas de trabalho semanais sejam cumpridas, querem aumentos salariais justos, situações bem definidas para cada profissional e acima de tudo contra os acordos conseguidos entre associações patronais e sindicatos afectos à UGT.

**Repórter** - Não será isto uma pequena guerra entre os sindicatos?

**Dirigente sindical** - Não. Costuma-se dizer: quem é grande não precisa de dizer que é grande. Esta manifestação é o limiar para uma próxima grande concentração.

(Jornal da SIC)





## AGENDA

**Não**  
à Moeda Única!  
**Sim**  
ao Referendo!  
Junta-te a nós! **PCP**

**MOEDA  
ÚNICA**

suas  
consequências

**COMÍCIO**

em **ALMADA**  
- **Incrível Almadense** -  
dia 11 às 21h  
com a participação de

**CARLOS  
CARVALHAS**

**DEBATES**

No **PORTO**  
com  
**CARLOS  
CARVALHAS**  
Dia 10 às 21h30,  
no Hotel Tuela

Em **ALGÉS**  
com Joaquim Miranda  
Dia 11 às 21h,  
no CT do PCP



**AUTARQUIAS**

97

**Sines**

*Apresentação pública dos candidatos CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal. Jantar-convívio  
Sexta-feira, 11, às 20h, no Salão do Povo,  
com a participação de **Álvaro Cunhal***

**Montijo**

*Apresentação pública dos candidatos CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal  
Sexta-feira, 11, às 17h30  
no Antigo Café Montijense (Pç. República)*

**Peniche**

*Apresentação pública dos candidatos CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia  
Domingo, 13, às 17h45, no Restaurante do Parque  
com a participação de **Luís Sá***

**Amadora**

*Apresentação do cabeça de lista da CDU  
à freguesia de Venteira  
Dia 11, às 21h, na Assoc. Académica da Amadora*

**Sintra**

*Apresentação das propostas CDU para a freguesia de **Belas**: dia  
11 às 21h30, no Salão de Bandolinistas 22 de Maio, na **Idanha**,  
com a participação de **Lino Paulo**. **Forum CDU em Rio de  
Mouro**: dia 10, às 21h, no Salão da Igreja Paroquial, com a  
participação de **Lino Paulo** e **Maria Alice**, presidente da JF.*

**Vila Franca de Xira**

*Forum CDU - Tema: Ambiente: dia 10, às 16h, na Euterpe  
Alhandrense, **Alhandra** - Forum CDU - Tema: Cultura e  
Património: dia 15, às 21h, no Centro de Convívio Álvaro  
Pinheiro, **Sobralinho** - Forum CDU - Tema: Ordenamento e  
Urbanismo: dia 8, às 21h, na Cada do Povo de **Vialonga** - Forum  
CDU - Tema: Ambiente: dia 17, às 21h,  
no Pav. Municipal Forte da Casa*

**CDU  
é obra!**

**Conferência  
Nacional  
do PCP**  
O Poder Local  
e as Eleições  
Autárquicas

- 12 de Abril 1997
- Cine-Teatro S. João - Palmela

Sábado, 12,  
no Cine-Teatro  
S. João, PALMELA  
Das 10h30 às 13h  
e das 15h às 17h30,

com a participação de **Carlos Carvalhas**,  
que intervirá na sessão de encerramento (às 17h)

**AMADORA**

**Buraca** - Plenário de militantes da freguesia:  
dia 14 às 21h, na Junta de Freguesia.

**CANTANHEDE**

Reunião da Com. Concelhia sobre questões  
da Organização partidária e as eleições  
autárquicas: dia 11 às 21h30, em casa do  
cam. Taraio.

**LISBOA**

**Marvila** - Plenário de militantes da freguesia:  
dia 11 às 21h, na Com. Moradores da Zona I  
Chelas sobre as eleições autárquicas.

**OEIRAS**

**Algés** - Plenário de militantes da freguesia  
sobre a sit. política e as eleições: dia 12 às  
15h30 no CT local.

**Barcarena** - Plenário de militantes da  
freguesia: dia 15 às 21h30, no CT de Tercena.  
**Plenário da Com. Concelhia**, com a  
participação de **Henrique de Sousa**: dia 14  
às 20h30, no CT de Algés.

**SETÚBAL**

**Barreiro** - Plenário concelhio de militantes  
sobre as eleições autárquicas: dia 11 às  
21h30, no CT da Com. Concelhia.

**Comunicação Social,  
a formação de opinião  
e o papel da Imprensa do Partido**

- debate com a participação de **Carlos Brito**,  
promovido pelo Sector da Função Pública da ORL:  
dia 16 às 18h30, no CT Vitória.

**Debate sobre o processo  
de Revisão da Constituição**

Dia 16, das 21h, na URPICA (Pombal), em Almada  
com a participação de **António Filipe**

**Convívio da JCP no Distrito de Braga**

Dias 12 e 13 de Abril no Gerês  
(Pousada da Juventude de Vilarinho das Furnas)  
Inscrições abertas a militantes e simpatizantes da JCP  
até 28 de Março  
no CT do PCP de Braga (Tel. 616850/1)

**Festa Cubana**

no Terraço do CT Vitória  
promovida pela Org. do Ensino Superior da JCP

**Lino de Carvalho  
no Algarve**

O deputado do PCP fará, nos  
próximos dias 14 e 15 uma  
visita de trabalho ao Algarve  
para tomar contacto com  
problemas da Região.  
Acompanhado por **Carlos Luís  
Figueira**, terá encontros com  
estruturas do movimento  
associativo e órgãos  
periféricos do Poder Central  
na região, incidindo sobre  
problemas dos trabalhadores,  
do turismo, da indústria  
conserveira e das pescas, da  
agricultura e do ambiente.

**Juventude CDU**

**Recriar Abril no Barreiro**

Vem pintar painéis e fazer esculturas em barro  
sob o tema "25 de Abril!"  
Domingo, 13, a partir das 15h, no Pq. Catarina Eufémia

**VILA NOVA DE ANÇOS**

Almoço-convívio no Clube dos Caçadores  
comemorativo do 76 aniversário do PCP,  
com a participação de **Carlos Fraião**:  
dia 13, às 12h30.



## TELEVISÃO

## Quinta, 10

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.10 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Carmen  
14.30 O Campeão  
15.25 Seleção RTP  
16.20 Nós, os Ricos  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.05 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Envido Especial  
21.35 Lelé e Zequinha  
22.05 Filhos do Vento  
23.05 Polícias  
00.05 24 Horas  
00.35 RTP/Financial Times  
00.50 Open do Estoril  
01.05 Olho Vivo  
01.30 Bom Bordo

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.50 Euronews  
17.15 Infantil  
19.30 Encontros Imediatos  
20.00 Reviver o Passado em Brideshead  
21.00 Acontece  
21.15 O Jogo da Vida

## Sexta, 11

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.15 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Olho Clínico  
14.15 Carmen  
15.00 O Campeão  
15.55 Os Principais  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Filhos do Vento  
21.25 Futebol: Farense-Porto  
23.30 Prémio Brit  
00.45 24 Horas  
01.45 Magacine  
01.10 Mesa à Portuguesa  
02.10 A Reunião de Classe (de Michael Miller, EUA/1982, com Gerrit Graham, Michael Lerner, Fred McCarren. Comédia Satírica)

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.40 Euronews  
17.15 Infantil  
19.30 Encontros Imediatos  
19.55 Colditz  
20.50 RTP/Financial Times  
21.00 Acontece  
21.15 Carolina na Cidade

## Sábado, 12

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.20 Outras Estrelas de Hollywood  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Top +  
14.40 Spice Girls  
15.15 Amores e Rebelião  
16.10 Jornal Jovem  
16.45 Fórmula 1 - GP da Argentina  
18.20 Super Bébés  
18.55 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
21.00 Contra Informação (Compacto)  
21.15 Futebol: Boavista-Benfica  
23.30 Segredos na escuridão  
00.30 24 Horas  
01.20 Cães de Palha (de Sam Peckinpah, Gr-Br/1971, com Dustin Hoffman, Susan George, David Warner. «Thriller»)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Sem Fronteiras  
12.30 Vida por Vida  
12.40 A Conquista do Espaço (I)  
13.30 Mesa à Portuguesa  
14.00 Parlamento  
14.55 Desporto 2  
18.00 Sinais do Tempo  
19.00 Onda Curta: «Perseguição de Domingo» (curta-metragem de Mai Zetterling, Co-Prod. Intermac/1990, com Denholm Elliott, Rita Tushingham)

## Domingo, 13

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.00 Sem Limites  
12.30 Motociclismo  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Top +  
14.40 Made in Portugal  
14.40 Alta Voltagem  
15.15 86-60-86  
15.50 Casa Cheia  
16.45 Fórmula 1 - GP da Argentina  
19.20 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Meu Querido Avô  
21.25 Casa de Artistas  
22.25 Filhos do Vento  
23.25 Domingo Desportivo  
01.45 24 Horas  
02.20 L.A., Polícia em Acção  
03.20 Máquinas

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.25 Ciência e Tecnologia  
12.15 Máquinas  
12.45 Os 100 Melhores Vídeos  
13.15 Desporto 2  
17.30 Os Olhos Azuis de Yonta (de Flora Gomes, Port./Fr./Guiné-Bissau/1992, com Maysa Marta, António Simão Mendes, Pedro Dias. Ver Destaque)  
19.30 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «Quarteto»



Paulo Pires deu um saltinho à telenovela...

## Segunda, 14

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Carmen  
14.45 O Campeão  
15.45 Seleção RTP  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.10 100% Natural  
19.00 País País  
19.30 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Canções da Eurovisão  
21.15 Nós, os Ricos  
21.55 Filhos do Vento  
22.30 Maria Elisa  
24.00 24 Horas  
00.45 Horizontes da Memória

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.00 Universidade Aberta  
19.30 Encontros Imediatos  
20.00 O Agente Secreto  
21.00 Acontece  
21.15 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 Lobos do Mar (de Victor Fleming, EUA/1937, com Spencer Tracy, Freddie Bartholomew. Drama.)  
00.25 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 Portugal Radical  
14.55 Walker  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 O Rei do Gado  
21.50 Ponto de Encontro  
22.50 Passageiro 57 (de Kevin Hooks, EUA/1992, com Wesley Snipes, Bruce Payne, Tom Sizemore. Acção)  
00.45 Último Jornal  
01.05 Conversas Secretas  
02.25 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Christy  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 S.O.S. Urgências  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.10 Em Resumo (Desporto)  
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby  
22.45 PSI Factor  
23.40 Fora de Jogo  
23.50 TVI Jornal  
00.25 A Balada de Hill Street

## Terça, 15

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Carmen  
14.25 O Campeão  
15.20 Seleção RTP  
16.25 Jet.7  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.05 100% Natural  
19.00 País País  
20.00 Telejornal  
20.50 Canções da Eurovisão  
21.05 Isto Só Vídeo  
21.35 Filhos do Vento  
22.35 Herman Enciclopédia  
24.00 24 Horas  
00.45 Grandes Nomes

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
17.00 Infantil  
19.00 Rotações  
19.35 Encontros Imediatos  
20.05 O Santo  
21.00 Acontece  
21.15 Será Legal?  
22.00 Jornal 2  
22.30 S.O.S. Titanic (de William Hale, EUA/1979, com David Janssen, Cloris Leachman. Drama Histórico)  
00.15 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
12.30 O Juiz Decide  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Portugal Radical  
14.55 Walker  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Era Uma Vez  
21.50 O Rei do Gado  
23.15 Esta Semana  
00.20 Último Jornal  
00.40 Escrita em Dia  
01.50 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Christy  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 S.O.S. Urgências  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.05 Pontos nos ii's  
22.00 Comportamento Imoral (Telefilme de John Korty, EUA/1989, com Jill Eikenberry, Richard Masur, Joe Spano. Drama)  
00.10 TVI Jornal  
00.40 A Balada de Hill Street

## Quarta, 16

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Carmen  
14.45 O Campeão  
15.50 Queridas e Maduras  
16.20 Isto Só Vídeo  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Canções da Eurovisão  
21.05 As Lições do Teneças  
21.35 Filhos do Vento  
22.30 A Mulher do Sr. Ministro  
23.00 Prémios Bordoal  
24.00 24 Horas  
00.45 Crime Violento

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.40 Euronews  
17.15 Infantil  
19.35 Encontros Imediatos  
20.00 Baton no Colarinho  
21.00 Acontece  
21.15 Os Simpsons  
21.45 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Lobo do Mar (de Michael Curtiz, EUA/1941, com Edward G. Robinson, John Garfield, Ida Lupino. Drama)  
00.55 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Portugal Radical  
14.55 Walker  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Rei do Gado  
22.45 Cadeira do Poder  
24.00 A Noite da Mã-Língua  
01.00 Último Jornal  
01.25 Toda a Verdade  
02.40 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 O Barco do Amor  
16.30 Christy  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 S.O.S. Urgências  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.05 Melrose Place  
22.00 Uma Ponte em Nova Iorque (de Steve Rash, EUA/1990, com Kevin Bacon, Linda Fiorentino, John Malkovich, Joe Mantegna, Tom Waits, Jamie Lee Curtis. Comédia dramática. Ver Destaque)  
00.15 Desporto  
01.00 TVI Jornal  
01.30 A Balada de Hill Street



Maria Elisa: agora à segunda-feira

21.45 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.30 Todos Morreram Calçados (de Raoul Walsh, EUA/1941, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Arthur Kennedy, Anthony Quinn. «Western»)  
00.30 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 Portugal Radical  
14.55 Shogun  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As Aventuras de Camilo  
21.25 O Rei do Gado  
22.25 Casos de Polícia  
23.30 Viva a Liberdade  
00.35 Último Jornal  
00.55 Vida de Casal  
01.55 Portugal Radical  
02.15 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Christy  
17.25 Um Dia a Casa Cai  
18.00 S.O.S. Urgências  
18.50 Portugal Industrial  
19.00 7 Ponto 15  
19.25 Futebol: Barcelona-Fiorentina  
21.20 TVI Jornal  
22.00 Xica da Silva  
22.45 Dúvida Fatal (de Brian Grant, EUA/1992, com Virginia Madsen, Lenny Von Dohlen, Erich Anderson. Thriller.)  
00.40 Fora de Jogo  
00.55 TVI Jornal  
01.30 A Balada de Hill Street

Herman José regressa à RTP com nova produção

19.30 Dinheiro Vivo  
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (XII)  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
24.00 Ofício de Matar (de Jean-Pierre Malville, Fr.-It./1967, com Allain Delon, François Périer, Nathalie Delon. Thriller.)  
00.45 Mahler - Sinfonia Nº 4 em Sol Maior

## SIC

08.30 Buêré  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Tostões e Milhões  
14.10 Cosby Show  
15.00 Hércules  
16.00 Raven  
16.50 Walker  
18.00 Hércules - O Reino Perdido (de Sam Raimi e Hewley Cokeliss, EUA/1994, com Kevin Sorbo, Anthony Quinn. Aventura)  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Clube VIP  
21.20 Salsa e Merengue  
22.20 Big Show Sic  
01.45 Último Jornal  
02.05 Matar Saudades (de Fernando Lopes, Port./1988, Rogério Samora, Eunice Muñoz, Teresa Madruga. Ver Destaque)

## TVI

09.30 Animação  
11.30 Novos Ventos  
12.35 Estrelas da Acção  
13.30 Contra-Ataque  
15.10 Animação  
15.20 Guerreiro do Tempo  
17.15 Adultos à Força  
18.15 Competente e Descarada  
18.45 Lar, Louco Lar  
19.25 Futebol (Liga Espanhola)  
21.20 Telejornal  
22.00 Jack Reed, um Polícia Honrado (de Kevin Connor, EUA/1994, com Brian Dennehy, Susan Rutan, William Sadler. Policial)  
23.45 Notícias  
00.05 Paris, Texas (de Wim Wenders, Alem.-Fr./1984, com Harry Dean Stanton, Nastassja Kinski, Dean Stockwell. Drama)

Solnado com «Meu Querido Avô» ao sábado na RTP1

21.25 Alta Roda  
22.15 Horizontes da Memória  
22.45 Bailado: «O Quebra-Nozes»  
00.30 Vídeos do Século: «Hitler's Henchmen» (III)

## SIC

08.30 Buêré  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Internacional SIC  
15.15 Assuntos de Família  
15.45 Xena, a Princesa Guerreira  
16.10 A Balada de Nova Iorque  
17.00 Os Imortais  
18.10 Atira a Mamã do Comboio (de Danny De Vito, EUA/1987, com Danny De Vito, Billy Crystal, Anne Ramsey. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Salsa e Merengue  
21.45 Em Terreno Minado  
23.15 C.I.A. - Alvo Alexa (de Lorenzo Lamas, EUA/1993, com Lorenzo Lamas, Kathlenn Kinmont, John Savage. Acção)  
01.05 Último Jornal  
01.25 Jô Soares  
02.25 Portugal Radical

## TVI

09.30 Animação  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Notícias  
13.20 Portugal Português  
14.30 Cousteau: A Odisseia  
15.35 A Culpa Foi do Macaco (de Franco Amurri, EUA/1995, com Thora Birch, Mimi Rodgers, Christopher McDonald, Harvey Keitel. Comédia)  
17.15 O Céu Como Horizonte  
18.15 Futebol (Liga Espanhola)  
20.15 Telejornal  
21.00 Futebol: Inter-Milan  
22.45 Profiler  
23.45 Um Lugar ao Sol (de George Stevens, EUA/1951, com Montgomery Clift, Elizabeth Taylor, Shelley Winters. Drama. Ver Destaque)  
02.00 Notícias



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Capitão Blood

(Sexta, 22.30, RTP2)

A semana **Errol Flynn** na RTP2 acaba no princípio: **Capitão Blood** foi o seu primeiro filme e bastou para o projectar como uma das estrelas de então. Em 1935, com 25 anos, de uma beleza e fotogenia notáveis, porte atlético (na realidade, a sua saúde era já então débil, o que meia dúzia de anos depois seria confirmado quando não conseguiu alistar-se nas forças armadas) - pelas mãos do grande artífice que foi **Michael Curtiz**, Flynn foi a imagem por excelência do *intrépido* aventureiro e do *irresistível* sedutor, e o papel de pirata com abordagens "no alto mar" e formidáveis duelos à espada coube-lhe como uma luva. Uma boa parte deste seu sucesso e tudo o resto no filme é, porém, mérito do realizador, que reinventou as fitas de corsários e piratas e inventou mil artifícios para filmar (com as câmaras de então, as gruas de então...) os mil ângulos que dão vida a um duelo ou a uma cena de pancadaria. Uma *gan-d'aventura!*

## Matar Saudades

(Sábado, 02.05, SIC)

Este "Matar Saudades" foi realizado, em fins dos anos 80, por um dos mais talentosos realizadores do chamado Cinema Novo português, **Fernando Lopes**, e aquele que sempre se faz notar pela desenvoltura e criatividade na montagem de imagens e sequências filmicas. Desta vez, Fernando Lopes soube apostar num outro elemento-chave do grande cinema - a qualidade especificamente cinematográfica do argumento -, recorrendo a um profissional de grande competência, o português **Carlos Saboga**, que além-Pirinéus tem ajudado à glória de muitos cineastas e ao brilho de muitos filmes. **Matar Saudades** conta-nos uma história de paixão e morte numa aldeia de Trás-os-Montes, com boas interpretações de **Teresa Madruga** e **Eunice Muñoz**.

## Os Olhos Azuis de Yonta

(Domingo, 17.55, RTP2)

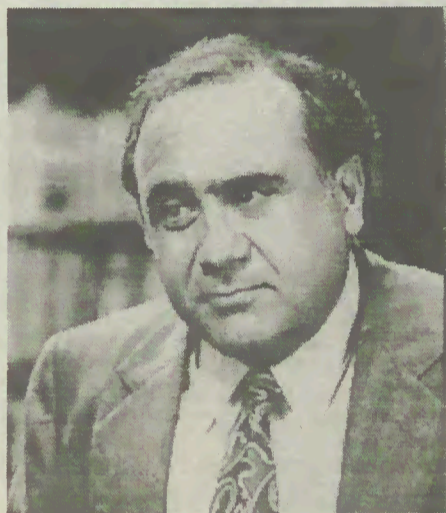
Partindo de um mundo audiovisual próximo do cinema «documental», **Os Olhos Azuis de Yonta** é a segunda longa-metragem realizada por **Flora Gomes**, o realizador guineense, que aqui aborda as contradições de uma sociedade em busca da construção da sua identidade, enquanto novo país independente e soberano. O filme representou a Guiné-Bissau na secção "Un Certain Regard" no Festival de Cannes de 1992 e foi, então, muito apreciado pela crítica.



Os dois admiráveis protagonistas de «Um Lugar ao Sol»

**Danny De Vito**, autor e intérprete de «Atira a Mamã do Comboio»

Os Corleone em foto de família (fotograma de «O Padrinho»)

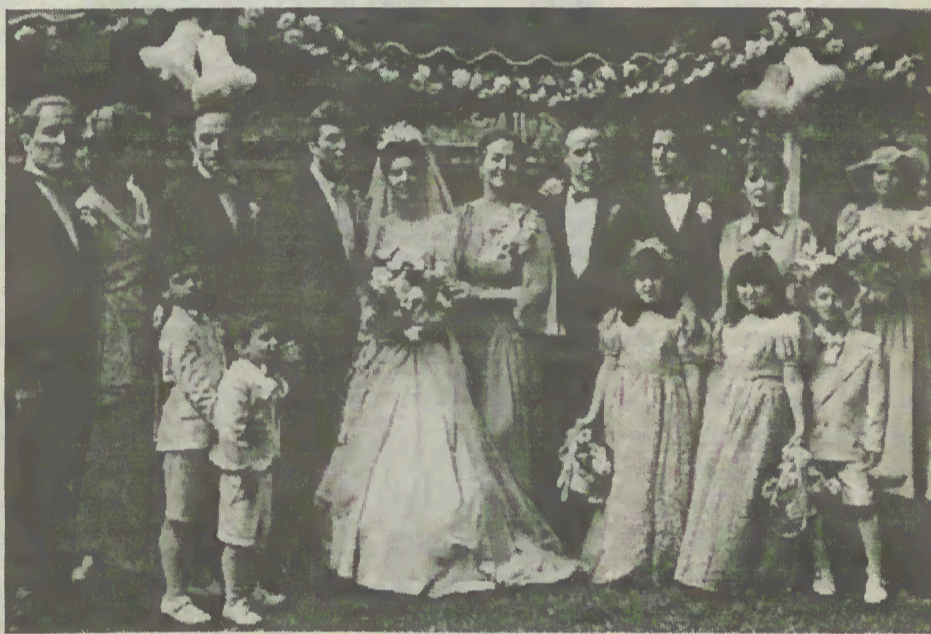


sensação de se ter deixado levar no riso por idiotices - o envergonhado riso amarelo a que não sabemos fugir no fim de muitos filmes cómicos...

## Um Lugar ao Sol

(Domingo, 23.45, TVI)

Eis um grande momento de cinema clássico, posto em



cena

com a maestria de um grande realizador, **George Stevens**, com a fabulosa revelação de **Elizabeth Taylor**, e com a participação fulgurante de um actor entre os maiores da galeria de honra de Hollywood - **Montgomery Clift**, que aqui soube talvez como nunca transmitir à tela a palpitação, o correr do sangue nas veias e o tumulto que varre a cabeça e o coração daquela personagem até lhe sentirmos o próprio tremor. Como se fosse um palco de eleição, e ali estivéssemos nós na primeira fila ouvindo-o(s) respirar, sentindo-lhe(s) a pulsação, comungando de uma inquietação que ainda há momentos nos era absolutamente estranha. Se não fora esse mistério, esse "milagre da criação artística" pouco nos tocara porventura este melodrama, adaptado do romance "Uma Tragédia Americana", de **Theodore Dreiser** (que já fora objecto de uma outra adaptação

por **Joseph von Sternberg**) que desaba sobre um jovem casal de apaixonados - um homem sem meios e ambicioso, à procura de subir na vida, e uma belíssima e rica herdeira - com prolongamentos na acusação de alegado assassinio cometido por aquele na pessoa da sua antiga namorada. Além da presença de uma outra actriz de peso - **Shelley Winters** - é inesquecível o par amoroso formado pelos jovens actor e actriz e, em particular, o célebre diálogo da cena (ver foto) em que **Montgomery Clift** diz: «Oh! Angela, se eu fosse capaz de te dizer quanto te amo, se eu fosse capaz de te dizer tudo...» e **Elizabeth Taylor** lhe responde: «Diz... diz à mamã... diz tudo à mamã...»

## O Padrinho

(Segunda, 22.30, RTP1)

É fora de dúvida que este filme de **Coppola** representa, no período em que foi realizado, um dos exemplos mais marcantes do regresso em força aos processos de narração do cinema clássico norte-americano e, mais ainda, ao ressurgimento dos géneros - regresso e ressurgimento que, em termos de rentabilidade económica (e ideológica), foram friamente determinados e calculados pelos grandes estúdios para fazer face à crescente e inquietante afirmação estética de obras que, pela originalidade da sua construção formal e pelo radical inconformismo do seu conteúdo temático, haviam marcado nos anos 60 uma clara ruptura com o *establishment* de Hollywood. Independentemente da constatação deste facto objectivo, é também fora de dúvida que **O Padrinho** e as suas sequelas (pela primeira vez equiparando-se todas elas, em qualidade, peso e originalidade, à sua matriz), avultam na obra de **Francis Ford Coppola** e no género em que estruturalmente se filiam como das suas obras mais maduras, impressionantes e sedutoras. Não tanto pela temática, que é já clássica, do filme negro (o «subir na vida» do mundo escuro de todos os pequenos negócios e traficâncias; o exercício do «poder», a «hierarquização» e os «códigos de honra» no seio das famílias mafiosas, com os seus particulares esquemas de «fidelidade» e de «sucessão»; a «normalidade» da superioridade do homem sobre a mulher; a «naturalidade» dos ajustes de contas entre bandos rivais), mas, sobretudo, pela fabulosa maestria com que o realizador nos dá, na encenação e montagem, os sinais audiovisuais dessa temática - seja na rigoro-

sa composição dos planos (ocupando geralmente o seu centro a figura inabalável do «chefe»), seja na escala e iluminação dos mesmos (grandes, próximos e «americanos», nas cenas rodadas em interiores, que representam a segurança e o recato sinistros de um «ambiente» que se domina; ou médios e gerais, nas cenas rodadas em exteriores, que representam o «ambiente» inseguro do mundo hostil), seja, neste caso, na brutal e impressionante «montagem paralela» entre as cenas da matança e do baptismo - processo também tentado (e irremediavelmente falhado) por **Coppola** no terceiro episódio. Com interpretações antológicas de **Marlon Brando** ou **Al Pacino** e uma fotografia e uma partitura (respectivamente de **Gordon Willis** e **Nino Rota**) absolutamente insuperáveis, **O Padrinho** é, esta semana, mais uma vez, uma oferta irrecusável.

## Uma Ponte em Nova Iorque

(Quarta, 22.00, TVI)

Um grupo de sete amigos, reunidos durante um fim-de-semana em Queens, recordam os anos da sua adolescência passados e vividos neste bairro de Nova Iorque e o diferente percurso das suas respectivas vidas. É inevitável a ligação a "Os Amigos de Alex", e a comparação não lhe é favorável; mas a diversidade das personagens (e a consistência de algumas) é mais uma exploração bem-vinda ao mundo dos adultos que sonham completar um dia a história da sua meninice inacabada... Com nomes sonoros na sua ficha técnica, esta comédia dramática realizada por **Steve Rash** é sobretudo um interessante filme de actores - **Joe Mantegna**, **Malkovitch** - e mais uma viagem a um bairro de Nova Iorque e àquela ponte que o liga a Manhattan, que o cinema nos vai fazendo reconhecer como se também por lá tivéssemos deambulado.

## Atira a Mamã do Comboio

(Domingo, 18.10, SIC)

Glosando alguns dos ingredientes do célebre "O Desconhecido do Norte-Expresso", de **Hitchcock**, o actor e realizador **Danny De Vito** põe de pé uma comédia negra em que dois escritores frustrados decidem, em ordem a modificar as suas vidas, trocar os crimes que desejavam fossem realizados nas pessoas da mulher de um e da mãe de outro, ambas absolutamente insuportáveis... Não tão hilariante nem tão eficaz como poderia supor-se, considerando a presença de dois bons cómicos (**De Vito** e **Billy Crystal**) e o humor muito peculiar do primeiro, aqui também autor, mesmo assim o filme diverte, poupando o espectador àquela tão vulgar



Errol Flynn e Olivia de Havilland, par romântico de «Capitão Blood»



## TELEVISÃO

## Os «dealers»

■ Correia da Fonseca

**A**inda vinha longe o início do Benfica-Sporting e já a reportagem da RTP andava a rondar os muros do Estádio da Luz. Não sei porquê, lembrei-me daqueles gatos que começam a assediar as cozinhas mal lhes dá o cheiro do peixe e muitas horas antes do momento em que à beira da porta serão depositadas as espinhas e anexos que sobram do amanhã e lhes são destinados.

Desses repetidos «flashes», dois pormenores me impressionaram o bastante para que não os esqueça. Um deles foi a presença, entre bonés e cachecóis com as cores clubistas, bandeiras do Sporting e do Benfica, do Porto e mesmo da bandeira nacional, de um estandarte com as treze listas e as cinquenta estrelas dos Estados Unidos da América. Suponho que para os frequentadores habituais dos estádios aquela bandeira já não será novidade nenhuma: para mim foi, não esperava encontrá-la ali, e inevitavelmente fiquei a pensar. O outro pormenor que me tocou foi a resposta de um dos jovens abordados pelo repórter que lhe perguntou se também era do Sporting. «Sempre!», respondeu ele com uma veemência a que fui sensível. A questão é que, com razão ou sem ela, acreditei mesmo que o rapaz vai ser «sempre» do Sporting. É bem sabido que, ao longo da vida, um homem pode mudar de emprego, de mulher, de partido, da confissão religiosa, mas muito dificilmente mudará de clube: nasce-se e morre-se do Benfica, ou da Académica ou do Futebol Clube do Porto.

### O negócio do craque drogado

Entende-se: um homem precisa de ter uma fidelidade, ao menos uma, ao longo de uma vida inteira, e o futebol permite-lhe satisfazer esse sentido de firmeza, identidade e persistência. Só que não é o futebol que pode merecer essa nobreza, e muito menos este futebol que nos arranjaram, injectado por desvarios e inescrúpulos, alcançado nos píncaros das atenções, posto a render como investimento onde convergem o tráfico de carne humana, todos os mandamentos do inescrúpulo e, por transferência dos lugares onde estariam certos, o patriotismo e a fraternidade. Em torno, como bem se sabe, voltejam urubus e rastejam parasitas. Que ainda assim, em tão fétido clima, floresçam gestos bonitos e sentimentos generosos é uma espécie de milagre não propriamente do

futebol mas da capacidade dos homens para resistirem às putrefacções, de serem «charco e luar de charco à mistura», como escreveu Torga. Resistência que os futebolistas de consumo corrente tornam difícil, como o quotidiano nos prova.

Um dia destes, como estamos já fartíssimos de saber, um jovem futebolista de ótimos pés e má cabeça disparou uns murros e uns pontapés contra o seleccionador nacional. Tivesse o caso ocorrido no âmbito de outra modalidade e podemos ter como certo que os *media* nem dariam por ele, embora a gravidade do acto fosse evidentemente a mesma. Mas o mais significativo é que, noutra modalidade, um jogador preterido, injustamente ou não, dificilmente perderia assim a cabeça.

O futebol é uma espécie de território cujos residentes andam em maior ou menor grau intoxicados por drogas alucinogéneas que ali são introduzidas do exterior por negociastas que com isso vão ganhando lindamente a vida. Neste quadro, suspeito de que o futebolista tresloucado estava sob o efeito de tais drogas quando se precipitou sobre o seu alvo, para mais em posição que não parece compatível com a coragem física que não tenho dúvidas em atribuir-lhe em condições normais. Nos dias seguintes e até ao momento em que escrevo, o seu destino veio rendendo bons dividendos aos «dealers» de diversos graus que traficam naquele mercado.

### O escândalo vende bem

Quaisquer que sejam o dia da semana e o canal escolhido, liga-se o televisor e mais cedo ou mais tarde surge gente dessa a semear os produtos excitantes que, absorvidos pelos olhos e pelos ouvidos, liquidam o discernimento e a serenidade (a droga é também servida por outras vias, impressas ou faladas, mas nesta página é de TV que se fala e, de resto, bem se sabe que é pela TV que a absorção é mais ampla e mais intensa). São muitos os lugares onde os drogados vão injectar-se, mas, de entre todos, a rubrica «Os Donos da Bola» é o que proporciona maior luxo de instalações e de participações qualificadas: vai ali gente muito fina que dá muito bom ar ao vício. Contudo, para uma intoxicação massificada com droga pouco refinada, não há como alguns relatores que contrapontuam transmissões de jogos. Aí, os elementos activos (elevação da brutalidade à condição de mérito desportivo; louvor do truque desonesto quando eficaz-

também com imunidades específicas. Suscita-se e estimula-se um estado de polémica e discussão permanentes, agressivo se tanto for possível, e é-o quase sempre. Quanto a este último ponto, entende-se porquê: vai um qualquer cidadão na rua, e decerto a sua atenção não é atraída por um grupo de sujeitos que conversem civilizadamente; mas perante o mesmo grupo em animada troca de insultos e de taponas o transeunte estaca, fica a assistir, talvez até se sinta tentado a tomar partido.

A lógica da fixação de audiências na TV actual tende a render-se perante aquilo que poderá designar-se por «o fascínio da taponas» ou «o magnetismo do bêbado na via pública». E, pelos vistos, resulta: o escândalo vende bem.

Nessa mesma linha actuam os «dealers» que fornecem a droga alucinogénea que se respira hoje no mundo do futebol e que nos é fornecida ao domicílio via TV. Depois, como é de regra em tais casos, a uns sujeitos é distribuído o papel de



mente executado; sacralização do princípio segundo o qual, parafraseando-se Chico Buarque, «ganhar é preciso, ser honrado não é preciso») são cuidadosamente fervidos em caldo de asneira grossa e condimentados com a acidez da demagogia desenfreada. Os resultados são ótimos: o negócio dá muito dinheiro e, a julgar pelas tabelas de audiência, é vastíssimo o número de consumidores. Só por um qualquer angelismo completamente cego e obtuso é que se poderia acreditar que intoxicação tão generalizada não contamina também os próprios protagonistas daquele peculiar mundo.

As sessões em que decorrem os diversos rituais de tomada de drogas têm múltiplas utilidades marginais, para lá do objectivo fundamental de manterem em ponto convenientemente alto a devoção dos toxicómanos: o endosso de uns para outros de eventuais responsabilidades; a exibição de vaidades pessoais supostamente legitimadas por um estilo «intelectual» ou, no polo oposto, por pretensas frontalidades populistas; a tática reafirmação do futebol como um reino independente não apenas com aparelho judicial próprio mas

bons meninos que vêm dizer que as coisas assim vão mal, que é preciso retirar do campo e do jogo este ou aquele, pois serão esses que empestam o ambiente. Talvez alguns até o digam de boa-fé e sejam gente seríssima, nem sequer ponho dúvidas. O caso, porém, é que todo o tráfico de drogas, sejam elas quais forem, só prospera em clima propício a negócios de qualquer ramo e de todo alheio a escrúpulos de qualquer espécie.

Como ficou escrito ao princípio destas linhas, tenho como certo que o tal futebolista de quem todos têm falado agiu sob o efeito desses estupefacientes. Mas penso também que quase todos nós estamos sob o mesmo efeito, ainda que em menor grau, e nem sequer posso excluir-me a mim próprio, que escrevi tudo isto. Assim chego à justificada convicção de que tenho razões pessoais, além das gerais, para detestar os «dealers». O que me dá imenso jeito porque me reforça a decisão de denunciá-los.



ESCAPARATE

Álvaro Cunhal sobre Bento de Jesus Caraça



Álvaro Cunhal proferirá uma conferência sobre Bento de Jesus Caraça, em iniciativa promovida pela Universidade Popular de Setúbal, marcada para o próximo dia 18 de Abril.

Fundada em 1981, sob a égide do legado de Bento de Jesus Caraça, a Universidade Popular de Setúbal viu a sua actividade plenamente sustentada a partir de 25 de Junho do ano passado, aquando da sessão evocativa do 48º aniversário do insigne intelectual comunista, sessão em que participaram então António Dias Lourenço e o Dr. Mário Ruivo e que fez vingar a aposta de implantar na cidade sadina um novo e tão necessário espaço de cultura e debate, de cunho marcadamente progressista. Oito sessões tiveram já lugar, com a próxima marcada para amanhã, dia 11, reservada a uma homenagem ao pintor Luciano Santos, autor do tríptico do Salão Nobre da Câmara Municipal do concelho.

Uma semana depois, a 18 de Abril, a sessão com Álvaro Cunhal terá lugar na Sociedade Musical Capricho Setubalense, com início às 21,30 horas. A conferência do dirigente comunista - aguardada em Setúbal com grande expectativa - intitula-se **O Exemplo de Bento Caraça 23 Anos depois do 25 de Abril.**

EXPOSIÇÕES



Terra

A exposição fotográfica **Terra**, com trabalhos do fotógrafo **Sebastião Salgado**, que na passada semana destacámos nesta página, inaugura-se hoje mesmo, quinta-feira, 10 de Abril, no **Vitória Espaço Cultural** - na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa. A inauguração desta exposição fotográfica, realizada em solidariedade com o **Movimento dos Camponeses Sem Terra**, do Brasil, está marcada para as 18 horas, e integrará um debate com a participação do **Professor Dr. Fernando Oliveira Baptista** - Ministro da Agricultura dos IV e V governos provisórios -, do **Engº Carlos Amaro** e de **José Soeiro**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. A inauguração terá um momento de convívio, com beberete. Estarão à venda posters e reproduções de fotos da exposição. A obra com o mesmo título - **Terra** -, com texto de **José Saramago**, editada pela **Caminho**, também ali se pode adquirir, assim como um outro livro de **Sebastião Salgado** - **O Trabalho**.

Comemorar Abril

A **Junta de Freguesia da Pontinha** inaugura hoje, às 19 horas, nas suas instalações - na Avenida 25 de Abril, 22-3º - uma exposição de fotografia de **Sérgio Pratas**. Com o título **Minas do Lousal**, esta iniciativa integra-se nas comemorações do aniversário do 25 de Abril, que a autarquia leva a efeito.

MUSEUS

Para crianças

Os museus nem sempre se esquecem das crianças e acolhem-nas por vezes criando um ambiente cuidado, afastado do bafio de coisas velhas. O **Museu da Criança**, por exemplo, mostra, nas instalações do **Museu da Marinha**, em Belém, Lisboa, todos os sábados e domingos até 31 de Julho, uma exposição com o título **Os Sentidos dão Cor à Vida**.

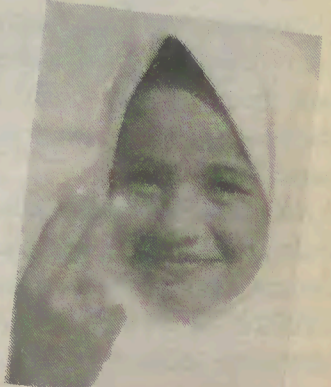
Ainda em Lisboa, no Campo Grande, o **Museu Rafael Bordalo Pinheiro** convida as crianças, dos 4 aos 12 anos, a descobrir Picasso, numa exposição interactiva, em que se pode jogar e pintar. A exposição está aberta de terça a domingo, entre as 10 e as 13, e as 14 e as 18 horas.



CINEMA

Decifrar o cinema egípcio

Teve início anteontem, promovido pela **Cinemateca Portuguesa** e com o patrocínio da embaixada do Egipto, um **ciclo de cinema egípcio**, tão desconhecido entre nós. O ciclo está programado até 5 de Maio e todos os filmes anunciados encontram-se legendados em francês, o que não facilitará quem não conheça a língua. Nesta semana exibem-se, às 18 horas - na sexta-feira, **Al Harâm (O Pecado)**, realizado em 1965 por **Henry Barakat**; na segunda, **Al Azima (A Vontade)**, de **Kamal Selim**, 1939. Ainda na segunda, às 21,30, **Serra Fi El-Mina (Águas Negras)**, de **Youssef Chahine**, 1956. A informação diária sobre a programação será dada pelo telefone 354 65 29.



LIVROS

Leonardo Consei  
**O INIMIGO SORRIDENTE**



O Inimigo Sorridente

De **Leonardo Consei**, a editora **Escritor** acaba de lançar o romance **O Inimigo Sorridente**. Uma fantasia com óbvias relações com a realidade vivida ou imaginada, pontuada de situações e personagens que aqui e ali reconhecemos em estereótipos políticos e sociais, com partidos, siglas e lugares que facilmente descodificamos em seus nomes e siglas. Uma história que se acaba tristemente em certo dia de Novembro.

O Organismo no Esforço

A **Colecção Desporto e Tempos Livres**, da **Caminho**, já tem créditos firmados, com dúzia e meia de excelentes livros. Dirigida por **Luís Horta**, esta colecção não propõe volumes de divulgação, mas obras de estudo, mais ou menos aprofundado, e da autoria de especialistas nos vários campos e áreas desportivas. Desta vez, o livro - da autoria de **Luís Nunes**, professor de Educação Física com várias obras publicadas e um largo currículo no campo da medicina desportiva - ocupa-se da rigorosa descrição dos mecanismos do movimento do corpo humano. **Luís Nunes**, que pormenorizadamente se debruça sobre as implicações musculares, nervosas, cardiológicas e respiratórias do movimento, fornece importantes dados sobre a matéria aos técnicos desportivos, aos professores de Educação Física e aos praticantes de diversas modalidades desportivas.

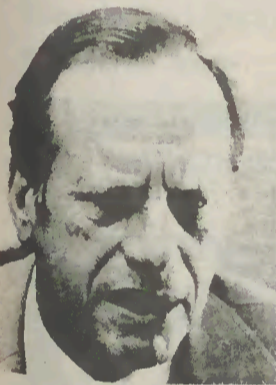
O Organismo no Esforço  
Luís Nunes



TEATRO

Mourão-Ferreira na Guilherme Cossoul

O grupo de teatro da **Sociedade de Guilherme Cossoul** apresenta, até finais de Abril, em sessões que se realizam às 21,30 horas de todas as quintas, sextas e sábados, o espectáculo **Amanhã Recomeçamos**, extraído de um texto de **David Mourão-Ferreira**, com o mesmo nome.



O espectáculo estreou-se no Dia Mundial do Teatro, assinalando simultaneamente a reabertura das instalações remodeladas daquela Sociedade de Instrução que tanto tem contribuído para a divulgação cultural, nomeadamente no âmbito do teatro.

**Amanhã Recomeçamos**, um texto retirado de um conto do escritor recentemente falecido, é encenado por **Hermínio Chaves Fernandes**, com cenografia de **Rui Almeida Pereira**, música de **Alberto Augusto Miranda** e interpretação de **Amílcar Mendes**. Esta é a segunda vez que o grupo de teatro interpreta textos de **Mourão-Ferreira**. A primeira foi no ano passado, quando apresentou uma dramatização de poemas do autor, no Convento das

Bernardas, em iniciativa integrada nas Festas de Lisboa.

Alice

De Carnide, a notícia: o **Grupo Zero** leva à cena, no **Teatro da Comuna**, nos próximos dias 17, 18 e 19 de Abril, às 21,30 horas, uma dramatização elaborada a partir de improvisações baseadas na obra de **Lewis Carroll**, **Alice no País das Maravilhas**.

O espectáculo diz que **Alice**, **Também ela Sonhava com o País das Maravilhas**, e tem a direcção de **Almano Gonçalves**, cenografia de **A. Gonçalves** e **Gonçalo Ferreira**, organização musical de **Paulo Raposo** e **Quim Preto**, desenhos de luz de **Franco Loureiro**.

XADREZ

DCIV - 27 DE MARÇO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997X13  
Por: **FRANZ SACKMANN**  
*Deutsche Schachblätter*, 1911/12  
Pr.: [5]: Ps. c2, c4 - Bs. a6, h2 - Rc1  
Br.: [6]: Pf6 - Cs. f2, f3 - Ts. b6, d5 - Rh8



Mate em 4 [quatro] lances  
\*\*\*

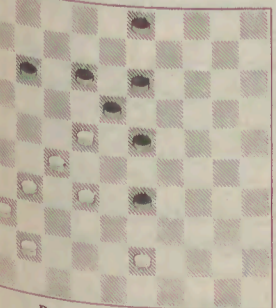
SOLUÇÕES DO Nº 1997X13 [F.S.]  
1. Tg5!, Bb5. 2. Tb:b5, c3. 3. Tg2-. 4. Tg1#  
Ensaio: 1. Ta5/Th5, Bb5!!; 2. Tb:b5, Bc5!!/c3!!

A. de M. M.

DAMAS

DCIV - 27 DE MARÇO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997D13  
Por: **PAUL DEGUÉE** - Bélgica  
A *L'Ombre de Mon Clocher*, 1970

Pr.: [7]: 3-11-12-13-18-23-33  
Br.: [7]: 22-27-31-32-36-41-43



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº 1997D13 [P. D.]  
1. 43-38!, (33x42). 2. 32-28, (23x21). 3. 41-37, (18x27); 4. 31x22, (42x31). 5. 36x9, 3x14. 6. 22-18+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 - Casinha portátil, gradeada de arame, cana, verga ou junco, para aprisionar passarinhos (pl.); António (...), violinista e compositor italiano, autor de música sacra, óperas, sonatas e sinfonias (Veneza, 1678 - Viena, 1741). 2 - Guarnecida de arames; matizara. 3 - Hotel na proximidade das grandes estradas, especialmente preparado para abrigar automobilistas em trânsito; ramadas. 4 - Ósmio (s.q.); afirmativa; catedrais; caminhava. 5 - Ao acaso; muitos (fig.); unidade de trabalho do sistema C.G.S. 6 - Parte imaterial do ser humano; bolo de pão, carne e ovos, característico da Páscoa; pão de milho. 7 - Garantia; branqueia. 8 - Estimulo; carumas; capital italiana. 9 - Repetição; ribeira portuguesa; gracejas. 10 - Campeão; uma centena; possuir; estudei. 11 - Tecido fino (pl.); pecam (fig.). 12 - Instrumento musical de sopro, de sons semelhantes ao da flauta; percorrer (em viagem). 13 - Adicionar; tostaram.

**VERTICAIS:** 1 - Dança em compasso binário, muito em voga nos séculos XVII e XVIII; prancheta rectangular provida de bolas, usada para calcular (p.). 2 - Modo (fig.); astro-rei; lírio; Cobalto (s.q.). 3 - Andavam; Americio (s.q.); aqueles; o tio americano. 4 - Ombro (pref.) (pl.); principal rio da Suíça; substância que constitui os favos das abelhas. 5 - Ladrar (o cão); solicitar. 6 - Espécie de pato; nota musical (pl.); imã. 7 - Tempero; investigadores (fig.); saudáveis. 8 - Rim (ant.); maior. 9 - Regressar; revestir com laca; a primeira mulher. 10 - Encolerizas; letra grega (pl.); o m.q. de três. 11 - Haste ou vara delgada e flexível, que serve para fazer cestos, certos móveis leves e outros objectos (pl.); simples. 12 - Braços (pop.); botequim; rei ou príncipe indiano. 13 - Tecidos quentes (fig.); também (arc.); suf. de agente; oceano. 14 - Doutor (abrev.); enguia; dez vezes cem; Rádio (s.q.). 15 - Sabre encurvado, usado pelos turcos e árabes; empunharam.

**VERTICAIS:** 1 - Gavota; ábacos. 2 - Art. Sol; lit. Co. 3 - Iam; Am; os; Sam. 4 - Somaras; assaram. 5 - Somaras; assaram. 6 - Latr; pedr. 7 - Adem; fcs; mana. 8 - Rot; mor. 9 - Vir; lacar; Eva. 10 - Iras; ros; trs. 11 - Virnes; mers. 12 - Assas; bart; Rajá. 13 - Lás; Omos; Aar; cera. 14 - DR; itó; mil; Ra. 15 - Latiagá; astram.

**HORIZONTAIS:** 1 - Galois; Vivald. 2 - Armada; itaram. 3 - Motel; ramas. 4 - Os; Rom. 5 - Bst; Sor; ns. 10 - As; cem; ter; it. 11 - Sedas; erram. 12 - Ocanina; viajara. 13 - sim; sés; ia. 5 - Toa; mil; erg. 6 - Alma; foliar; broa. 7 - Avari; coroa. 8 - Alor; samas. 9 - fcs; m. 10 - fcs; m. 11 - fcs; m. 12 - fcs; m. 13 - fcs; m. 14 - fcs; m. 15 - fcs; m.

SOLUÇÕES



# A TALHE DE FOICE Tempos

No tempo em que os animais falavam, aconteceram em Portugal coisas estranhas. A data é difícil de precisar, mas foi de certeza há muitos, muitos anos, tantos que já ninguém se lembra. Pr'áí umas duas décadas, pelo menos, asseveram as memórias de elefante.

Garantido é que nessa época ainda não havia SIC, nem TVI, nem o Pacheco Pereira tinha assinatura mediática, embora praticasse muito com a divulgação de mensagens maoístas pelos muros da cidade.

Vivia-se então tempos espantosos, em que navios de guerra americanos fundeavam no Tejo em vésperas de eleições, brigadas de reumático cozinhavam golpes palacianos, espiões de carreira aprendiam afanosamente português para traçar os destinos do país, dirigentes políticos congeminavam fórmulas para quebrar a espinha à unidade sindical, maiorias silenciosas de pides atroavam as noites com atentados bombistas, poderes temporais e espirituais davam as mãos para segurar tachos de privilégios, reservas da economia nacional levantavam voo para o estrangeiro.

Se o tempo não tivesse levado as memórias, não faltaria quem lembrasse como nessa altura se disse ao mundo que corria sangue nas ruas de Lisboa, se encheram alamedas para conjurar o perigo comunista, se sabotaram empresas para que não caíssem nas mãos dos trabalhadores, se inventaram intencionas para matar no ovo o que poderia ter sido o germen duma nova era, se incendiaram sedes e perseguiram homens atacados da grave doença do amor e da solidariedade. Tudo isto se passou no tempo em que o País era chamado a trabalhar para a nação, em que a juventude percorria o território na dádiva generosa do conhecimento, em que preservar o património falava mais alto do que o ancestral apelo de registar a existência em qualquer pedaço de pedra.

Foi há tempo tempo que já ninguém se lembra. As palavras perderam o sentido, mudaram de significado. Hoje não há pides, nem opressores, nem traidores, nem espiões. Hoje só há funcionários públicos reformados, empresários de sucesso, políticos com visão de futuro, sindicalistas encartados para atestar concertações várias, diplomatas amigos para abrilhantar noites de gala.

E há as televisões, e os concursos televisivos, e as telenovelas, e os comentadores políticos, e os políticos mediáticos, e os escândalos económicos, e as negociatas de bastidores, e os dramas desportivos, e os compadrios, e os desvios de fundos, e os avals do Estado, e o desemprego, e a exclusão social, e os referendos, e a moeda única, e... Hoje, enfim, diz-se, vive-se em democracia. Os jovens e os amnésicos podem dormir em paz. O passado está morto e enterrado. As múmias que por aí andam são todas figuras do jet-set, tudo bons rapazes, sempre dispostas a animar os serões do zé povinho, sem culpa de pecado a pesar nas consciências.

A História acabou, a luta de classes morreu. Todos podem participar nos destinos da nação sem sair de casa, basta telefonar e pronto. O circo já nem precisa de descer à cidade. A cidade tornou-se num circo e todos aspiram ao lugar do palhaço.

■ AF

## ÚLTIMAS

# CDU apresenta candidatos

A CDU apresentou, esta semana, os seus cabeças de lista para o Porto e Évora.

Ontem, no Hotel D. Henrique, decorreu a apresentação pública dos primeiros candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do Porto.

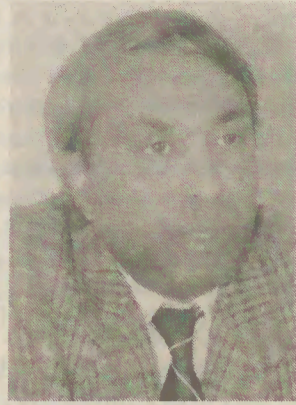
**Ilda Figueiredo**, candidata CDU à Câmara, é actualmente vereadora. Foi responsável do pelouro da Saúde e Sanidade e membro do Conselho de Administração dos SMAS do Porto. Foi ainda vereadora na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e responsável pelo pelouro de Ambiente e Jardins durante sete anos. Como deputada à Assembleia da República participou em diversas Comissões Parlamentares, designadamente: Economia, Administração do Território, Poder Local e Ambiente; Equipamento Social;

Condição Feminina e Comité Misto Assembleia da República/Parlamento Europeu. É membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

Rui Sá é o candidato à Assembleia Municipal. Actual deputado da CDU na Assembleia Municipal e na Assembleia Metropolitana do Porto, pertenceu à Assembleia Municipal nos mandatos de 1982/85 e 1985/89. Foi candidato a deputado nas Eleições Legislativas de 1987, 1991 e 1995, pelo Círculo Eleitoral do Porto. É membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

### Évora

A sessão pública de apresentação da cabeça de lista à Câmara



Abílio Fernandes



Ilda Figueiredo

ra Municipal de Évora, decorreu terça-feira passada, no Palácio D. Manuel, e contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O candidato da CDU é **Abílio Fernandes**, actual Presidente da Câmara Municipal. Economista de profissão, Abílio

Fernandes é presidente da Assembleia Distrital de Évora, membro do Conselho Directivo da ANMP, vice-presidente da Organização das Cidades Património da Humanidade. É membro do Comité Central do PCP, da DOREV e da Comissão Concelhia de Évora.

## 25 de Abril em Coimbra Imprensa e rádio clandestinas em mesa-redonda

O papel e significado histórico da imprensa e rádio clandestinas durante a ditadura fascista foram analisados numa mesa-redonda realizada em Coimbra no passado dia 7, por iniciativa do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

Participaram na mesa-redonda os camaradas Carlos Brito, director do "Avante!", e Aurélio Santos, que foi director da Rádio Portugal Livre, e que referiram as razões da existência e persistência da imprensa clandestina do PCP, documentaram aspectos das condições em que era produzida (desde a recolha de infor-

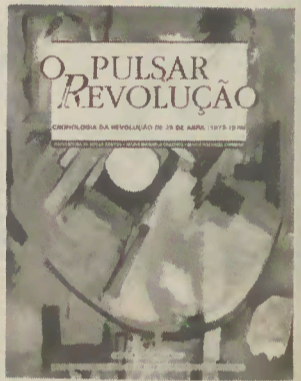
mação, elaboração dos textos e impressão até à distribuição, num permanente desafio à repressão) e, também, as razões que levaram o PCP à criação da Rádio Portugal Livre e a sua contribuição para a consciencialização política, cívica e social de largas camadas do povo português, que se veio a revelar no 25 de Abril.

Na Mesa Redonda, que foi moderada pelo jornalista Mário Mesquita, entrevistaram também Manuel Alegre, que referiu a acção da Rádio Voz da Liberdade e denunciou o branqueamento que se tem pretendido fazer do regime fascista, Estela Piteira Santos,

que foi a primeira locutora da Voz da Liberdade e abordou a história da formação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, em 1962/63, Luís Moita, sobre o Boletim Anticolonial, e Manuel Vilaverde Cabral, sobre aspectos da luta ideológica nos anos que precederam o 25 de Abril.

Na numerosa assistência à mesa-redonda encontravam-se muitos dos militares que participaram no 25 de Abril, entre os quais Costa Gomes, Pizarat Correia, Vítor Alves, Melo Antunes, Vítor Crespo, Otelo Saraiva de Carvalho.

Antes do debate, com a presença do Presidente da Repú-



blica, Jorge Sampaio, foi apresentado o livro «Cronologia da Revolução do 25 de Abril (1973-75)», editado pelo Centro de Documentação 25 de Abril.

## Um monumento ao eleitoralismo

No passado dia 8, no sempre adiado Nô de Belas, a CDU procedeu a uma acção simbólica - a inauguração de um monumento ao eleitoralismo. Uma iniciativa que contou com a presença de eleitos do Cacém, Belas e Camide e se insere num conjunto de outras acções de protesto, do buzão de

Massamá à recolha de milhares de postais de protesto.

Com mais esta acção, pretende-se denunciar o arrastar da abertura do Nô de Belas da CREL, que só cálculos eleitoralistas poderão justificar, e que entretanto causa profundos prejuízos às populações da zona, diariamente con-

frontadas com uma difícil situação nas suas deslocações de e para Lisboa.

Na sua intervenção neste acto simbólico, o candidato da CDU, Lino Paulo, referiu alguns factos. O Nô de Belas "estava concluído, com portagens e tudo, à data da inauguração da CREL, em Outu-

bro de 1995. Passados quase dois anos, continua na mesma, pese embora as várias notícias de que iria entrar em funcionamento; pese embora as várias e mediáticas visitas ministeriais; pese embora as promessas da actual Presidente da Câmara".

Lino Paulo sublinhou os "prejuízos incalculáveis para milhares de cidadãos da Zona Norte do Concelho e para milhares de cidadãos de Queluz-Massamá", prejuízos "que só têm uma explicação, a de fazer coincidir a obra, a sua inauguração, com o calendário eleitoral".

Simultaneamente a esta acção de protesto foram entregues, ao ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, cerca de 1600 postais, em mais uma manifestação de descontentamento contra esta situação.



Inauguração do "monumento" ao eleitoralismo



5 603199 000445

10097